

Veículo: Bocão News	
Data: 12/08/20	<b>Cita Sefaz</b>



## Após apreensão de carretas, inquérito é aberto para apurar fraudes no comércio e transporte de combustível na Bahia

Apreensões aconteceram entre sexta (7) e sábado (8) na BR-116, em Vitória da Conquista. Segundo Sefaz, fraudes trazem prejuízos aos cofres públicos.

Por TV Bahia

12/08/2020 10h06 Atualizado há um dia

Um inquérito foi aberto para investigar fraudes em notas fiscais de combustíveis, depois que duas carretas foram apreendidas com cerca de 88 mil litros de álcool hidratado, na BR-116, em Vitória da Conquista, no sudoeste da Bahia.

Uma das apreensões **aconteceu na noite de sexta-feira (7)**, e a outra na manhã de sábado (8). De acordo com a **Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz)**, o inquérito foi aberto pelo Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco) da Polícia Civil, por causa das similaridades entre as duas apreensões.

As duas cargas saíram de São Paulo. Uma delas tinha como destino a cidade Antas, a 350 quilômetros de Salvador, e era destinada a uma empresa cuja inscrição estadual havia sido cancelada por fazer operações

fiscais fictícias. A outra carga era para o município de Canapi, que em Alagoas, destinada a uma empresa fantasma.

O coordenador de fiscalização da Sefaz, Fábio Barbosa, explica que as fraudes trazem prejuízos aos cofres públicos e à concorrência entre as empresas de mercado.

“Essa ação culminou com a apreensão, inicialmente pela Secretaria da Fazenda e posteriormente pela Polícia Civil, de 88 mil litros de álcool, com documentos destinando essa mercadoria para contribuintes fictícios. Com o intuito de combater a sonegação e os crimes tributários, vão ser cobrados os tributos relativos a essa operação, que visava sonegá-los. Mas, mais do que isso, a gente quer chamar a atenção para a importância social dessa ação, para a importância com relação à ordem econômica dessa ação, já que as empresas que praticam esses tipos de ato passam a obter vantagens indevidas no aspecto econômico, em relação às outras tantas empresas que cumprem com suas obrigações tributárias”, explicou o coordenador.

*Veja mais notícias do estado no **G1 Bahia**.*



Com nota fiscal fraudada, carreta de combustível é apreendida na BR-116  
— Foto: Divulgação/PRF

Veículo: Site A Tarde	
Data: 13/08/2020	Caderno: Bahia

# A TARDE

Qui , 13/08/2020 às 08:07 | Atualizado em: 13/08/2020 às 08:10

## "Não podemos criminalizar a dívida", diz vice-presidente da ACB

Da Redação



Criminalizar a dívida declarada é colocar a atividade empresarial no Brasil como atividade de risco, é o que defende o vice-presidente e coordenador do núcleo jurídico da Associação Comercial da Bahia (ACB), Paulo Cavalcanti. O empresário falou sobre a insegurança jurídica que os empresários do Brasil sentem ao programa 'Isso é Bahia', da rádio **A TARDE FM**, na manhã desta quinta-feira, 13.

A fala de Paulo vem após o Supremo Tribunal Federal (STF), decidir que é considerado crime o não pagamento do **Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)**, devidamente declarado. Conforme a decisão, os responsáveis por empresas que não repassarem ao estado o valor recolhido de ICMS cobrado no preço de mercadorias poderão ser processados pelo crime de apropriação indébita tributária.

Antes da decisão, proferida no fim do ano passado, a falta de pagamento não era reconhecida como crime tributário, mas como simples inadimplemento do valor. Para o empresário, a intenção da Fazenda Nacional é a coação, a utilização do Direito Penal como órgão cobrador.

Cavalcanti explica que é importante diferenciar quem sonega imposto do empresário que, por alguma dificuldade, não pôde ficar em dia com os tributos. "Sonegador é quem não declara, ou quem diz que o preço foi menor para deixar de pagar algum imposto. Aquele que tenta de qualquer forma esconder a dívida que ele tem. Age de má fé, de forma proposital de se beneficiar" explicou.

A pena prevista é de seis meses a dois anos de detenção, no entanto, são suspensas mediante o pagamento da dívida ou pela adesão a programas de refinanciamento de dívidas (Refis).

“Imagine uma determinação fecha o shopping, com isso você deixa de vender seus produtos e atrasou sua dívida do ICMS, por exemplo, você vai lá e declara espontaneamente ‘eu devo aqui x mil reais’. Aí a Fazenda e diz que ‘é devedor contumaz é aquele cidadão que atrasar mais de três meses’. Entra um processo e vai atrás de quem está tentando trabalhar”, demonstrou o empresário.

Ainda conforme Paulo, a ACB, com o seu núcleo jurídico, está entrando em contato com os legisladores para tentar rever a decisão e encontrar formas de não criminalizar a dívida. Além de oferecer apoio jurídico aos empresários.



Veículo: bahia.ba	
Data: 12/06/2020	Caderno: Economia

**bahia.ba**

**ECONOMIA**

Publicado em 12/08/2020 às 16h02.

# Secretários de Fazenda defendem reforma tributária ampla sobre consumo

*O assunto foi discutido nesta quarta-feira (12) em audiência pública virtual*

Foto: Divulgação/ACSP

Secretários estaduais de Fazenda defenderam hoje (12) que a reforma tributária seja ampla, envolvendo todos os tributos sobre consumo e os entes da Federação – estados, Distrito Federal, municípios e União. Em audiência pública virtual, o presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), Rafael Fonteles, afirmou que o sistema tributário só será aprimorado com reforma ampla.

“Não achamos que seja possível melhorar, de fato, o sistema tributário se não se envolverem todos os tributos sobre consumo de uma só vez. Até a questão da transição pode ser discutida, mas, se não pensar de forma global, certamente trará mais problemas do que soluções. Por isso é que o Comsefaz defende uma reforma ampla, envolvendo todos os tributos sobre consumo, para poder equacionar, de fato, as distorções que há no nosso sistema”, disse Fonteles.

O secretário da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, Henrique Meirelles, defendeu que o Imposto sobre Serviços (ISS), arrecadado pelos municípios, faça parte da reforma, assim como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e os tributos federais. “A inclusão do ISS é fundamental para efeito desta simplificação [do sistema tributário], bem como os impostos federais. É absolutamente, na minha visão, negativo para o país esse fatiamento;

portanto é absolutamente necessária uma reforma única, ampla, incluindo o ICMS, os impostos federais e o ISS e mantendo a base”, disse Meirelles.

O secretário de Estado de Fazenda do Mato Grosso, Rogério Luiz Gallo, também defendeu uma reforma abrangente. “Vemos com muita preocupação a fragmentação de propostas que visem manter o atual cenário de tributos separados por entes federados sobre o consumo”, disse. Para o secretário, a retirada no ISS da reforma dificultaria o aproveitamento de créditos tributários. “Isso nos preocupa sobremaneira, porque nós manteríamos um tributo que seria da União e dos estados sobre o consumo e teríamos outro tributo sobre os serviços com os municípios. Isso daria problemas de cumulatividade, quer dizer, a indústria consome serviços e não poderia aproveitar os créditos desses serviços. E também a mesma coisa ocorreria com aqueles que prestam serviços: não poderiam aproveitar-se dos créditos”, afirmou Gallo.

### **ISS fora da reforma**

Na última sexta-feira (7), durante a reunião com o ministro da Economia, Paulo Guedes, representantes da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) defenderam que o ISS fique de fora da reforma tributária em andamento no Legislativo.

“Nossa posição é favorável à unificação, mas temos muita dificuldade na unificação do ISS em um único imposto de valor agregado”, disse o prefeito de Teresina, Firmino Filho, no dia 7 deste mês. Segundo Firmino Filho, o ministro Paulo Guedes demonstrou apoio à manutenção do ISS. “Ele foi muito explícito, disse que apoia a nossa tese de manter o ISS. É um imposto de potencial fantástico no futuro, tendo em vista que os serviços serão mais sofisticados, de maior valor agregado. Seria uma irresponsabilidade dos municípios abrirem mão, ainda mais sabendo que a União não vai compensar os entes federativos por eventuais perdas se houver uma unificação”, acrescentou.

No final do mês passado, o governo federal apresentou a primeira parte da sua proposta de reforma, que prevê a unificação do Programa de Integração Social e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins) dando lugar à Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), com alíquota de 12%. Outras duas propostas de emenda constitucional também tramitam no Congresso e preveem a unificação dos demais tributos, incluindo o ISS (municipal) e o ICMS (estadual).

### **Regressividade**

Fonteles afirmou que para reduzir o peso dos impostos regressivos e indiretos, que todos pagam – inclusive os mais pobres – quando compram uma mercadoria ou pagam um serviço, é preciso devolver parte do tributo para as pessoas mais pobres. “A tributação sobre consumo normalmente é regressiva, e a melhor maneira de fazer esse combate à regressividade é devolvendo o tributo para as pessoas de menor poder aquisitivo. Isso, de certa forma, é simples

de ser feito atualmente com a tecnologia que temos. Alguns Estados já fazem isso de forma regular”.

“Ainda que a gente não evolua para uma tributação maior da renda e menor do consumo, que é o ideal também, dentro do próprio consumo é possível torná-lo mais progressivo devolvendo o tributo ou parte do tributo para a população de menor poder aquisitivo”, acrescentou.

Veículo: A Tarde	Caderno: Especial
Data: 13/08/2020	Página: B1

**A TARDE**  
O jornal de toda Bahia

# Armando Avena



**ANÁLISE ECONÔMICA,  
FATOS E NEGÓCIOS**

atarde.com.br/colunista/armandoavena  
armandoavena@grupostar.com.br

## O novo governo Bolsonaro

Há um novo governo Bolsonaro e pouca gente se deu conta disso. Esse novo governo deu uma guinada política e econômica. Politicamente, Bolsonaro abandonou o estilo agressivo, eliminou as falas na porta do palácio, que geravam crises diárias, enquadrou os radicais bolsominions, aproximou-se do Centrão e deixou de bater de frente com o Congresso Nacional e o STF. É um novo Bolsonaro, e sem essa mudança o destino de seu governo seria o impeachment.

No âmbito econômico, a mudança é maior ainda. Sai o arauto do liberalismo e entra o verdadeiro Bolsonaro, que sempre foi contra as privatizações e sempre defendeu um estado nacionalista e forte. É por causa disso que o camaleão Paulo Guedes, que entrou no governo jurando reduzir os impostos, está mudando de pele e agora só fala em aumentar impostos. O Posto Ipiranga tornou-se Imposto Ipi-

ranga e pretende recriar um imposto sobre movimentação financeira – que seja chamado como for é igual a CPMF – e quadruplicar os impostos para o setor serviços. Guedes descobriu que o setor serviços gera 70% do PIB brasileiro e pôs o olho grande nele, sem se lembrar de que o setor é composto de micro e pequenas empresas que não vão resistir a esse aumento brutal.

O governo Bolsonaro está abandonando o viés liberalizante, e é por isso que esta semana Salim Matar, empre-

sário e dono da Localiza, abandonou o cargo de secretário da Desestatização, afirmando que a privatização não está andando. E Paulo Uebel, responsável pelo projeto de reforma administrativa que diminuiria o tamanho do estado, pediu o boné. É a oitava baixa na equipe do ministro Paulo Guedes, no que está sendo conhecido como "a debandada dos liberais".

Além disso, o novo governo Bolsonaro tem dois novos programas que são a menina dos olhos do presidente e que

podem atropelar Guedes: o Prô Brasil e o Renda Brasil. O Prô Brasil é aquele programa que pretende agrupar obras de diversos ministérios, num total somado de R\$ 35 bilhões, que será comandado pelos ministros Braga Neto e Tarcísio de Freitas. O projeto é uma repaginação do famigerado PAC da presidente Dilma Rousseff e colocou Guedes e o ministro Rogério Marinho em campos opostos.

O outro projeto é o Renda Brasil, programa que Bolsonaro e sua equipe pretendem fazer surgir do auxílio emergencial da pandemia e que englobaria o atual Bolsa Família. Seria um bom programa se fosse feito com corte de gastos, mas tanto ele quanto o Prô Brasil estão sendo montados com base em aumento de imposto e descumprimento do teto de gastos. Em resumo: no novo governo, sai o liberalismo e entra o PAC e o Bolsa Família de Bolsonaro.

**Entra o verdadeiro Bolsonaro, que sempre foi contra as privatizações**

**Guedes descobriu que o setor serviços gera 70% do PIB brasileiro e pôs o olho**

## Salvador e a Covid

Há duas semanas esta coluna afirmou: Salvador superou o platô e o número de casos e mortes por Covid-19 caiu significativamente. A afirmação era boa ciência, pois em vez de trabalhar com gráficos inúteis baseados na data de notificação do óbito, que incluem mortes ocorridas 30 dias atrás, a coluna utilizou apenas a data efetiva do óbito. Resultado: a

média de óbitos por Covid-19 em Salvador despencou. Agora o governo do estado reconheceu a queda e pode-se ver a redução na taxa de ocupação das UTIs para 55%, o sistema de regulação zerado e os hospitais de campanha com baixa ocupação. Salvador venceu a primeira batalha contra a Covid, mas não é para baixar a guarda. A guerra continua.

## Flashes de boas notícias

Apesar da pandemia, há boas notícias pairando no ar. O comércio varejista, por exemplo, comemora a nova data do "Black Friday", que vai durar 11 dias e ocorre entre 3 a 13 de setembro. Já a agropecuária baiana comemora uma safra. A safra de soja na Bahia está estimada em 6,0 milhões de toneladas e será a segunda maior da história. O comércio exterior baiano começa a se recuperar e as exportações cresceram 1% em julho impulsionadas pelas compras da China e pelo câmbio favorável. O turismo baiano está retomando e os voos para Porto Seguro pela Azul estão entre os mais procurados. E Salvador já tem bares, restaurantes e atrações abertas. Tudo na base do protocolo.

**REAÇÃO** Saída de três secretários foi interpretada pelos senadores baianos como uma demonstração da crise interna que vive o Ministério da Economia

# Após debandada, Bolsonaro acena com privatizações

RAUL AGUILAR

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) voltou a defender a privatização de empresas públicas um dia após as saídas do secretário de Desestatização, Desinvestimentos e Mercado, Salim Mattar, do secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, Paulo Uebel, e do diretor do Programa de Desburocratização, José Ziebarth, do Ministério da Economia.

Bolsonaro postou ainda uma foto nas redes sociais ao lado do ministro da Economia, Paulo Guedes, e do ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, com uma legenda criticando o "inchaço" do Estado brasileiro.

Ao tratar das saídas dos secretários e do diretor do ME, o presidente da República citou saídas voluntárias para outra atividade melhor. "Em todo o governo, pelo elevado nível de competência de seus quadros, é normal a saída de alguns para algo que melhor atenda a suas justas ambições pessoais".

## Repercussão

A saída dos secretários Salim Mattar, Paulo Uebel e José Ziebarth foi interpretada pelos senadores da bancada baiana como uma demonstração da crise interna e da falta de unidade que vive o Ministério da Economia.

Em entrevista à imprensa esta semana, o ministro da Economia, Paulo Guedes, classificou o ato como uma "debandada" na pasta. Guedes disse que o pedido de



Presidente fez pronunciamento ao lado de presidentes da Câmara e do Senado

**O senador Ângelo Coronel (PSD) compara as saídas dos secretários a uma fuga de tripulantes em um barco e teme que o próximo a sair seja o chefe da pasta**

exoneração de Mattar foi motivado por uma insatisfação com a lentidão para conseguir realização privatizações no país; a de Uebel, pelo travamento da reforma administrativa que está estacionada na Câmara dos Deputados.

O líder do PSD no Senado Federal, Otto Alencar, cita oposição interna no governo federal e desencanto dos secretários como estopins para as saídas. "Guedes tem grande oposição dentro do próprio governo, a começar pelo Bolsonaro, que não dá segurança ao ministro", afirma o senador.

O senador vice-líder do Partido dos Trabalhadores

(PT) no Senado, Jaques Wagner (PT), avalia que a saída dos servidores foi motivada pela "decepção dos secretários com a condução do ministro na pasta".

O senador Ângelo Coronel (PSD) compara as saídas dos secretários a uma fuga de tripulantes em um barco e teme que o próximo a deixar o cargo seja o chefe da pasta.

"Os tripulantes estão abandonando o barco e não será surpresa se o capitão seguir na mesma linha. Será uma grande perda, se acontecer, pois o Paulo Guedes tem tentado colocar a economia nos trilhos", pondera Coronel.



Artigo Edelvino Góes

## O 'novo normal' na prestação de serviços públicos na Bahia

A pandemia do novo Coronavírus estabeleceu novos conceitos nas relações de trabalho e de consumo e nas interações sociais. Na Bahia, o Governo já tinha tirado do papel quatro grandes projetos estruturantes e que já estavam num grau de maturidade suficiente para manter a máquina adaptada às novas exigências de isolamento social e redução da mobilidade.

O Governo do Estado atua fortemente em uma agenda de transformação digital – o que tem permitido com sucesso a adoção de ações para manter a continuidade na prestação de serviços ao cidadão. Uma gestão pública para trazer resultados passa por uma visão estratégica. E foi isso que a Bahia fez, adotando escolhas adequadas de prioridades que hoje se mostram bastante acertadas.

O lançamento do SAC Digital, em junho de 2018, preparou o Estado para o que estava por vir. Desde o início das medidas de isolamento, a demanda por serviços públicos virtuais mais que triplicou na Bahia. Reflexo disso é o número de novos cadastros nesta plataforma nos últimos meses: saltou de 59 mil, em março, para mais de 198 mil, em junho.

Aliás, desde o início da pandemia, o número de serviços digitais – aqueles reali-

zados pelo cidadão do início ao fim na própria ferramenta – subiu de 18 para 31, resultando num incremento de 72% no período e que vai representar este ano uma economia de R\$ 19 milhões para os cofres públicos. Referência na administração pública nacional em razão do grau de integração da sua arquitetura, o SAC Digital conta com outros 434 serviços públicos, incluindo agendamento online para atendimento presencial nos postos da Rede SAC.

O Sistema Eletrônico de Informação (SEI-Bahia), adotado em novembro de 2017, é outra inovação que tem garantido o pleno fun-

**Desde o início da pandemia, o número de serviços digitais subiu de 18 para 31, incremento de 72%**

cionamento da máquina. Processos administrativos são instaurados e tramitados eletronicamente pelo software, cujo acesso poder ser até por dispositivos móveis. A ferramenta põe fim à necessidade de deslocamento até a repartição. E contabiliza hoje 1,5 milhão de processos movimentados nos

órgãos estaduais, além da economia de R\$ 49 milhões com reduções de papel, impressão e transporte.

Outra inovação da gestão atual é o RH Bahia, sistema de recursos humanos que automatizou os atos e processos de RH do Estado. Lançada em janeiro do ano passado, a ferramenta apresentou, somente nos primeiros seis meses deste ano, 125.080 atos, entre nomeações, ingressos, concessões de licença, promoções, progressões e outros. Este volume é 57% maior que o registrado no mesmo período do ano passado.

O RH Bahia permite que o servidor consulte sua vida

funcional e faça solicitações de direitos e benefícios pelo Portal de Serviços, sem se deslocar até o setor de Recursos Humanos do órgão em que atua.

Outro advento tecnológico relevante para o funcionamento do Estado durante a crise sanitária é a plataforma de comunicação e governança colaborativa. Adquirida em 2015, a ferramenta inclui recursos como e-mails institucionais, chats, aplicativos para videoconferências, transferência e arquivamento de dados. Um dado interessante é que a quantidade de reuniões virtuais pelo Microsoft Teams saiu de 40 para 20 mil em quatro meses, garantindo até mesmo a realização de licitações por videoconferência.

As soluções tecnológicas adotadas pelo Governo fazem parte do processo de transformação digital, seguindo a tendência mundial de 'digitalização'. E se destacam por permitir à administração pública viabilizar o acesso do cidadão a serviços. A 'digitalização' se encaixa no contexto do novo normal, garantindo eficiência, economia de recursos, ganho de produtividade e, principalmente, aprimoramento da qualidade dos serviços públicos.

EDELVINO GÓES, SECRETÁRIO ESTADUAL DA ADMINISTRAÇÃO



# Mais\*

## AO CORREIO, TITULAR DA SESAB TAMBÉM FALOU SOBRE A VACINA RUSSA E RETOMADA DE ATIVIDADES

RAFAEL MENEZES/DIVULGAÇÃO

**Daniel Aloisio**

REPÓRTER

daniel.santos@redebahia.com.br

A retomada das aulas presenciais na Bahia pode ocorrer ainda em setembro ou até outubro, segundo afirma o secretário de Saúde do estado, Fábio Vilas-Boas. Em entrevista ao CORREIO, ele disse que inicialmente se está pensando em retornar progressivamente a partir de setembro, mas isso vai depender dos dados da covid-19. Para o secretário, a volta às aulas pode acontecer ainda esse ano, mesmo em plena pandemia, se for feita de forma organizada. A definição dos protocolos de retomada e da data exata de retorno será feita por um grupo de estudos composto por outros agentes do governo estadual. "Não sou eu quem define. Isso está sendo discutido dentro de um grupo que envolve a Secretaria de Educação e o próprio governador", explicou. Até 14h de ontem, a ocupação dos leitos de UTI no estado era de 61% e, segundo o secretário, tem caído progressivamente. Confira a entrevista:

**O último relatório do comitê científico do Consórcio Nordeste diz que a situação atual da pandemia na Bahia ainda não está controlada. Para eles, a disponibilidade de leitos de hospitalização ainda permite ter algum aumento de casos. Como vocês veem essa avaliação?**

Não é a disponibilidade de leitos que permite ter um aumento de casos. A nossa quantidade de leitos e a baixa taxa de ocupação permite absorver um crescimento. Isso é verdade. Agora, o fato de você ter mais leitos disponíveis não torna a população menos aderente às medidas de proteção. Ninguém sai para a rua por sabe que vai ter leito de UTI se precisar. As pessoas que estão deliberadamente se expondo ao risco de se contaminarem fazem isso de forma irresponsável ou inconsequente e não por se sentirem confortáveis em ter leitos hospitalares caso venham a ficar doentes. Estamos tendo cada vez menos pessoas internadas, tanto em leitos de enfermaria como de UTIs. A ocupação tem caído progressivamente.

**Por que o governo do estado mudou a orientação para as pessoas que apresentam os primeiros sintomas da covid-19 procurem o hospital de imediato?**

Desde a semana passada, estamos pedindo o apoio



### ENTREVISTA FÁBIO VILAS-BOAS

## Secretário diz que aula volta até outubro

da imprensa para estimular as pessoas a buscarem o atendimento mais precocemente e não ficar em casa esperando a doença melhorar, pois pode piorar. E para os médicos, quando atenderem pessoas com suspeita da covid-19 e portadores de comorbidades, que possam internar essas pessoas, mesmo sem haver uma indicação óbvia. O objetivo é fazer avaliação de risco intra-hospitalar, observar se o paciente vai evoluir bem ou mal e garantir que a pessoa não retorne ao hospital depois de ter tido uma alta precoce.

**Podemos retomar aulas presenciais ainda esse ano? Há alguma previsão de data?**  
Acho que podemos sim, desde que seja feita com planejamento. Não sou eu quem define a previsão. Is-

so está sendo discutido dentro de um grupo que envolve a Secretaria de Educação e o governador. Inicialmente, se está pensando em retornar progressivamente a partir de setembro, mas isso depende de como vai se comportar o número de óbitos. Se não for em setembro, vai ser em outubro.

**Quais as atividades que o senhor avalia que só podem voltar após a vacina?**  
As festas coletivas.

**Já dá para retornar tudo com protocolos?**

Dá para fazer aos poucos e ir vendo. Se tiver piora, volta atrás. Mas se for fazendo aos pouquinhos, dá para a gente ir testando a resposta da pandemia. Como temos leitos, se acontecer qualquer eventual reacceleração, vai dar tempo de absorver o excesso de demanda que pode ser gerado.

**Sobre a vacina russa, como anda a negociação com o governo baiano?**

A gente está aguardando que eles enviem os resultados dos estudos científicos. Só vamos avançar com a negociação após eles enviarem os estudos.

\*ORIENTADO PELA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO.

•• Estamos tendo atualmente cada vez menos pessoas internadas, tanto em leitos de enfermaria como de UTIs. A taxa de ocupação tem caído progressivamente

•• Insistimos que as pessoas sejam internadas precocemente. Está morrendo muita gente em casa, principalmente no interior

•• Não sou eu quem define a previsão de volta às aulas. Isso está sendo discutido dentro de um grupo que envolve também a Secretaria de Educação e o próprio governador

•• Se a volta for aos pouquinhos, dá para ir testando a resposta da pandemia

### QUEM É

• **Fábio Vilas-Boas** tem 52 anos, é graduado em Medicina pela Universidade Federal da Bahia há 29 anos e doutor em Cardiologia pelo InCor e pela Faculdade de Medicina da USP; além de Fellow do American College of Cardiology. Natural de Salvador, também escreve artigos científicos.

## Vacina de Oxford já testou mais de 700 baianos

Das três vacinas para o coronavírus testadas em Salvador, a da Universidade de Oxford já foi aplicada em mais de 700 pessoas. Até anteontem, dos 1,5 mil voluntários da Bahia, 719 receberam as doses do potencial imunizante ou do placebo, que é a vacina da meningite. Quem foi vacinado não sabe qual dose tomou. Essa diferença faz parte do ensaio clínico que verifica se o imunizante tem capacidade de proteger as pessoas do vírus.

Os pesquisadores do Instituto D'Or, que coordena os estudos em Salvador, vão acompanhar os voluntários por um ano, pelo menos, no Hospital São Rafael. O estudo mundial é fruto de uma parceria da Universidade de Oxford, do Reino Unido, com a empresa biofarmacêutica AstraZeneca. No total, 50 mil pessoas participam dos testes em todo o mundo, sendo 10% delas (5 mil voluntários) no Brasil.

## Rússia confirma negociações com governo da Bahia

A Embaixada da Rússia no Brasil afirmou que negocia acordo sobre a vacina Sputnik V, recém-registrada contra a covid-19, com o governo baiano. Em nota, a Embaixada informou que, em 30 de julho, o chanceler russo, Sergey Akopov, participou de videoconferência com o governador Rui Costa e o secretário de Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas. Sobre a desconfiança da comunidade científica sobre a vacina russa, que teria sido aprovada muito rápido, Rui disse que não permitirá aplicação de nenhuma vacina que não seja segura.

Ontem, a embaixada russa também confirmou a assinatura de memorando de entendimento com o governo do Paraná, para acompanhamento de informações sobre a vacina. Segundo o governo paranaense, o memorando é um tipo de 'protocolo de intenções' para que a vacina seja eventualmente testada no estado.





MARINA SELVA/ARQUIVO CORREIO

**Mudanças valerão também para quando deputados voltarem ao plenário**

## Economia deve passar de R\$ 1 milhão

O reconhecimento facial e a assinatura eletrônica são mais duas ações do processo de informatização das áreas administrativa e parlamentar da Assembleia Legislativa, que pretende eliminar o uso de papel até o final do ano. A Alba afirmou que, com os novos procedimentos, a economia anual com o consumo de papel, tinta para impressoras e manutenção vai superar R\$ 1 milhão.

Alguns processos têm até 200 páginas e a Alba produziu cerca de 2 mil matérias no ano passado. As Assembleias Legislativas de Santa Catarina e do Espírito Santo foram as primeiras a usarem a assinatura eletrônica, mas o processo ainda não foi certificado. Como a Alba está usando o modelo do Judiciário, a Casa já tem a certificação necessária. A proposta é que o reconhecimento facial e a assinatura digital continuem sendo usados mesmo depois da pandemia.

Os parlamentares estão trabalhando em sistema home Office desde que a pandemia começou, mas a Casa já estuda a possibilidade de retomar parte das atividades presenciais. Uma comissão foi criada para elaborar protocolos de segurança para esse retorno, mas a volta ainda não tem data para acontecer. A expectativa é de que os trabalhos retornem com presença mista, ou seja, parte dos deputados no plenário, e outras parte em atividade remota.

**O modelo adotado pelo Legislativo será o mesmo do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas do Estado da Bahia**

# Assembleia de olho no futuro – e na agilidade

**Legislativo** Casa terá reconhecimento facial e assinatura digital de deputados

**Gil Santos**

REPORTAGEM

gilvan.santos@redebahia.com.br

Os deputados da Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) começaram um treinamento ontem para se familiarizar com dois novos sistemas. Agora, as votações terão reconhecimento facial e os 63 parlamentares terão assinaturas eletrônicas. O objetivo é agilizar os processos, evitar fraudes e diminuir a quantidade de papel usada na burocracia do Legislativo. Serão três dias de capacitação e os dois sistemas vão entrar em funcionamento até o final de agosto.

O treinamento começou às 15h, e será repetido hoje e amanhã. Tudo pode ser feito de forma remota, o que significa que os deputados não precisam se deslocar até o prédio da Alba, no Centro Administrativo da Bahia (CAB). Quem preferir pode usar a internet e fazer tudo sem sair de casa, pelo celular, tablet ou computador.

Desde que a pandemia começou, as votações

estão acontecendo de forma virtual. Os deputados usam plataformas digitais comuns, como o Zoom, e os votos são registrados através do vídeo. A assessoria garante que não houve problemas nesse período, como duplicidade de voto ou algo parecido, mas afirma que o reconhecimento facial vai permitir maior segurança e transparência. Em casos de votação secreta, por exemplo, as ferramentas atuais não teriam como atender essa demanda, mas o novo modal sim.

O reconhecimento facial já é usado no Senado e em Assembleias Legislativas de outros estados. Os deputados baianos foram divididos em três grupos de 21 para o treinamento, em que eles vão registrar a face na tela do programa, a assinatura digital, e esclarecer dúvidas sobre os dois sistemas. O superintendente parlamentar Bira Corôa abrirá os trabalhos em plenário como se fosse uma sessão plenária ordinária normal com votação na ordem do dia para que os sistemas sejam testados.

“A orientação do presidente é modernizar o funcionamento da Casa, tanto no Legislativo como os demais setores. Nossa meta é até o final do ano zerar a utilização do papel. Isso trará três ganhos: ambiental, de custos e de segurança para os parlamentares. Isso tudo é fruto de um trabalho conjunto das três superintendências da Alba”, afirmou Bira.

### MAIS TECNOLOGIA

Já o processo de certificação digital, a chamada assinatura eletrônica, está em funcionamento no gabinete da Presidência desde o final de julho. Os poderes Executivo e Judi-

ciário, e alguns segmentos da iniciativa privada também fazem uso desse sistema.

O modelo adotado pelo Legislativo será o mesmo do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE) e possibilita, por exemplo, que com um único comando mais de 200 processos digitais sejam assinados eletronicamente. Em papel, eles necessitariam de despachos e assinaturas presenciais. O sistema foi disponibilizado voluntariamente pelos tribunais e está sendo implantado pelo pessoal da Alba.

A proposta é de que a assinatura digital seja estendida para todos os servidores da Alba. O líder do governo, Rosemberg Pinto (PT), comemorou a implantação dos novos sistemas. “Sempre defendi que já deveríamos ter isso há muito tempo. A atual situação nos levou a buscar essas ferramentas digitais, o que vai mudar consideravelmente a forma de atuação das pessoas no Parlamento, nos diálogos externos”, afirmou.

Para o líder da oposição, deputado Sandro Régis (DEM), a medida é importante para avançar no maior uso da tecnologia na Alba, de forma a aumentar a eficiência e a produtividade do Legislativo baiano e gerar economia. “A pandemia do novo coronavírus nos trouxe o desafio de intensificar o uso da tecnologia, tanto é que desde o início dela nós temos trabalhado duro de forma remota, em reuniões virtuais. Então, vejo com bons olhos a chegada destes dois sistemas, que vão potencializar esse uso da tecnologia no Parlamento, dando também maior segurança nas nossas atividades diárias”, declarou.

**●● Nossa meta é até o final do ano zerar a utilização do papel. Isso trará três ganhos: ambiental, de custos e de segurança para os parlamentares Bira Corôa Superintendente parlamentar**



Veículo: Correio	Caderno:
Data: 13/08/2020	Página:

# Correio\*

## Postos baianos correm o risco de ficar sem diesel S10 e S500

**COMBUSTÍVEIS** O abastecimento de diesel S10 e S500 corre o risco de ficar comprometido na Bahia. Em nota, o Sindicombustíveis Bahia informou que a BR Distribuidora está restringindo o abastecimento de diesel S10 e S500 nos postos de combustíveis da Bahia.

“Alguns revendedores estão recebendo da distribuidora cerca de 50% a menos de diesel S10 e S500 e a preocupação da categoria é não ter esses produtos nos postos”, comenta Walter Tannus, presidente do Sindicombustíveis Bahia. Ele explica que a restrição da ven-

da do diesel S10 e S500 é devido à escassez do biodiesel, especificamente do óleo de soja, que tem grande demanda da China. O diesel S10 e S500 é feito a partir do óleo diesel derivado do petróleo e do biodiesel das plantas (óleos vegetais) ou de animais (gordura animal).

## ECONOMIA

TIAGO CALDAS/ARQUIVO CORREIO\*



Lojas do varejo baianas tiveram aumento nas vendas no mês de junho

# Vendas do varejo baiano crescem 7% em junho

**IBGE** As vendas de varejo na Bahia cresceram 7% em junho na Bahia, comparando com o mês anterior. Foi o segundo avanço consecutivo este ano. De abril para maio, o crescimento foi de 10,3% no estado, depois de dois meses de queda histórica no indicador, aponta a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), do IBGE.

Apesar do avanço, o resultado ainda não compensa as perdas acumuladas desde março no setor. Nos quatro meses desde o início do isolamento social, as vendas no varejo baiano tiveram queda de 13,6%.

De maio para junho, o comércio baiano teve crescimento abaixo do registrado no Brasil como um todo, que teve alta nas vendas de 8%. Em 24 das 27 unidades da federação houve alta, com o Pará à frente (39,1%). Tiveram quedas apenas Rio Grande do Sul (-9,0%), Paraíba (-2,4%)

e Mato Grosso (-2,0%).

Apesar do resultado positivo desse mês, na comparação com junho de 2019 o desempenho das vendas na Bahia seguiu em queda (-12,6%). Além de ter sido a quarta queda seguida no ano, nessa comparação, para o comércio varejista da Bahia, foi o pior junho desde 2016, quando as vendas haviam recuado -13,2%.

O recuo baiano (-12,6%) foi o segundo mais intenso entre os estados, ficando acima apenas do Amapá (-14,8%). Foi um resultado ainda bem pior que o nacional, que mostrou variação positiva (0,5%).

No acumulado nos 12 meses encerrados em junho, comparando com os 12 meses anteriores, o desempenho das vendas do comércio na Bahia também segue negativo (-3,6%) e abaixo do verificado no Brasil como um todo (0,1%).

## AZUL E LATAM COMEÇAM A VENDER PASSAGENS DE VOOS COMPARTILHADOS

**AVIAÇÃO** A Azul anunciou ontem o começo do compartilhamento de voos com a Latam Airlines no Brasil, que prevê co-deskshare para 64 rotas no país, além de acúmulo de pontos nos programas de fidelidade das duas companhias. De 35 rotas que já estão à venda, 23 serão cumpridas pela Azul, enquanto 12 terão operação pelas aeronaves da Latam. Até o fim de agosto, as companhias também iniciarão as vendas de outras 29 rotas do acordo, sendo 12 operações da Azul e 17 da Latam.

## NOVO SISTEMA DE PAGAMENTOS, PIX PREVÊ TRANSAÇÕES INSTANTANEAMENTE

**APROVADO** O Banco Central (BC) informou ontem que aprovou o regulamento do PIX, novo sistema brasileiro de pagamentos instantâneos, alternativa para ferramentas de transferência como DOC e TED. O cadastramento de 'chaves' começa no próximo dia 5 de outubro. As 'chaves' são dados simples de clientes que servirão de identificação para as transações feitas pelo PIX, que poderão ser realizadas instantaneamente, sete dias por semana.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 13/08/2020	Página:

**Correio\***

## Lucro líquido da Eletrobras chega a R\$ 4,6 bilhões no trimestre

**ENERGIA** O lucro líquido da Eletrobras foi R\$ 4,6 bilhões no segundo trimestre deste ano e o Ebitda, sigla para lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização, foi R\$ 7,8 bilhões, valor 483% maior do que o mesmo período de um ano atrás. Segundo a estatal, entre os motivos dos bons resultados, divulgados ontem, está a queda de 26% de despesas de Pessoal, Material, Serviços e Outros (PMSO).

“Um dos destaques do trimestre, bastante significativo para a Eletrobras, foi a redução de R\$ 592 milhões em PMSO. O resultado, que consideramos uma conquista, é fruto de medidas permanentes de disciplina financeira adotadas nos últimos anos e que passaram a fazer parte do DNA da empresa”, disse o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior.

Segundo a empresa, influenciaram o resultado as medidas relativas aos planos de demissão consensual e ao projeto Orçamento Base Zero, tendo este último, apenas no primeiro semestre, representado uma economia de R\$ 97 milhões.



Veículo: Correio	Caderno:
Data: 13/08/2020	Página:

# Correio\*

## STF aprova orçamento de R\$ 712 milhões para 2021

**JUSTIÇA** O Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou ontem uma proposta orçamentária para 2021 no valor de R\$ 712,4 milhões, um salto de R\$ 25,7 milhões em comparação à proposta aprovada no ano passado para 2020 (R\$ 686,7 milhões). De acordo com o STF, a proposta orçamentária não inclui reajuste salarial para os ministros da Corte, que recebem mensalmente R\$ 39,2 mil - teto do funcionalismo público.

"O que apresentamos agora é o possível no atual momento, sem prejuízo da soberania do Parlamento em aprimorar o orçamento", frisou o presidente do STF, Dias Toffoli. Ele destacou que o orçamento foi elaborado em conjunto com a equipe de transição do próximo presi-

●●● **O resultado (da proposta orçamentária de 2021) é a mera aplicação de índice inflacionário sobre o orçamento de 2020**  
Dias Toffoli  
Presidente do STF

dente da Corte, Luiz Fux, que assumirá o comando do tribunal no dia 10 de setembro.

"O resultado (da proposta orçamentária de 2021) é a mera aplicação de índice inflacionário sobre o orçamento de 2020, uma prática que tem sido adotada desde a implantação do teto constitucional de despesas", disse Toffoli. O salto no valor da proposta orçamentária de 2021, em relação à de 2020, é de 3,74%.

De acordo com Toffoli, o Supremo fez um mapeamento interno das demandas das diversas áreas do tribunal. Depois do levantamento preliminar, foi necessário aplicar um corte de R\$ 76 milhões, a fim de adaptar a proposta ao teto de gastos. Uma das saídas do Supremo foi compartilhar as despesas com a TV Justiça com outros órgãos que também aproveitam as instalações da emissora, como o Superior Tribunal de Justiça

(STJ) e Conselho da Justiça Federal

Durante a presidência de Toffoli, o Supremo entrou na mira da opinião pública e da própria Justiça após uma série de gastos públicos, como o contrato de R\$ 481,7 mil que previa a compra de legumes e vinhos para refeições a serem servidas a autoridades. A compra entrou na mira do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MP-TCU), virou alvo de ação popular movida pela deputada federal Carla Zambelli (PSL-SP) e chegou até a ser suspensa pela Justiça Federal do Distrito Federal.

Fux disse que já está em contato com a equipe econômica para tratar do orçamento do STF. "Depois da posse, vou conversar com os colegas, pedir que os colegas façam sugestões e depois vamos ter o contato com o Ministério da Economia", afirmou Fux.

### MINISTRO PREPARA MUDANÇAS NO COMANDO DA EBC

**COMUNICAÇÃO** Na tentativa de melhorar o desempenho da EBC (Empresa Brasil de Comunicação), sob risco de ser privatizada pelo presidente Jair Bolsonaro, o ministro das Comunicações, Fábio Faria, deve trocar o comando da estatal de comunicação. Em conversas reservadas relacionadas à reportagem, o ministro disse que, além do atual presidente, fará trocas na diretoria executiva e em postos de dirigentes tanto de conteúdo como de serviço. As mudanças devem ser efetivadas até o final do ano.

CRÉDITO

# R\$ 616

**milhões foram aprovados ontem pela Câmara dos Deputados para os ministérios da Agricultura, Defesa e Justiça. Com os recursos, o governo vai bancar ações de Garantia da Lei e da Ordem na Amazônia e reforçar infraestrutura de penitenciárias federais**

## Moro dará aulas sobre corrupção em universidade de Brasília

**NOVO EMPREGO** A partir do dia 15 de setembro, o ex-ministro de Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, dará aulas no curso de direito no Centro Universitário de Brasília. O convite para dar aulas na instituição foi feito ainda em maio, pouco tempo após ele pedir demissão do ministério e acusar o pre-

sidente Jair Bolsonaro de interferência no comando da Polícia Federal.

O curso pelo qual Moro será o responsável é "Corrupção, Lavagem de Dinheiro e Estado de Direito", que será ministrado remotamente, de 15 em 15 dias. O público alvo é graduandos (1º ao 10º semestre), egres-

sos, profissionais, professores, advogados, assessores jurídicos, acadêmicos e operadores do Direito em geral.

O ex-juiz começou a lecionar em 1996, na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Já em 2018, ele virou professor titular da graduação e pós-graduação do Centro Universitário Curitiba.



Bolsonaro, Maia e Alcolumbre defenderam reformas econômicas



MARCELLO CASAL / AGÊNCIA BRASIL

## Equipe de Guedes deve ter mais duas baixas

A disputa dentro do governo pelo aumento de gastos públicos pode levar a mais baixas na equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, de acordo com fontes ligadas à área política do governo. Entre os secretários que podem deixar os cargos estão Waldey Rodrigues e Carlos da Costa, segundo essas fontes.

A justificativa principal para a saída de Salim Mattar e Paulo Uebel, secretários de Guedes que pediram demissão na terça-feira, foi a dificuldade que os dois estavam enfrentando dentro do governo em tocar suas agendas. Mattar era responsável pelas privatizações e Uebel cuidava da reforma administrativa.

A pressão por aumento de gastos em obras públicas também ajudou a montar o cenário que levou à saída dos dois secretários do primeiro escalão do Ministério da Economia.

Os pedidos por mais gastos em obras, furando o teto de gastos, são encabeçados pelos ministros do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho; da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas; e por ministros militares. Essa pressão agora pode levar a mais mudanças na equipe econômica. Segundo fontes, o secretário de Fazenda, Waldery Rodrigues, está na mira de integrantes do governo e pode deixar o cargo.

### FUNDEB

Rodrigues ficou desgastado principalmente depois das negociações para o Fundeb (fundo que financia a educação básica), em que o governo acabou aceitando gastar mais que o que pretendia. Ele é o responsável pela área fiscal do ministério e, por isso, é alvo constante de reclamações dentro do governo.

Outro secretário de Guedes em situação delicada no governo é o de Produtividade, Emprego e Competitividade, Carlos da Costa. Ele está desgastado no próprio ministério, o que se intensificou com uma declaração recente dele antecipando que o governo pretendia prorrogar o auxílio emergencial, o que foi negado pela pasta à época.

No caso de Costa, o temor de Guedes é que a saída dele o obrigue a transformar a pasta em ministério para ter de entregar a algum partido do centrão. A secretaria de Costa assumiu as funções do antigo Ministério da Indústria e Comércio Exterior.

# Presidente defende teto de gastos

**Em pronunciamento,** Bolsonaro disse que haverá esforço para destravar economia

### Das Agências

REPORTAGEM  
correio24horas@reddebahia.com.br

Após uma "debatedada" no Ministério da Economia, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) disse, ontem, em pronunciamento na entrada do Palácio da Alvorada, em Brasília, que seu governo respeita o teto de gastos e quer responsabilidade fiscal. Ele estava acompanhado pelos presidentes da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado Federal, Davi Alcolumbre (DEM-AP), que também fizeram um breve pronunciamento, em seguida, endossando os mesmos pontos do presidente.

"Em que pese a pandemia, o Brasil está indo bem, a economia está reagindo e nós aqui resolvemos, então, com essa reunião, direcionar mais ainda nossas forças para o bem comum daquilo que todos nós defendemos. Nós queremos o progresso, o desenvolvimento, o bem-estar do nosso povo. Nós respeitamos o teto dos gastos, queremos a responsabilidade fiscal e o Brasil tem como ser realmente um daqueles países que melhor reagirá à questão da crise", afirmou Bolsonaro. Pela manhã, o presidente já havia se manifestado em defesa das privatizações e de uma agenda de controle dos gastos públicos.

A reunião de Bolsonaro com ministros e com os presidentes da Câmara e do Senado e os pronunciamentos foram motivados pelas declarações de terça-feira de Paulo Guedes. Ele criticou auxiliares do presidente que, segundo

ele, aconselham Bolsonaro a "furar" o teto de gastos como forma de se fortalecer na disputa pela reeleição. De acordo com o ministro, se fizer isso, o presidente se aproximará de uma "zona de impeachment".

Aprovada em 2016, a Emenda Constitucional nº 95, que ficou conhecida como PEC do Teto de Gastos, estabeleceu uma limitação para o crescimento dos gastos públicos, que só devem ser reajustados pela inflação ao longo de 20 anos. Com a queda da atividade econômica causada pela pandemia, alguns setores políticos e ministros argumentam que a regra deve ser modificada para que o governo possa aumentar os investimentos públicos e estimular a retomada da economia.

Em maio, devido à pandemia do coronavírus, o Congresso aprovou o chamado "orçamento de guerra", que permitiu ao governo fazer gastos além daqueles previstos no orçamento, a fim de atender às necessidades de mais investimentos em saúde e de renda para trabalhadores informais durante a crise.

Uma ala do governo defende a prorrogação para além de 31 de dezembro do estado de calamidade pública, que motivou o "orçamento de guerra", a fim de se permitir ampliar os investimentos públicos. Foi contra isso que o ministro Paulo Guedes reagiu, após reunião com Rodrigo Maia.

●● O Brasil tem como realmente ser um daqueles países que melhor reagirá à questão da crise Jair Bolsonaro  
Presidente da República

●● Reafirmamos nosso compromisso com o teto de gastos, com a boa alocação do gasto público Rodrigo Maia  
Presidente da Câmara



# Tribuna

## Após saída de Mattar, Presidente apoia privatizações

INGRID SOARES, DO CORREIO BRASILENSE

**A**pós a debandada no ministério da Economia, ocorrida ontem após os secretários especiais Salim Mattar (Desestatização e Privatização) e Paulo Uebel (Desburocratização, Gestão e Governo Digital) deixarem a pasta, o presidente Jair Bolsonaro utilizou as redes sociais, ontem, para tentar diminuir o

impacto das saídas. Ele defendeu a privatização de 'empresas deficitárias' e afirmou que o país está 'inchado'.

"Os desafios burocráticos do estado brasileiro são enormes e o tempo corre ao lado dos sindicatos e do corporativismo e partidos de esquerda. O estado está inchado e deve se desfazer de suas empresas deficitárias, bem como daquelas que podem ser melhor administradas pela iniciativa privada", escreveu o chefe do Executivo.

O presidente criticou a

decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que barrou a venda de estatais sem anuência do Parlamento. "Privatizar está longe de ser, simplesmente, pegar uma estatal e colocá-la numa prateleira para aquele que der mais 'levá-la para casa.'" Para agravar o STF decidiu, em 2019, que as privatizações das empresas "mães" devem passar pelo crivo do Congresso", completou.

Bolsonaro ainda justificou que não é possível atender a todos os ministros que

pedem mais recursos para investimentos e fez um aceno ao ministro da Economia, Paulo Guedes ao defender o teto de gastos. "Num orçamento cada vez mais curto é normal os ministros buscarem recursos para obras essenciais. Contudo, nosso norte continua sendo a responsabilidade fiscal e o teto de gastos".

Na tentativa de minimizar a saída dos auxiliares da Economia, o mandatário apontou que "em todo o governo, pelo elevado nível de co

SALIM MATTAR

### Não querem privatizações para manter a corrupção'

De saída do governo depois de um ano e meio à frente do programa de vendas das estatais, o empresário Salim Mattar, diz que o establishment não quer as privatizações para não acabar com o "toma lá dá cá" e o "rio da corrupção".

ADRIANA FERNANDES, O ESTADO DE S. PAULO

**Por que o sr. pediu demissão? O que aconteceu?**

Tudo tem o seu ciclo. Estou no governo há um ano e meio e todos viram a energia e dedicação em relação às privatizações. Apesar do prazo não curto, consegui deixar um legado. Recebemos o governo com 134 estatais e eu fui apurar direito e encontrei 698 empresas que têm participação da União. Em julho e agosto, estávamos implementando o estatuto modelo da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), com elevados padrões de governança para aquelas empresas que permaneceram ainda estatais. Fizemos um decreto que obriga cada

ministério a fazer uma justificativa para a existência da empresa e vendemos R\$ 150 bilhões de desestatização e desinvestimento e reduzimos 84 empresas. E deixamos um pipeline (carteira de projetos) formatado de 14 empresas que serão privatizadas de janeiro a dezembro de 2021. Mesmo eu saindo, continuo dando apoio ao ministro e à pauta da economia.

**O ministro Paulo Guedes disse que o sr. falou que o establishment não deixa privatizar. O sr. censou?**

Por mim, eu venderia todas as empresas, sem exceções. O governo tem que cuidar da qualidade de vida do cidadão, da saúde, educação, segurança. Temos 470 mil funcionários nas estatais. Isso tira energia, enquanto deveria estar cuidando do social. Essas estatais acabam servindo para toma lá, dá cá e corrupção. Existe uma resistência do establishment

em vender as empresas. Você é testemunha que a nossa MP 902 que quebrava o monopólio da Casa da Moeda, para que pudéssemos privatizá-la, caiu. O que aconteceu? O Congresso disse não. Estamos numa democracia, cabe a mim acatar. Eles foram eleitos. Acabou! Eles decidiram. Não é para vender, não vamos vender.

**Há duas semanas o sr. disse que continuava motivado. Qual foi o estopim para essa mudança de lá para cá?**

Estou fora, mas continuo motivado. E ficando para a pauta da economia, vendo o teto de gastos (regra que proíbe que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação), acompanhando tudo... Antes a minha motivação era vender estatal, agora sou um ex-servidor. A minha motivação é apoiar esse governo e o farei. Estarei na torcida, principalmente para o ministro Guedes. Eu fiquei no governo 18 meses. Eu plantei alguma coisa que alguém vai colher em 2021, quando serão privatizadas 14 estatais.

**Quem garante? O governo Bolsonaro não vendeu até agora nenhuma estatal. A pauta não fica enfraquecida?**

Essa pauta não é apenas minha. Essa pauta é do Guedes e vai continuar existindo. Vendemos 84 empresas, como subsidiárias e desinvestimento, mas nenhuma estatal. Não diminuí o feito.

**O que levou o sr. a ir até o presidente da República para pedir demissão?**

Eu não pedi demissão ao presidente Bolsonaro. Se verificar a pauta do presidente, vai ver que ele me recebeu este ano 12 vezes. Ele sempre me apoiou.

## A relação pragmática entre Bolsonaro e Guedes

RENATO ANDRADE, DE O GLOBO

O presidente Jair Bolsonaro já entendeu que para ter a turma do dinheiro ao seu lado é preciso dar suporte ao seu ministro da Economia. Não é preciso comprar todas as ideias de Paulo Guedes. No mundo pragmático do mercado financeiro, se houver apoio no essencial, a reciprocidade será verdadeira.

Por isso, a saída de

mais dois integrantes da equipe de Guedes na noite de terça-feira gerou mais buchição do que efeito prático sobre os negócios na manhã desta quarta-feira.

O apoio presidencial ao que efetivamente importa ao mercado neste instante — evitar a escalada do rombo nas contas públicas — veio logo cedo, quando o inquilino do Palácio da Alvorada foi às redes sociais para dizer que "nosso norte continua sendo a responsabili-

dade fiscal e o teto de gastos". Parte importante da administração Bolsonaro quer distância do mecanismo criado no governo Michel Temer para segurar as despesas, que ganharam impulso fulminante nos anos Dilma Rousseff. O próprio Bolsonaro, cada dia mais próximo do figurino de candidato à reeleição, gostaria de menos amarras para fazer uma caminhada mais suave até as urnas em 2022.

Guedes emprestou ao

então candidato de 2018 todo o uniforme do liberal clássico. Garantiu ao capitão a vitória e o apoio praticamente irrestrito das mesas de operação do mercado financeiro.

Ao longo destes 20 meses de administração, entretanto, o Bolsonaro político mostrou ao titular da Economia que a implementação da agenda liberal nunca seria em sua plenitude. Guedes entendeu. O mercado também. Os secretários, não.

# Tribuna

## Quase 2 mil lojas estão ameaçadas de fechar na capital

Foto: Romildo de Jesus

YURI ABREU  
REPORTER

**A** retomada das atividades econômicas, em Salvador, já está na segunda fase, com o funcionamento das lojas do comércio de rua e dos centros de compras, entre outros setores. Porém, a crise provocada pela pandemia do novo coronavírus deixou marcas muito profundas no segmento como um todo, principalmente pela adoção do isolamento social e, consequentemente, a queda na arrecadação de muitos estabelecimentos.

De acordo com o Sindicato dos Lojistas do Comércio de Salvador (Sindilojas), dos 12 mil estabelecimentos filiados a entidade, estima-se que 1.800 deles ou não voltem a funcionar (5%) ou terão dificuldades para funcionar até o mês de dezembro (10%), ainda que o final do ano reserve duas das melhores datas para o varejo brasileiro: Black Friday, em novembro, e o Natal.

"Essa é a clareza que nós estamos tendo no momento, além do cuidado de acompanhar toda a situação. Você vai ao shopping, por exemplo, encontra algu-

mas lojas fechadas, que ainda não estão funcionando, já outras adiaram a volta do funcionamento, para poder se preparar e aguardar melhor quanto a questão dos custos. O crescimento nas vendas ainda é pequeno. A economia ainda está muito travada em função dos protocolos. Alguns fatores ainda incidem de forma muito forte", analisou o presidente do Sindilojas, Paulo Mota.

De acordo com o dirigente, além da questão financeira, o comércio ainda deve enfrentar outros desafios para tentar compensar um ano que, de acordo com ele, está praticamente perdido. "O primeiro dos nossos desafios é no campo do consumidor. É preciso que ele tenha condições de comprar. Agora, muitos deles estão com os seus salários prejudicados e o dinheiro está circulando pouco. A segunda é que o poder público, que não fez nada até agora, desonere os impostos. Assim será possível às empresas se capitalizar. Isto é super necessário", disse ele, ressaltando que a pandemia resultou em uma queda de 30% nas vendas em comparação ao mesmo período do ano passado.

### BAIXA DOS SAPATEIROS

Golpe ainda mais duro sofreu uma região que, outrora, concentrava o grosso do comércio popular de Salvador: a Baixa dos Sapateiros. Se até os anos 1980 chegaram a funcionar até 600 lojas na localidade, depois da pulverização e ganho de força dos comércios de bairro, além do esquecimento por parte dos poderes públicos, nos últimos tempos, menos de 300 estabelecimentos lutam bravamente para sobreviver ante a passagem dos anos.

Porém, a crise provocada pela pandemia de covid-19 foi mais cruel para com a região. De acordo com o presidente da Associação dos Lojistas da Baixa dos Sapateiros (Albasa), estima-se que entre 30 e 40 lojas fecharam as portas na região. Com a arrecadação despenhando em até 80% nos últimos meses, agora são pelo menos 250 empresários vivendo um momento de incertezas de agora em diante.

"Aqui, cada loja que fecha é uma família que fica desempregada", afirmou Rui Barbosa. "O impacto aqui foi grande. Vai ter lojas que não vão abrir mais. Pessoas que praticamente tiveram a situação muito devastadora,



### NO VERMELHO

No comércio popular da Baixa dos Sapateiros muitas já estão fechadas

sem poder pagar aluguel, contas de luz e telefone. Muitos já vinham sofrendo com a crise pela qual a Baixa dos Sapateiros vinha passando e ela se agravou mais ainda com a pandemia", salientou.

De acordo com ele, o

poder público, por exemplo, poderia estender o horário de funcionamento dos estabelecimentos localizados na região, uma vez que o fluxo de pessoas, por lá, vem caindo a cada ano. "Isso tem prejudicado muito. Mas acreditamos que as obras

que estão sendo finalizadas na Avenida Cônego Pereira, elas possam se estender ao Terminal do Aquidabã, assim como a Barroquinha, trazendo órgãos públicos e as pessoas novamente. Eu creio que a tendência agora é melhorar", disse.



Veículo: Bahia Econômica	
Data: 12/08/20	



## PETROBRAS VAI ELEVAR PREÇO DA GASOLINA EM 4% NESTA QUINTA



admin 13 Agosto, 2020

A Petrobras vai aumentar os preços do diesel em 2% e os da gasolina em 4% a partir de hoje (13) em suas refinarias. Com o movimento, o preço médio do diesel nas refinarias da Petrobras deverá atingir R\$ 1,7336 por litro, maior nível desde meados de março, quando o consumo de combustíveis passou a ser impactado pelas medidas de isolamento social devido a pandemia de coronavírus. Já o preço médio da gasolina, segundo os números da Reuters, deve chegar a R\$ 1,7213 por litro. No acumulado do ano, o valor do diesel ainda apura queda de 26%, enquanto o da gasolina tem baixa de cerca de 10%.



Veículo: Metro1	Bahia
Data: 12/08/20	



## Bahia

### Postos de combustíveis podem ficar sem diesel S10 e S500 a partir desta quarta

*Segundo o Sindicombustíveis Bahia, BR Distribuidora tem restringido distribuição do combustível devido à escassez do biodiesel*



Por **Juliana Rodrigues** no dia 12 de Agosto de 2020 · 13:30

Revendedores de combustíveis relatam restrições por parte da BR Distribuidora em relação ao abastecimento de diesel S10 e S500 nos postos da Bahia, segundo informações do Sindicombustíveis. A entidade afirma que, com a restrição de venda, os produtos podem faltar no mercado baiano para abastecer carros ou caminhões com motores diesel, a partir de hoje (12).

“Alguns revendedores estão recebendo da distribuidora cerca de 50% a menos de diesel S10 e S500 e a preocupação da categoria é não ter esses produtos nos

postos”, diz Walter Tannus, presidente do Sindicombustíveis Bahia. Ele explicou que a restrição da venda do diesel S10 e S500 é devido à escassez do biodiesel, especificamente do óleo de soja, que tem grande demanda da China.

O diesel S10 e S500 é um combustível feito a partir do óleo diesel derivado do petróleo e do biodiesel das plantas (óleos vegetais) ou de animais (gordura animal). O percentual da mistura do biodiesel ao óleo diesel, determinado pela legislação em vigor, é de 12% para venda ao consumidor final.

# Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Economia

12/08/2020 17:21

## Vendas do varejo baiano crescem 7% em junho

As vendas no comércio varejista baiano registraram, em junho de 2020, variação positiva de 7,0%, frente a maio, na série com ajuste sazonal. Na comparação com igual mês do ano anterior, houve recuo de 12,6%. No semestre, a taxa do volume de negócios foi negativa em 11,3%. Esses dados foram apurados pela Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – realizada em âmbito nacional – e analisados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento.

“O crescimento das vendas do varejo do mês de junho, em relação a maio, reflete um impacto menor do quadro de isolamento social diante da pandemia do coronavírus no comércio. Vale ressaltar que no resultado de maio, em comparação a abril, também foi registrado crescimento, que foi de 10,3%”, ressalta o secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro.

Por atividade, em junho de 2020, os dados do comércio varejista do estado baiano, quando comparados aos de junho de 2019, revelam que três segmentos que compõem o indicador do volume de vendas registraram comportamento positivo. Assim, o desempenho positivo nesse mês ficou por conta dos segmentos de Móveis e eletrodomésticos (23,7%), Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (6,0%), e Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (1,4%).

O comércio varejista ampliado, que inclui o varejo e mais as atividades de Veículos, motos, partes e peças e de Material de construção apresentou crescimento de 11,9% em relação a maio, na série com ajuste sazonal. Em relação a Material de construção, as vendas no mês de junho foram positivas em 41,6%, na comparação com o mesmo mês de 2019.

**Fonte: Ascom/SEI**

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Secom - Secretaria de Comunicação Social

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

**Horário de funcionamento:**

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

Exerça sua cidadania. [Fale com a Ouvidoria.](#)



Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Brasil](#).  
[Versão mobile](#)

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 13/08/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 13 de Agosto de 2020 - 08:20

## ***Congresso barra ampliação do BPC e derruba 5 vetos de Bolsonaro***

por Danielle Brant e Isabella Macedo | Folhapress



Deputados e senadores apreciaram em sessões remotas um total de 16 vetos, sendo seis ainda do ano passado. Um dos mais aguardados e controversos, o veto parcial ao pacote anticrime, ficou para a semana que vem por falta de acordo.

Dos 16 vetos, os parlamentares mantiveram 11 e derrubaram cinco, sendo três totais e dois parciais. Para rejeitar um veto é necessária a maioria absoluta dos votos de deputados e senadores. Se for derrubado em uma Casa e mantido na outra, o veto continua valendo.

O principal veto mantido foi o que barrou a ampliação do BPC, em dispositivo que constava originalmente no projeto de auxílio emergencial a informais. A proposta chancelada pelo Congresso elevava o limite de renda familiar do benefício para meio salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2021.

Ao vetar o item, o governo argumentou que a proposta violava regras do ato das disposições constitucionais transitórias, da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) e da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para 2020. O Ministério da Economia estimava um impacto de R\$ 20 bilhões ao ano caso o veto fosse derrubado.

Os deputados e senadores também mantiveram os vetos presidenciais a dispositivo que determinava que cinemas reservassem uma sessão mensal para pessoas com autismo e também ao item que estabelecia 180 dias para que a União, estados e municípios regulamentassem a lei.

Outro veto mantido foi ao projeto que muda a LDO para 2020 em relação a critérios de emendas de bancada. O dispositivo fixava regras para contingenciar as emendas de bancada

não impositivas. Segundo o governo, isso poderia trazer rigidez orçamentária e atrapalharia a gestão fiscal neste ano.

Acordo negociado entre os deputados e senadores derrubou cinco vetos de Bolsonaro. Os parlamentares rejeitaram três vetos totais, entre eles o que barrava a prorrogação do prazo para utilização do Recine (regime de tributação para atividade cinematográfica) e o que proibia órgãos públicos de contratarem serviços advocatícios e contábeis sem licitação. Com a derrubada, os profissionais podem ser contratados com dispensa de licitação.

O terceiro veto total derrubado foi ao projeto que regulamentava a profissão de historiador.

Também retomaram dispositivos que haviam sido barrados em vetos parciais. Foram recuperados 17 dispositivos do projeto de crédito rural -- 11 vetos foram mantidos. Também foram derrubados vetos a dois dispositivos no projeto que regulamenta a telemedicina durante a pandemia.

Os deputados e senadores votaram ainda um projeto que libera R\$ 616 milhões para os ministérios da Agricultura, Defesa e Justiça.

Foi a primeira sessão do ano em que foram votados vetos presidenciais. A demora ocorreu por divergências dos parlamentares em relação ao rito de apreciação dos vetos nas sessões remotas estabelecidas por causa da pandemia do novo coronavírus.

A oposição argumentava que a proposta de deliberação virtual reduzia sua capacidade de contestação à decisão do governo.

Também havia falta de acordo sobre alguns dos dispositivos barrados -- o governo contou com a ajuda do presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (DEM-AP), para retardar a pauta, enquanto buscava uma solução negociada com os parlamentares.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 12/08/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 12 de Agosto de 2020 - 22:00

## ***Em comparação com maio, vendas no comércio varejista baiano cresceram 7% em junho***



As vendas no comércio varejista baiano registraram, em junho de 2020, uma variação positiva de 7,0%, em relação a maio, na série com ajuste sazonal. Na comparação com junho de 2019, houve recuo de 12,6%. No semestre, a taxa do volume de negócios foi negativa em 11,3%. Esses dados foram apurados pela Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – realizada em âmbito nacional – e analisados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento.

Por atividade, os dados revelam que, em uma comparação com o ano anterior, três segmentos que compõem o indicador do volume de vendas registraram comportamento positivo. São eles: Móveis e eletrodomésticos (23,7%); artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (6,0%) e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (1,4%).

O comércio varejista ampliado, que inclui o varejo e mais as atividades de veículos, motos, partes e peças e de material de construção apresentou crescimento de 11,9% em relação a maio, na série com ajuste sazonal. Em relação a material de construção, as vendas no mês de junho foram positivas em 41,6%, na comparação com o mesmo mês de 2019.

“O crescimento das vendas do varejo do mês de junho, em relação a maio, reflete um impacto menor do quadro de isolamento social diante da pandemia do coronavírus no comércio. Vale ressaltar que no resultado de maio, em comparação a abril, também foi registrado crescimento, que foi de 10,3%”, ressalta o secretário estadual do Planejamento, Walter Pinheiro.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 12/08/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 12 de Agosto de 2020 - 21:10

## ***Preço médio da gasolina nas refinarias tem reajuste de 4%***



A Petrobras anunciou nesta quarta-feira (12) que promoverá reajustes médios de 4% para a gasolina e de 2% para o diesel (S10 e S500) nas refinarias, com vigência a partir desta quinta-feira (13).

Esse será o sexto aumento consecutivo do diesel no ano. Já o reajuste da gasolina acontece após redução de 4% no preço, registrada em julho passado, depois de nove altas, de acordo com a Agência Brasil.

Com o aumento de 2% (ou o equivalente a R\$ 0,04 por litro) a partir dessa quinta-feira, o preço médio do diesel da Petrobras para as distribuidoras passa a ser de R\$ 1,87 por litro. No acumulado do ano, a redução do preço é de -19,9% .

Já o preço médio da gasolina para as distribuidoras, com o aumento de 4% (ou R\$ 0,07 por litro) a partir de amanhã, passa a ser de R\$ 1,72 por litro. No acumulado do ano, a redução do preço é de -10,4 %.

No acumulado do ano até agora, foram 24 reajustes para a gasolina, sendo 11 aumentos e 13 reduções, e 18 reajustes para o diesel (sete aumentos e 11 reduções).

Veículo: bahia.ba	
Data: 12/06/2020	Caderno: Economia

**bahia.ba**

**ECONOMIA**

Publicado em 12/08/2020 às 21h20.

# Comércio baiano teve queda de 13,6% durante a pandemia

*Os dois resultados estão abaixo da média do Brasil, na qual houve crescimento de 8,0% frente a maio*

Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil

De março a junho, as vendas do comércio baiano acumularam queda de 13,6%. O intervalo equivale ao período de vigência da pandemia durante o primeiro semestre. No comparativo, o desempenho de junho é 7% maior do que maio último.

Os dados foram divulgados nesta quarta-feira (12), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No comparativo com o mesmo mês de 2019, o resultado na Bahia prosseguiu no vermelho em junho (-12,6%) – foi o 2o maior recuo do país. As vendas do varejo baiano acumularam declínio de 11,3% no semestre.

Os dois resultados estão abaixo da média do Brasil, na qual houve crescimento de 8,0% frente a maio e 0,5% na comparação com junho do ano passado.

Em junho, na Bahia, 5 das 8 atividades do varejo restrito (que exclui automóveis e material de construção) tiveram quedas nas vendas, frente ao mesmo mês de 2019.

Além do segmento de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (1,4%) – que vem se mantendo em alta desde março – móveis e eletrodomésticos tiveram um forte aumento (23,7%), o maior entre as atividades e o primeiro desde fevereiro. Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos também avançaram (6,0%), após dois reclusos consecutivos.



## opinião

## FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PRESIDENTE Luiz Frias

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila

SUPERINTENDENTES Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito  
CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Marcelo Coelho, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Colucci, Hélio Schwartzman, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)  
DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benez (comercial), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

## EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

## Os debandados

Baixas na Economia se devem a fragilidades de Guedes, mas sobretudo à indiferença de Bolsonaro

Partiu do ministro Paulo Guedes (Economia) a palavra "debandada" para qualificar o pedido de demissão dos secretários especiais de Desestatização, Salim Mattar, e Desburocratização, Paulo Uebel.

A razão dos debandados não poderia ter ficado mais clara: privatizações não há; reformas desburocratizantes, tampouco. Os assessores saíram por falta de objeto.

O círculo mais próximo de Guedes, no governo e no setor privado, começa a tomar distância daquele que já recebeu a tacha de superministro. Tantos poderes têm sido inúteis para viabilizar a alteração das regras que fazem as folhas salariais da administração incharem como por geração espontânea.

A aglutinação de tantas prerrogativas numa só autoridade também não faz a agenda de privatizações andar. Nem sequer caminha a da abertura ao comércio exterior, que depende em larga medida do poder normativo na sua alçada.

A esta altura, as fragilidades de Paulo Guedes já estão escancaradas. Promete de mais, entrega de menos; parece inapto às tarefas de gestão da pasta; tem baixa interlocução parlamentar; as cifras que pronuncia nem sempre encontram guarida na realidade matemática.

Mas seria incorreto atribuir toda a culpa pelo fracasso parcial ao ministro. Da mesma forma, não seria justo deixar de reconhecer que a sua agenda de intenções coincide,

em boa medida, com o que o Brasil precisa para voltar a crescer a taxas mais elevadas e sustentáveis.

Mais de 30 anos de presidencialismo sob o pacto de 1988 já deveriam ter deixado claro aos observadores que superministros não existem. A força do Executivo federal está agudamente concentrada no presidente da República, ungido por dezenas de milhões de votos.

Se o Planalto não quer, nada de importante acontece. E quer não basta: se não costura uma base extensa de apoio no Congresso Nacional, sua agenda naufragará.

O presidente Jair Bolsonaro interessa-se cada vez menos pelo elenco de propostas de Paulo Guedes. Defende-o da boca para fora, como voltou a fazer nesta quarta (12), mas na prática seu governo promove uma aliança acelerada com forças do atraso, da irresponsabilidade fiscal e do corporativismo.

Foi Bolsonaro quem entrou a reforma administrativa, pressionado pelos servidores, sobretudo militares, que compõem a sua base histórica de sustentação política e, agora, povoado o seu governo.

É Bolsonaro quem procura fontes financeiras e brechas constitucionais para vitaminar um programa de transferência de renda — e quiçá um de obras públicas — a fim de manter viva a chance de reeleição.

O presidente da República está debandando das promessas eleitorais. O contribuinte que se defende,

## Rever a meia-entrada

Ancine abre consulta sobre benefício, que no Brasil é aplicado de maneira ineficiente e desvirtuada

Não há nada mais gratificante para um político do que distribuir benesses com as quais os cofres públicos não precisam arcar diretamente. Assim proliferaram no país legislações que obrigam empresários do setor cultural e organizadores de eventos a conceder descontos de 50% nos ingressos para diferentes categorias de consumidores.

No plano federal, a meia-entrada é assegurada a estudantes, idosos, jovens de baixa renda e portadores de deficiência. Se considerarmos também leis de estados e municípios, o benefício pode se estender a professores da rede oficial, servidores públicos, pacientes de câncer, doadores de sangue e medula e membros dos sindicatos.

Não surpreende que o contingente daqueles que pagam o valor cheio caia ano a ano. Em 2017, pagaram inteira em cinemas 29,9% dos espectadores; em 2019, apenas 21,6%. Quem pode conseguir uma carteirinha que lhe garanta o desconto, quem não pode acaba deixando de frequentar espetáculos.

Quando quase 80% do público paga meia, não é difícil notar que há algo de errado na lógica do sistema. Por isso a Ancine abriu consulta pública para discutir os méritos da obrigatoriedade da meia-entrada. O Ministério da Economia

se posicionou contra o instituto.

De fato, a meia-entrada pode ser descrita como um sistema de subsídios cruzados altamente ineficiente. Como os preços são livres, o ônus maior recai sobre a parcela da população que paga inteira.

Como essa parcela tem diminuído, os preços sobem para manter a viabilidade do negócio — excluindo mais consumidores e forçando novo reajuste, num círculo vicioso. Exceto pelos jovens de baixa renda, não existe nenhum indicio de que as categorias contempladas pela legislação sejam as que de fato precisariam do fomento.

Os jovens mais ricos passam mais anos com carteira de estudante do que os mais pobres. O rendimento de idosos é na média maior que o dos adultos mais jovens. E nem se fale de servidores públicos, que detêm a maior média salarial do país. Se o fenômeno da meia-entrada estivesse restrito ao setor cultural, poderíamos tratá-lo como uma exceção custosa, mas com potencial de dano limitado.

O problema é que a lógica de oferecer diferentes preços para diferentes grupos, com notáveis perdas de eficiência, se reproduz em inúmeras áreas, como transporte público, acesso a crédito e até o pagamento de tributos.



## A nova marcha dos 100 mil

Gabriela Prioli

SÃO PAULO Em 26 de junho de 1968, aconteceu no Rio de Janeiro a Marcha dos 100 mil. Numa época em que o cálculo das multidões ainda era fã-lo, dezenas de milhares de pessoas saíram às ruas contra a ditadura militar. Os presentes, na sua maioria estudantes, marcharam por liberdade, suspensão da censura e melhores condições de educação.

Naquele mesmo ano, o regime militar baixou o Ato Institucional nº 5, inaugurando o período mais violento da ditadura militar brasileira. Enquanto se quem pensa que os militares fizeram tudo sozinho.

Lilia Schwarz e Heloisa Starling, no livro "Brasil: uma Biografia", dizem que para a tortura funcionar é preciso que existam juizes que reconheçam como legais e verossímeis processos absurdos, confissões forçadas e laudos periciais mentirosos. É preciso encontrar, em hospitais, gente disposta a fraudar autópsias e autos de corpo de delito e receber presos marcados pela violência física. É preciso ainda contar com empresários dispostos a fornecer di-

nheiro para a máquina de repressão funcionar.

Um jovem de 20 anos que saiu às ruas naquele 26 de junho hoje teria 72. Grupo de risco. Maior a chance de ser, de novo, um entre os 100 mil.

Em 16 de março de 2020, um dia depois de Bolsonaro, durante a pandemia, comparecer a uma manifestação, entrei no ar para a minha estreia na televisão convicta de que não haveria debate possível diante da crítica óbvia. Errei. Sempre existe quem apoie o absurdo.

Lembremos, portanto, de atribuir responsabilidade aos que se calam diante da insistência em minimizar o impacto do vírus e ridicularizar o isolamento; aos que ativamente defenderam um medicamento sem comprovação científica de eficácia; a todos que, nesta guerra, contribuíram para que tantos brasileiros fossem largados à própria sorte.

Os 100 mil de hoje, assim como os de junho de 1968, têm algo a nos dizer. Mais uma vez resistem ao silêncio imposto e nos alertam que a barbárie não se faz por um homem só.

## Bolsonaro chama os profissionais

Bruno Boghossian

BRASÍLIA As vésperas do impeachment de Dilma Rousseff, dirigentes do PP pediram as chaves do Ministério da Saúde. O governo hesitou, mas topou a jogada em troca de votos para evitar a queda da presidente. Pouco depois de deixar o Planalto, o deputado Ricardo Barros foi à casa de Michel Temer. O vice cobriu a oferta: o PP ajudou a derrubar a petista, e Barros virou ministro.

Na próxima semana, o parlamentar assume oficialmente o posto de líder do governo Jair Bolsonaro na Câmara. Depois de acatizar os velhos partidos, o presidente decidiu contratar profissionais com experiência no ramo para se proteger no cargo.

A palavra impeachment dita os lances de Bolsonaro há alguns meses. Faz sentido, já que a hipótese é citada com desinibição — tanto por aqueles que gostariam de derrubar o presidente quanto por sua tropa de choque e pelos omissos que não veem "nenhum tipo de crime".

O último a falar no assunto tem assento na Esplanada dos Ministérios. Paulo Guedes disse na terça (11) que

as pressões para furar o teto de gastos públicos levariam o presidente à "zona do impeachment". Ele mencionou conselheiros de Bolsonaro, mas o alvo era um chefe acometido pela comichão da ganstação.

O presidente abriu dois movimentos para se esquivar desse tormento. Nesta quarta (12), ele fez uma declaração inossa em defesa do limite de despesas e confirmou a escolha de Barros para a liderança do governo.

O deputado é um especialista. Ainda no ano passado, ele peitou um ministro do governo ao cobrar a liberação de cargos e disse: "Se precisar demitir o presidente, nós demitimos. Ele não pode demitir o Congresso. A palavra final é nossa".

Além de instalar uma operação política no governo, a nova aliança de Bolsonaro com o centrão representa um pacto de sobrevivência. O novo líder carrega esse espírito. No início do governo, Barros afirmava que não cabia ao Congresso investigar o caso Fabrício Queiroz. "Agora vamos ficar votando CPI em vez de votar reforma?", perguntou.

## Cultura como caso de polícia

Beatriz Resende

RIO DE JANEIRO Depois das cenas protagonizadas por um secretário de Cultura encarnando Goebbels, o ministro nazista, substituído por atriz histórica a defender a tortura, o tratamento que a cultura vem recebendo do governo aparece agora em imagem nítida e sem retoques. Cultura virou, oficialmente, caso de polícia. Com o capitão da PM baiana André Porciúncula Esteves nomeado secretário Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura, ficou evidente o tipo de atenção que nossas manifestações culturais vêm recebendo.

Cinema, teatro, música e artes visuais passam a depender do novo secretário para controlar a corda que os estrangula. Cinema que vem recebendo prêmios e criando filmes como o antológico "Bacurau"; artes cênicas e visuais que se reinventam com exposições virtuais e peças criadas no isolamento. E a música, ah!, a música! O que seria de nós sem as lives de artistas que reúnem amigos distantes e mobilizam o afeto de todo um país?

Quanto aos livros, deles se encarrega Paulo Guedes, a garantir com seu escandaloso elitismo que pobres não precisam de livro. Querem livros? Compre na Amazon.

Sem política de leitura, que não havia de ser o ministro da Educação a se preocupar com isso, a produção e circulação do livro no Brasil está seriamente ameaçada. Com a possibilidade de novos tributos, editoras e livrarias não vêm como se manter. Perdem os que editam livros e os que teimam em manter o antigo hábito.

Também aqui há coerência. Afinal, se intelectuais e professores que defendem um pacto antifascista são vistos como inimigos listados em dossiês policiais, não faz sentido publicar livros. Complicado para esses novos vilões será explicar em suas aulas de que modo ser antifascista tornou-se, numa democracia, ameaçador.

E com ciência, arte e cultura sob suspeição, seguimos curvados sob o peso de mais de 100 mil mortos.

Hoje, excepcionalmente, não é publicada a coluna de Mariliz Pereira Jorge.

## Mais pesquisa em empresas

Carlos H. Brito Cruz

Professor titular de física da Unicamp e ex-reitor da Unicamp. Escreve a convite da colunista Maria Herminia Tavares.

Os impactos da ciência e tecnologia criadas por pesquisadores no Brasil são de três tipos.

O impacto científico/intelectual refere-se às ideias que fazem a humanidade mais sábia. O impacto social vem daquelas ideias que beneficiam a sociedade no curto ou médio prazo e que são de difícil apropriação privada (por exemplo: a criação de novos protocolos de atendimento médico, que melhoram os hospitais, mas não são apropriados para fins de lucro, ou a criação de políticas ambientais efetivas). Há também o impacto econômico, quando as ideias ajudam a criar novas empresas ou a tornar as existentes mais competitivas.

Os três impactos são essenciais num sistema de C&T, visto como um conjunto, mas não necessariamente do ponto de vista de cada projeto.

As ideias que beneficiam a sociedade vêm muitas vezes de universidades e de institutos de pesquisa. Uma boa parte delas vem também de empresas que tem pesquisadores entre seus funcionários. Universidades contribuem ainda mais pelos profissionais que formam, aqueles que vão criar ideias em empresas, institutos e universidades.

O agronegócio brasileiro se beneficia das ideias criadas em institutos, universidades e empresas. Estudo de pesquisadores da USP mostrou que a cada R\$ 1 aplicado em pesquisa agropecuária em São Paulo, R\$ 11 são criados em produção. Feijão, arroz, açúcar, laranja, etanol combustível, café e carne são alguns dos produtos beneficiados pela pesquisa.

A pandemia evidencia a importância das melhores universidades e de institutos como Butantã, Emílio Ribas, FioCruz. Seus pesquisadores têm criado as ideias que orientam a difícil tarefa das lideranças políticas de achar um caminho menos sofrido para o país e desenvolvido testes, modelos, vacinas e medicamentos.

Mais do que isso, há os benefícios de termos empresas com capacidade em ciência e tecnologia. Respiradores e tomógrafos pulmonares estão sendo produzidos no país. Máscaras, tecidos antivírus, novos testes e reagentes foram criados por pesquisadores de empresas, muitas vezes em colaboração com colegas de universidades e institutos.

No Brasil, 0,2% da força de trabalho é de pesquisadores, dos quais 27% trabalham em empresas. Na União Europeia, a proporção é de 0,8%, dos quais 50% em empresas. Logo, há dois desafios a serem vencidos para se obter mais benefícios da pesquisa no Brasil: além de aumentar o número de pesquisadores, é essencial aumentar mais ainda o número destes trabalhando em empresas, criando tecnologias avançadas ligadas a aplicações de impacto econômico e social.

Este artigo foi escrito especialmente para a campanha #CientistaTrabalhando.



## TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias\_debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

## A falta de diálogo

Projeto na Câmara quer cortar remuneração de artistas sem ouvi-los

Gilberto Gil

Cantor, compositor e ex-ministro da Cultura (2003-2008, governo Lula)

A falta de diálogo vem interditando a participação e o debate na sociedade brasileira. E vou buscar como exemplo um fato que envolve, neste momento, a música brasileira, um dos traços mais marcantes da nossa cultura. O cenário é o Congresso Nacional.

Em meio à maior angústia vivida pela saúde pública mundial e suas consequências econômicas e sociais, alguns políticos decidiram investir contra os direitos autorais que garantem a sobrevivência de compositores, músicos e cantores. Estamos falando de uma iniciativa recente, no Congresso, de um projeto que, se aprovado, impactará diretamente 400 mil pessoas e suas famílias.

Por meio das MPs 907 e 948, tentaram, recentemente, permitir que o setor hoteleiro deixasse de pagar os direitos autorais pela execução pública das obras musicais em quartos de hotéis. Ao setor hoteleiro, uniram-se vários outros setores, todos com o mesmo objetivo: não pagar pelo uso de obras musicais.

Não conseguiram, mas não desistiram. Em sessão remota prevista para breve, a Câmara poderá aprovar, sem ouvir os titulares de direitos autorais, um requerimento de urgência ao projeto de lei 3.968 de 1997, ao qual estão apensados mais de 50 outros projetos, todos buscando a isenção do pagamento da remuneração que autores, músicos e intérpretes têm o direito de receber pelo uso de suas obras musicais.

Em 2013, a sociedade abriu uma ampla discussão, que resultou em diversas mudanças na Lei de Di-

reito Autoral. Se o Congresso agora entende que esta lei deve ser revista, nós, artistas e entidades que nos representamos, estamos dispostos a discutir o assunto. Queremos e devemos ser convocados para essa discussão. Não concordamos — é importante que se diga — nem com o momento nem com a forma com que essa revisão está sendo proposta, pressupondo, de boa-fé, que a intenção do Congresso é, de fato, avançar nessa questão.

É um contrassenso que essa questão seja levada ao Congresso, de afogadilho, sem o contraditório e o confronto de opiniões, sem que todos os segmentos envolvidos se sentem à mesa.

Perguntamos: para onde foi o diálogo? A democracia pressupõe a participação de todos na definição dos processos políticos. Ouvir todas as partes interessadas nas questões que lhes dizem respeito é a norma do jogo democrático.

É descabido e desumano que isso ocorra em meio a um momento inédito de pandemia, quando milhões de brasileiros sofrem com incerte-

zas em relação à sua saúde, convivem indefesos e impotentes com a morte diária de pessoas vitimadas por uma doença ainda não totalmente conhecida e enxergam um futuro econômico incerto.

Além de descabido e desumano, é traço de caráter sacar de um projeto de 1997, anterior a uma lei que foi votada e aprovada em 2013. Todo esse movimento em falso para beneficiar interesses econômicos em detrimento da sobrevivência de milhares de trabalhadores. Sim, artista é trabalhador. Não podemos esquecer desse aspecto fundamental na discussão que precisa ser feita.

A indústria da música é uma parte importante da economia criativa do Brasil, e no meio da crise buscou se reinventar. Munidos de uma tecnologia da comunicação cada vez mais sem fronteiras, os artistas apostaram nas lives para chegar ao seu público. E tem sido assim nesses tempos em que não podemos nos abraçar, encontrar as pessoas que amamos nem nos divertir com segurança.

Portanto, a música está na contramão das medidas que tentam tolher a capacidade criativa dos artistas, impondo-lhes num momento tão difícil maiores restrições econômicas. Menos esperanças de que nenhuma medida nesse sentido — uma afronta ao Estado democrático de Direito — será aprovada sem que os artistas sejam chamados ao palco de debates para expor sua opinião na defesa dos seus direitos.

Evitar o debate, além de não democrático, pode soar como intolerância, palavra tão utilizada ultimamente no que tange às relações humanas e políticas e que deve estar longe, também, das questões que envolvam a cultura — essa dimensão simbólica que nos caracteriza e nos liberta, tão preciosa na construção de nossas identidades como povo e nação.

[...]

Se o Congresso agora entende que esta lei [a Lei de Direito Autoral] deve ser revista, nós, artistas e entidades que nos representamos, estamos dispostos a discutir o assunto. Queremos e devemos ser convocados para essa discussão

## Diagnóstico, estratégia e ação

No Dia do Economista, é hora de propormos políticas claras para o novo cenário

Roberto Luis Troster

Doutor em economia e consultor, é ex-economista-chefe da Febraban (Federação Brasileira de Bancos)

Esta quinta-feira (13), Dia do Economista, é para comemorarmos e refletirmos. A realidade surpreendeu a todos. A pandemia bateu forte. As perdas somam mais de 100 mil mortos, milhões de desempregados e centenas de bilhões de reais de renda corrente e potencial.

A crise aumentou a importância dos economistas para apontar cenários e propor políticas para a superação de problemas. Também mostrou falsos dilemas. Um deles é entre salvar vidas ou a economia.

Todos os países tiveram quedas nas projeções do PIB. No geral, os que tiveram mais fatalidades por milhão de habitantes são os que mais quedas tiveram. Ao compararmos 166 países, o Brasil está em 128º lugar na perda de PIB projetada para 2020 e 2021 e está em 157º em salvar vidas, até agora. Esses números indicam que é possível melhorar as políticas econômica e de saúde.

As estatísticas também mostram que a renda per capita é mais importante do que o gênero, a idade e o peso para explicar a relação de causalidade maior com mortes por Covid-19 no Brasil. Serve também para indicadores de fatalidades por crimes violentos, expectativa de vida menor e de educação pior.

Indicadores de outras nações mostram que os países de renda mais alta têm concentração de renda mais baixa. Políticas sociais, de saúde, de educação e de segurança comple-

mentam as políticas fiscais e monetárias para um crescimento consistente. Não se sabe quando a pandemia vai acabar. Mas se sabe que haverá um amanhã, que tem que ser pensado agora.

O primeiro passo é definir bem quais são os problemas que devem ser resolvidos. Sem um diagnóstico correto, a estratégia está condenada a fracassar. A economia brasileira já estava fragilizada antes da pandemia. No ano anterior, a taxa de crescimento do PIB caiu, o investimento

diminuiu e o número de empresas e cidadãos inadimplentes aumentou.

A pandemia agravou um quadro frágil. Há a necessidade de mudar. Brasília está longe de todos e de tudo. Por um lado, debate taxar grandes fortunas; por outro, é o único país do mundo que tributa dívidas. Resumindo, a política econômica está obsoleta — a realidade mudou mais rapidamente que a percepção do que fazer.

É fato, a economia brasileira está mal. Também é fato que o potencial do país continua sendo uma verdade. Tem capital humano, capacidade empresarial, recursos naturais e uma extensão continental. É paradoxal, mas, para o Brasil, o quadro externo melhorou. Vai pagar menos pelos empréstimos e receber mais pelas exportações. Os juros internacionais caíram, e os preços das commodities subiram.

[...]

Há a necessidade de mudar. Brasília está longe de todos e de tudo. Por um lado, debate taxar grandes fortunas; por outro, é o único país do mundo que tributa dívidas. Resumindo, a política econômica está obsoleta — a realidade mudou mais rapidamente que a percepção do que fazer

## PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br

Cartas para o Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

ENVIE PARA O PAINEL DO LEITOR SUA FOTO EM AMARELO DA CAMPANHA PELA DEMOCRACIA

## Impeachment

Com a presidenta Dilma, de quem até hoje ninguém oficialmente encontrou nada em contrário, o Congresso se apressou para mandá-la para casa. Por que será que agora o Congresso está dormindo, como se nada estivesse acontecendo? Continua a política de um peso e duas medidas? Nada a favor nem contra os envolvidos. Mas seria bom ter um esclarecimento.

José Joacir dos Santos  
(Porto Alegre, RS)

## Raça

O Brasil definitivamente vive tempos distópicos ("Juiza associa homem negro a grupo criminoso 'em razão da sua raça'", Cotidiano, 12/8). O CNJ precisa abrir um procedimento contra essa magistrada, fazendo-a recordar que ela exerce uma função social que tem a Constituição como norte. Isso implica que ela tem de conduzir seus atos observando obrigatoriamente os princípios constitucionais da dignidade da pessoa e do combate à discriminação, de qualquer natureza. Ela demonstrou clara inaptidão para o cargo que ocupa. Não há mais espaço para isso.

Leopoldo de Macedo Cruz Neto  
(Curitiba, PR)

## Economia

Paulo Guedes se esquece de que todas as grandes crises do capitalismo foram criadas pelo liberalismo e que, para sair delas, sempre foram feitos investimentos em obra pública. Paulo Guedes é bem a cara de despreparo deste governo ("Ala desenvolvimentista amplia ataque e diz que Guedes é 'idiota' e 'primário'", Mônica Bergamo, 12/8).

Adenilson Peneli  
(Pirangi, SP)

Havia algo errado na campanha de Bolsonaro. Como um discurso militar nacionalista poderia ser conduzido por um economista liberal? São coisas distintas. Deu no que deu. Nada desenvolve, nada vai pra frente. O pensamento retrógrado e um sistema econômico, que já se mostrou falho, simplesmente não aguentam as mãos. É o fogo no parquinho. E o país pagará o preço por mais dez anos.

Jonathan Mariano Marques  
(São Paulo, SP)

O senhor Enéas Carneiro deve estar se revirando no túmulo com esses pseudodireitistas neoliberais que tomaram conta do Brasil ("Bolsonaro defende privatizações e teto de gastos após debanda na Economia", Mercado, 12/8). Bolsonaro é um fantoche das elites, que decidiram que o próximo golpe contra o povo é repassar impostos em forma de uma nova CPMF — além de tomar posse das estatais. Quem está sendo privatizado é o próprio Estado.

Leonardo Poloni  
(São Leopoldo, RS)

Este governo não tem uma gota de liberal. Este governo é chavista, populista e o maior estelionato eleitoral da história do Brasil. De liberal, o ministro Paulo Guedes só tem o andando, como se diz na minha terra. É um desastre como ministro, e a reforma da Previdência só saiu porque Temer já tinha aberto a porteira, como diz o desmatador do Meio Ambiente. Este governo nos deu um "pibinho" vergonhoso, pior que o de Temer, que na economia foi infinitamente mais competente.

Caio Iglesias Bertazzi  
(São José do Rio Preto, SP)

## Inverdades

A Associação Paulista de Magistrados repudia o tom falacioso da nota "TJ de SP vai dar prêmio de até R\$ 100 mil para desembargadores julgarem processos durante a crise" (Painel, 11/8). É inconcebível que, sabe-se lá com qual finalidade, aborde de maneira rasa ações destinadas a acelerar julgamentos e eliminar acervos, e que sejam remuneradas não em dinheiro, mas em anotação de dias para uso futuro.

Vanessa Mateus, presidente da Apmagis  
(São Paulo, SP)

## Vacina

A imunização do brasileiro já está sendo feita, só que na marra, com o próprio vírus. Quando a vacina chegar, já terá sido tarde demais ("Disputas e Pressão em torno da vacina contra Covid-19 preocupam cientistas", Saúde, 11/8).

Roberto Alvim  
(Rio de Janeiro, RJ)

## Ambiente devastado



Incêndio em reserva florestal no Pantanal (MT)

Luís de Almeida/Folhapress

É de estarrecer a devastação em vários pontos do globo ("Descontrolado, incêndio no Pantanal ameaça um dos maiores hotéis da região", Ambiente, 11/8). Ficamos diuturnamente a par do abissal desrespeito com que a mãe natureza é castigada. O homem, produtor imprável, travestido de garimpeiro, grileiro ou o que o valha, age impunemente. E assistimos, sem reação, a queimadas, derrubadas de matas, explosões inexplicáveis. Que mundo deixaremos às gerações futuras? Hermann Grinfeld  
(São Paulo, SP)

## R\$ 200

Em sua coluna desta quarta-feira ("Dinheiro na mão dos Bolsonaro", Opinião, 12/8), Ruy Castro demonstra o apreço que a família Bolsonaro tem pelo dinheiro vivo. Gostaria que a Folha fosse a fundo para nos explicar por que o governo vai imprimir a cédula de R\$ 200. Ainda não sei o motivo nem quanto tudo isso vai custar. Alguns já disseram que é para ocupar menos espaço nas malas dos corruptos.

Jaime Pereira da Silva  
(São Paulo, SP)

## PMs mortos

Como confiar na Folha e em sua isenção perante os fatos? Na terça, dia 11, notifiquei na primeira página a morte de um jovem durante abordagem da PM, depois referida no Painel do dia seguinte. Nada mais natural para fato tão grave. Mas não deu nenhuma nota sobre a morte de três PMs em outra abordagem ocorrida no sábado (8). Policiais que morrem em serviço de proteção da sociedade costumam ter o tratamento de profundo pesar em países desenvolvidos, mas a Folha desprezou olímpicamente o fato, como se não desse o devido valor ao trabalho policial ou desprezasse a vida de seus profissionais. Há justificativa para esse "esquecimento"?

José Vicente da Silva Filho,  
coronel reformado da Polícia Militar  
(São Paulo, SP)

## Doria

"Dória está contaminado com o novo coronavírus e se isola por dez dias" (Saúde, 12/8). Quer dizer que político faz teste o tempo todo, e o povo, mal a mal, faz quando já está morrendo? E isso quando dá tempo e quando tem teste. Rastreamento com teste rápido em massa já!

Samuel Aparecido Bertaglia  
(Americana, SP)

Será que ele se contaminou num dos restaurantes que ajudou a falar? Será que foi num comércio que ele fechou? Ele acabou com o estado, e não adiantou nada, porque somos o maior índice de contaminados e de mortes. E eu não sou comerciante, ok? Estou na minha clínica, trabalhando, mas meus pacientes estão falidos, deprimidos e com problemas mentais.

Ana Paula Rodrigues de Lima  
(São Paulo, SP)



mercado **coronavírus**

# Equipe econômica teme que planos para reeleição travem agenda liberal

Após debandada, Bolsonaro pede que propostas que desagradem a Guedes sejam congeladas

BRASÍLIA A queda de dois secretários de Paulo Guedes (Economia) responsáveis por pilares centrais da pauta do ministro foi interpretada por membros da área econômica como um baque na agenda liberal do governo. A avaliação é que o principal problema, que deve se intensificar com o tempo, é a reeleição presidencial.

Na manhã desta quarta-feira (12), após a debandada dos secretários, o presidente pediu a ministros militares que propostas que desagradem ao chefe da Economia sejam congeladas temporariamente. O Plano Pró-Brasil, por exemplo, que deveria ser lançado em setembro, agora deve ficar para 2021.

Segundo relatos feitos à Folha, o presidente também pediu que seja interrompida a investida de ministros como Tarcísio de Freitas (Infraestrutura) e Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) ao TCU (Tribunal de Contas da União) em busca de uma brecha no teto de gastos para a inauguração de obras federais.

Na noite desta quarta, ao lado dos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), Bolsonaro afirmou, no Palácio da Alvorada, que respeita o teto de gastos. A regra limita os gastos à inflação do ano anterior.

Segundo assessores presidenciais, na avaliação de Bolsonaro, uma agenda de inaugurações é essencial para aumentar as chances de uma reeleição, mas agora é o momento de pisar no freio para evitar uma saída de Guedes.

Em conversa reservada, o

presidente expressou preocupação com um pedido de demissão de Guedes, um de seus fiadores no governo.

Bolsonaro lembrou que parcela do apoio ao governo do setor empresarial é vinculada diretamente à permanência do ministro.

Para evitar desagradar a Guedes, segundo ministros palacianos, o Ministério da Defesa também deve postergar proposta de reestruturação da Emgepron (Empresa Gerencial de Projetos Navais) e da Imbel (Indústria de Material Bélico).

O ministro Fernando Azevedo vinha tentando, em conversas com Guedes, garantir mais recursos orçamentários para projetos estratégicos do Exército e da Aeronáutica.

A pressão também vinha sendo feita por militares palacianos. Além de Marinho e Tarcísio, Guedes tinha divergido também de integrantes da cúpula militar, como os ministros Braga Netto (Casa Civil) e Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional).

Para integrantes do núcleo fardado, a política fiscal do ministro tem atrapalhado o desenvolvimento estrutural do país e ameaçado uma reeleição do presidente.

No passado, ministros militares chegaram até mesmo a defender a separação de Planejamento da Economia, em esforço para conseguirem um novo canal de diálogo para negociações orçamentárias.

A ideia, no entanto, foi rejeitada por Bolsonaro, para evitar uma saída prematura de Guedes do governo.

Auxiliares de Guedes afir-

mam que a necessidade de Bolsonaro buscar capital político para ser bem-sucedido nas eleições de 2022 já traz problemas na condução da economia e atrapalha a pauta liberal.

A agenda defendida por Guedes desde o início do governo toca em temas politicamente sensíveis e vai contra interesses que geram vantagens eleitorais, como a ampliação de gastos e o reforço nos investimentos em obras públicas, por exemplo.

Em seu discurso de posse, Guedes elencou as privatizações como o segundo principal pilar de sua gestão, depois da reforma da Previdência.

Um ano e meio depois, essa agenda não avançou e culminou com o pedido de demissão de Salim Mattar da secretaria que cuida das desestatizações.

A reforma administrativa, que busca um engajamento dos gastos com o funcionalismo público, também foi citada como prioridade por Guedes em sua posse.

Na terça-feira (12), no entanto, o secretário Paulo Uebel, responsável pela proposta, também pediu demissão após meses de tentativas de apresentar o texto.

Auxiliares afirmam que dificuldades impostas pelo Congresso ou pressões das alas política e militar são problemas menores quando se comparam à necessidade de construir uma agenda que viabilize a reeleição do presidente.

Nesta semana, a Folha mostrou que Bolsonaro já começou a implementar um projeto de longo prazo para aumentar as chances de ser re-

## Agenda liberal de Guedes em xeque

### Privatizações

Embora tenha se desfeito de participações do governo em empresas privadas, a gestão Bolsonaro não conseguiu fazer a agenda de privatizações andar, e a venda de estatais está travada. Nem mesmo a perda de controle da Eletrobras, em negociação desde o governo anterior, saiu do papel.

### Reforma administrativa

Citada por Guedes como prioridade de sua gestão, a proposta de reforma do serviço público foi engavetada com o aval do presidente Jair Bolsonaro. A medida estudada prevê o fim da estabilidade no cargo, redução de salários de entrada, diminuição do número de carreiras e avaliação de desempenho.

### Reforma tributária

Embora o Congresso discuta propostas de reestruturação do sistema de cobranças de impostos do país há mais de um ano, o governo entrou oficialmente no debate apenas no mês passado, ao apresentar proposta que se limita a unificar PIS e Cofins. O restante do plano, com desoneração da folha de salários, reforma do Imposto de Renda e criação de um tributo sobre pagamentos, ainda não foi apresentado.

### Reforma do Estado e do Orçamento

No chamado Plano Mais Brasil, Guedes defende a retirada de amarras do Orçamento, a adoção de medidas de ajuste fiscal e uma ampliação de poderes dos governos regionais, com aumento de repasses a estados e municípios. Três propostas que tratam do tema foram enviadas ao Congresso em 2019, mas seguem travadas no Congresso.

### Abertura econômica

Integração do Brasil no mercado internacional não avançou de forma acelerada. Conforme as próprias palavras de Guedes, a abertura será gradual. O Brasil fechou acordo comercial com a União Europeia, mas países do bloco mostram resistência em ratificar a decisão.

### Mudanças em regras trabalhistas e sindicais

Governo quer reduzir a tributação sobre a contratação de mão de obra e cortar encargos trabalhistas fora do Orçamento, como FGTS e contribuição ao sistema S. Outra frente atua na flexibilização de normas trabalhistas (NRS) e também em uma reforma sindical. A maior parte do plano ainda não saiu do papel.

leito. O plano inclui inaugurações de obras, medidas de impacto social e articulações em torno de uma chapa eleitoral.

Diante da preocupação do presidente com as perspectivas eleitorais e o peso das corporações em Brasília, membros do Ministério da Economia consideram que as privatizações seguirão com grandes dificuldades até o fim do governo. A principal meta de Guedes, vender a participação do governo na Eletrobras, está longe de avançar.

Com o atuante lobby de servidores públicos, a reforma administrativa também é vista como uma proposta de difícil concretização.

Com parte de sua agenda enfraquecida, Guedes diz não abrir mão da política de austeridade e controle dos gastos públicos no pós-pandemia. Técnicos que participam da elaboração do Orçamento afirmam que as pressões de ministérios por aumento de gastos estão muito piores do que em anos anteriores.

Em declaração que foi interpretada como um recado a Bolsonaro, o ministro afirmou na terça que tentativas de furar a regra do teto de gastos levarão o presidente a "uma zona sombria, uma zona de impeachment".

Apesar das dificuldades, pessoas próximas a Guedes afirmam que ele segue firme no cargo. A equipe do ministro confia na aprovação de mudanças estruturais, como novos marcos legais para investimentos privados e a reforma tributária.

Entre auxiliares do ministro, a avaliação é que Guedes segue como fiador da pauta econômica e que a credibilidade do governo poderia ruir se ele deixasse o cargo.

Na parte do governo que defende a expansão dos gastos públicos, entende-se que a debandada reforça a influência do Ministério da Economia, ao menos por enquanto, no Planalto. **Bernardo Wizam, Gustavo Urtibe, Julio Wziack, Julia Chaib e Thiago Resende**



O presidente Jair Bolsonaro com os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, e do Senado, Davi Alcolumbre, e ministros de Estado, no Palácio da Alvorada. *Pedro Ladeira/Folhapress*

## Bolsonaro se reúne com Maia e Alcolumbre e diz respeitar teto

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) afirmou nesta quarta-feira (12) que respeita o teto de gastos. Ele afirmou que buscará soluções para destravar a economia brasileira em meio à pandemia do novo coronavírus.

"Nós respeitamos o teto dos gastos. Queremos a responsabilidade fiscal. E o Brasil tem como realmente ser um daqueles países que melhor reagirá à questão da crise", disse.

Em pronunciamento, na frente do Palácio da Alvorada, o presidente sinalizou com avanços na política de privati-

zações e na apresentação da reforma administrativa.

As declarações foram dadas após uma debandada no Ministério da Economia.

Antes, havia se reunido com ministros, entre eles Paulo Guedes (Economia), os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e líderes do governo.

"Assuntos variados foram tratados [no encontro], como privatizações, outras reformas, como a administrativa. De modo que nós nos empenharemos, mesmo que

em ano eleitoral, juntos, para buscar soluções, destravar a nossa economia e colocar o Brasil no local que ele sempre mereceu estar", disse.

"O Brasil está indo bem. A economia está reagindo, e nós aqui resolvemos, então, direcionar mais nossas forças ao bem comum, aquilo que todos nós defendemos. Queremos o progresso, o desenvolvimento", afirmou Bolsonaro. O presidente falou com a imprensa após a reunião. Nenhuma medida concreta, porém, foi anunciada.

Em rápido pronunciamen-

### O que é o teto de gastos

Regra constitucional que limita o aumento das despesas públicas à inflação do ano anterior. Em 2021, por exemplo, o teto será ampliado em R\$ 31 bilhões (IPCA de 2,13% em 12 meses até junho, taxa mais baixa desde que a regra começou a vigorar). O mecanismo foi instituído durante o mandato de Michel Temer (MDB), em 2016. O prazo é de dez anos, prorrogável por mais dez

to, Maia também reafirmou compromisso com o teto e com a reforma administrativa.

O presidente da Câmara citou ainda a necessidade de colocar em votação uma proposta de gatilhos para conter as despesas públicas e preservar a regra de ouro, que só autoriza o endividamento para custear investimentos.

"Nós temos ainda muito a fazer. E eu acho que, de fato, reafirmando o teto de gastos e a regulamentação dos seus gatilhos, propostas que existem hoje no Senado e também na Câmara, vai nos dar

as condições de melhor administrar o nosso Orçamento".

Já tramitam na Câmara e no Senado, com apoio do governo, propostas para que medidas emergenciais de redução de despesas sejam acionadas em caso de um quadro grave nas contas públicas.

Entres os gatilhos estão a suspensão de promoção de servidores e de reajustes salariais, impedimento de criação de despesas obrigatórias, corte de jornada e salário de servidores, além de redução nos gastos com abono salarial.

*Continua na pág. A14*



## mercado coronavírus

## PAINEL S.A.

Joana Cunha  
painelsa@grupofolha.com.br

## Salim Mattar

Para ex-secretário,  
Bolsonaro precisa de apoio,  
e centrão está disposto

SÃO PAULO Salim Mattar, que nesta terça (11) deixou a secretaria de desestatização do governo Bolsonaro, avalia que Paulo Guedes "foi feliz nas colocações" ao anunciar o desligamento. O ministro disse que, se o presidente seguir conselhos para furar o teto de gastos, pode ir parar na "zona sombria" do impeachment. Sobre o saldo de seu trabalho, Mattar diz que poderia ter sido maior, se não tivesse a pandemia ou se Bolsonaro tivesse base maior no Congresso. "O presidente precisa de apoio, e o centrão está disposto a apoiar o presidente", afirma Mattar.

O sr. falava em um plano de privatizar R\$ 1 trilhão. Será que alardear esse número pode ter cansado ou desgastado o sr.? Eu não estou cansado. Continuo motivado. Tenho direito de escolha. Uma era ficar no governo e a outra, voltar à minha vida pessoal e dedicar o meu tempo aos institutos liberais que eu tanto gosto.

No governo, eu acho que a nossa realização foi espetacular. Ficamos travados por um tempo por causa da reforma da Previdência. Depois teve férias do Congresso e, quando voltou, a pandemia começou.

Não tivemos tanto tempo assim e vendemos R\$ 150 bilhões de desestatizações e desinvestimentos. Vendemos 84 empresas. Fizemos o mais difícil, que é preparar o formato.

Não seria melhor o sr. ter ido para o BNDES quando Joaquim Levy saiu no ano passado? Eu fui convidado para ir. Recusei e indiquei o Gustavo Montezano. Ele é um banqueiro por natureza. Eu sou do mundo dos negócios mas não sou banqueiro.

Como eu tinha esse projeto de privatização que transitava no ministério, achei que seria mais importante ficar em Brasília. E depois, o Gustavo Montezano é absolutamente ligado conosco.

Talvez o senhor tenha perdido muito tempo defendendo a venda de imóveis? As nossas estatais valem R\$ 1 trilhão. Só que o presidente falou: não vende Banco do Brasil, Petrobras, Caixa. Por mim, privatizaria tudo. E em imóveis, temos também um valor como esse. Aprovamos Medida Provisória que facilita a venda de imóveis. Agora, estamos começando com leilões todas terças e quintas.

Desde o começo do governo, quantos imóveis foram vendidos até agora? E quantos foram colocados à venda? Não sei. Agora, com a aprovação da MP 915, que começou efetivamente a venda de imóveis. Antes era aquele processo antigo. Agora é um processo novo, virtual. Facilitamos a participação nos leilões que antes eram presenciais.

Como avalia a fala de Guedes de terça? O ministro é muito sincero e foi feliz nas colocações. De fato, precisa da reforma administrativa e das privatizações mais aceleradas. Ele foi franco. Ali era um bom momento, se falava sobre teto de gastos. E ele, aproveitando o momento, em que eu e Uebel estavam saindo, falou da importância das privatizações e da reforma.

Eu acho que Guedes não quis mandar um recado para o presidente. Ele estava dizendo: 'olha, pessoal, temos que privatizar, mandar a reforma'. É claro que isso vai chegar ao

presidente, aos congressistas e ao establishment. Não há um culpado que está segurando. É um conjunto da sociedade em Brasília.

Há duas semanas, o Lauro Jardim, colunista do jornal O Globo, publicou que o sr. iria sair. Af o sr. disse que era fake news. Mas aquilo era fake news naquele dia. Hoje eu estou fora do governo. Eu me demiti ontem. Ele deu aquela notícia mas não tinha fundo de verdade. Ontem [terça], eu procurei o Guedes e conversei com ele. A notícia do Lauro Jardim não procedia. É como falar que amanhã vai chover.

O senhor tomou a decisão na terça? De uma hora para outra? Não teria sido, então, uma decisão precipitada? Não foi uma decisão tomada ontem. Ontem, eu informei o ministro. Eu gastei um ano para tomar minha decisão de vir para o governo.

A decisão de sair foi feita em menos de 15 dias? Não. Todo mundo tem de ter um plano B. Foi para o governo de corpo e alma. Assumi a postura do cargo. Fiz uma boa entrega. Poderia ter sido mais? Poderia. Se não tivesse a pandemia. Se o presidente tivesse uma base maior no Congresso, poderia ser mais? Sim. Mas nosso presidente não quis entrar no toma-lá-dá-cá.

Mas essa história de que o presidente não teria aceitado fazer o toma-lá-dá-cá não é um discurso desatualizado? Não se diz mais isso com a aproximação do presidente ao centrão. O presidente precisa de apoio, e o centrão está disposto a apoiar o presidente. O governo Fernando Henrique Cardoso teve que, de alguma forma, obter a maioria no Congresso, por maneiras que eles chamam de democráticas. O Lula obteve maioria no Congresso por maneiras também ditadas democráticas feitas no governo de coalizão.

Agora, o governo Bolsonaro começou isso há 60 dias. Feito muito de leve. Não tem nenhuma pessoa na Caixa, no Banco do Brasil, no BNDES, na Petrobras, na Eletrobras. É muito superficial.

O presidente tem contato com o apoio do centro democrático e tem de alguma forma contemplado algumas solicitações, mas muito pequenas. Se você comparar isso com períodos anteriores, vai ver que é infimo, e conseguindo um apoio até bem razoável.



Reuters

## Salim Mattar

Graduado em administração de empresas pela Fumec (Fundação Mineira de Educação e Cultura). Fundou a empresa de aluguel de veículos Localiza em 1973 e foi presidente da companhia até 2013. Deixou o conselho de administração da Localiza em dezembro de 2018, quando assumiu a Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do governo Jair Bolsonaro

## Bolsonaro se reúne com Maia e Alcolumbre e diz respeitar teto

Continuação da pág. A13

Em um recado a Bolsonaro, Maia disse ainda esperar que o presidente compreenda a importância da reforma administrativa e a envie à Câmara. Segundo ele, a Casa está pronta para votá-la.

A iniciativa está pronta desde o ano passado, mas Bolsonaro ainda não a enviou com recuo de uma repercussão negativa. Paulo Uebel, cuja saída da Secretaria Especial de Desburocratização foi anunciada na terça-feira (11), era o responsável pela proposta.

"Eu espero que, assim que o presidente entender que é importante, a Câmara dos Deputados está pronta para debater, para discutir e para aprovar uma reforma que tenha apenas um objetivo: melhorar a qualidade do gasto público. E, principalmente, a qualidade do serviço público. E isso passa por uma reforma administrativa", disse Maia.

Na mesma linha, Alcolumbre disse que o encontro teve como objetivo "nivelar as informações da agenda de responsabilidade fiscal". Ele ressaltou que é necessário con-

vencer a sociedade da necessidade de políticas fiscais após a pandemia do coronavírus.

"É a oportunidade de construirmos uma nova agenda na retomada da pandemia para o desenvolvimento do Brasil, sempre com responsabilidade fiscal, mas também com responsabilidade social", afirmou.

Estavam ainda ao lado de Bolsonaro, além de Guedes, os ministros Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) e Tarcísio Freitas (Infraestrutura). Eles não falaram.

Na reunião, os ministros se comprometeram a respeitar o teto de gastos. Houve um acordo para buscar uma solução que viabilize a continuidade de obras nas pastas de Marinho e Tarcísio sem superar o limite de despesas da União.

Uma possibilidade que está na mesa, diante da trava ao estouro do teto de gastos, é o governo estudar o Orçamento para detectar as despesas que podem ser cortadas ou reduzidas para que esse recurso seja remanejado para as obras de saneamento e infraestrutura. Segundo um participante

“Eu espero que, assim que o presidente entender que é importante, a Câmara dos Deputados está pronta para debater, para discutir e para aprovar uma reforma que tenha apenas um objetivo: melhorar a qualidade do gasto público”

Rodrigo Maia  
presidente  
da Câmara

do encontro, o pacto federativo voltou à pauta das conversas. Alcolumbre teria se comprometido a pautar a proposta que trata do tema.

De acordo com assessores presidenciais, o pronunciamento teve como objetivo fazer um gesto público a Guedes, um dia após ocorrer a debandada na equipe econômica.

As saídas dos secretários Uebel e Salim Mattar (Desestatização) deixaram mais explícitas a divergência de Guedes com Marinho e Tarcísio, que acabaram perdendo a queda de braço com o titular da Economia.

Os dois vinham investindo sobre o TCU em busca de uma brecha no teto para a liberação de verbas para obras. Para não desagradar a Guedes, o presidente solicitou nesta quarta que o movimento seja interrompido.

No encontro, Bolsonaro fez gestos a Guedes e a Marinho. Os ministros, que já se desentenderam em encontros ministeriais, se trataram cordalmente, segundo presentes. Gustavo Uribe, Julia Chaib, Thiago Resende e Renato Onofre

Com debandada, Guedes  
assume condição de corpo  
estranho no governo

Ministro da Economia corre risco de se tornar bibelô liberal, objeto decorativo de valor simbólico, na contramão de interesses de Bolsonaro

## ANÁLISE

Bruno Boghossian

BRASÍLIA Paulo Guedes nem tentou contar com tons pastel a demissão simultânea de dois secretários de sua equipe. Ao anunciar a saída dos auxiliares, o ministro foi obrigado a admitir que duas das propostas mais emblemáticas de sua agenda liberal estão politicamente interditas.

O chefe da equipe econômica quis distribuir a culpa e lançou dúvidas sobre as motivações do que chamou de "debandada", mas foi obrigado a reconhecer que uma das razões desse bloqueio tem as chaves do Palácio do Planalto.

A demissão dos secretários responsáveis pelo programa de privatizações (Salim Mattar) e pela reforma da máquina administrativa (Paulo Uebel) atira Guedes na condição de corpo estranho no governo de um presidente que se livra das vestes que usou como figurino de campanha.

Em 2018, Jair Bolsonaro (sem partido) recitou os sonetos liberais sussurrados pelo economista e conquistou a boa vontade de investidores e empresários. Guedes foi recompensado com super poderes na montagem do governo, mas jamais recebeu do chefe um apoio genuíno aos projetos que pretendia implantar.

No primeiro ano de mandato, o ministro precisou arancar do presidente um compromisso pela reforma da Previdência. Bolsonaro cedeu, mas vetou a proposta inicial de Guedes para estabelecer uma idade mínima de aposentadoria igual para homens e mulheres.

A vitória suada deu ilusões de grandeza à equipe do ministro, que preferiu não enxergar a cara feia do presidente para o remédio amargo das reformas econômicas.

Embalado pela mudança na Previdência, Guedes orientou seu time a preparar uma reforma ousada da máquina estatal, com regras novas e austeras para o serviço público.

Ainda em novembro, veio o primeiro baile.

Bolsonaro foi à portaria do Palácio da Alvorada, anunciou que o projeto estava em elaboração, mas pisou no freio: disse que a proposta seria "a mais suave possível". O texto foi prometido meia dúzia de vezes para a "semana que vem". Em junho, o presidente avisou que a ideia estava engavetada até 2021.

Paulo Uebel levou dois meses para perceber que sua razão de permanecer no cargo não existia mais. O secretário pediu demissão, segundo Guedes, em sinal de "insatisfação" com o comportamento do próprio governo.

"Se o presidente da República quiser mandar uma reforma, ela é mandada. Se ele não quiser, não é mandada", disse o ministro, na terça (11). "O outro [o presidente] está dizendo: 'Vai no ritmo que eu quiser. Eu sou o presidente da República, eu tive o voto. Se você quiser, você sai'".

O secretário decidiu sair, explicitando um projeto econômico cada vez mais desgastado. Bolsonaro resistiu à reforma administrativa para evitar problemas com a bancada do funcionalismo no Congresso. Guedes, por outro lado, é o economista ultraliberal que chegou a comparar servidores a "parasitas".

As resistências ao programa de privatizações também ficam na conta de Bolsonaro. Guedes gostava de anunciar que venderia mais de R\$ 1 trilhão em ativos, mas nunca recebeu apoio político para engordar o caixa do governo.

O ministro pode ter acreditado que havia conseguido instalar um verdadeiro apologeta dessa agenda na Presidência da República, mas todos os sinais em contrário estavam visíveis.

Em janeiro deste ano, ao falar sobre a proposta de venda dos Correios, Bolsonaro mostrou o que pensava sobre o assunto. "A gente pretende [privatizar ainda em 2020]. Se pudesse privatizar hoje, privatizaria, mas não posso prejudicar

SAÍDA DE SECRETÁRIOS AUMENTA INCERTEZA, E DÓLAR SOBE

O dólar fechou em alta ante o real mesmo depois de o Banco Central ter feito duas ofertas líquidas de swaps cambiais. A moeda americana encerrou a sessão desta quarta-feira com valorização de 0,59%, a R\$ 5,4480. A moeda brasileira estava entre os piores desempenhos globais da sessão, conforme os ativos domésticos foram afetados por incertezas sobre a capacidade de a equipe econômica tocar as reformas necessárias em meio à "debandada". No mercado acionário, o Ibovespa, principal índice acionário brasileiro, inverteu o sinal positivo visto pela manhã e encerrou o pregão desta quarta-feira (12) em leve queda de 0,05%, aos 102.117 pontos.

car o servidor dos Correios", declarou o presidente.

Quando anunciou a saída de Salim Mattar do cargo, na terça-feira, Guedes disse que o ex-auxiliar atribuiu sua demissão à dificuldade de tocar esse plano. "O establishment não deixa haver a privatização", afirmou.

Guedes queria jogar a responsabilidade para a classe política de maneira geral, mas cometeu um excesso de sinceridade e incluiu o governo no bolo.

"O secretário especial vai dizer: 'Olha, o governo não está me ajudando.' O governo pode dizer: 'Olha, você tem que se empenhar mais'. Os dois juntos podem reclamar e dizer: 'Puxa, o Congresso pode nos ajudar mais'. São narrativas, cada um vai ter uma", justificou.

O ministro que empresta credenciais econômicas para um presidente sem planos claros nessa área corre o risco de se transformar num bibelô, um objeto decorativo de valor simbólico.

Bolsonaro nunca absorveu a agenda vendida por Guedes e passou a sentir cada vez mais confortável para definir suas posições de acordo com interesses políticos. Em pouco tempo, ele percebeu que a pauta impopular defendida pelo ministro poderia criar embaraços para a reeleição e para sua própria preservação no cargo.

Já a sobrevivência de Guedes será um produto dessas pressões. Além das privatizações e da reforma administrativa, o ministro trava uma batalha pela conservação do limite de despesas públicas, na contramão de outros auxiliares de Bolsonaro.

Antes de confirmar a debandada na pasta, ele avisou que jamais apoiaria a flexibilização do teto de gastos. "Se tiver ministro fura-teto, eu vou brigar com ministro fura-teto", afirmou. O aviso tem cara de ultimato. O próprio Bolsonaro, afinal, sonha em arrumar mais dinheiro para financiar seus planos políticos.



## Oportunismo do presidente vai minando ministro da Economia

### ANÁLISE

Fernando Canzian

SÃO PAULO A "debandada" de Salm Mattar (Desestatização) e Paulo Uebel (Desburocratização) não é apenas um péssimo revés contra o discurso de modernização da economia sob Jair Bolsonaro.

É sintoma de um governo que parece estar se preparando para mudar de rumo, com o presidente antecipando a campanha à reeleição sob o populismo econômico, via mais gastos e ajudas emergenciais, a fim de reforçar a popularidade.

A hora para flertar com essa zona "sombria", na expressão usada por Paulo Guedes na saída de seus auxiliares, não podia ser pior.

A dívida pública brasileira encostará em 100% do PIB no final deste ano e a única âncora a sustentar seu financiamento com a menor taxa de juros de nossa história é o cumprimento do teto de gastos.

Se ele desmoronar, como parte do governo deseja, o risco é o país retomar uma trajetória de descontrole orçamentário e inflacionário — de "caos", como também disse Guedes sobre o rumo que as saídas de Mattar e Uebel podem sinalizar.

O ministro foi muito franco e direto em suas considerações sobre o episódio, revelando o próprio desconforto com o andamento das coisas. Desde o início do governo, diante da inação de Bolsonaro, ele já perdeu seis auxiliares comprometidos com seu projeto.

Desta vez, foi a desistência de enviar ao Congresso uma proposta de reforma administrativa e de acelerar as privatizações que levaram às saídas. Se o teto entrar na mira de Bolsonaro, é pouco provável que Guedes queira ficar entre seus escorbos.

Mas o embate que havia dentro do governo entre a postura fiscalista do ministro em contraposição aos militares e a Rogério Marinho (da pasta de Desenvolvimento Regional) parece estar pendendo cada vez mais para os que defendem maiores gastos.

"Guedes vai ter que dar um jeito de arrumar mais um dinheirinho", resumiu recentemente Flávio Bolsonaro sobre o rumo que as coisas vêm tomando, ele próprio interessado em ampliar a base de apoio do presidente para salvar a pele.

Bolsonaro já disse inúmeras vezes não entender nada de economia, o que talvez torne incompreensível para ele a relação direta que existe entre dívida pública controlada e juros baixos, que permitem uma recuperação mais saudável da economia, mesmo que mais lenta.

Mas o presidente não tem visão de longo prazo e, como sua trajetória mostra, é um oportunista do baixo clero de Brasília, com quem agora se aliou para se proteger de problemas e acusações em troca de mais verbas e espaço no governo.

Se Bolsonaro pegar mesmo o atalho da irresponsabilidade fiscal, é esperar para ver se o vaticínio do ministro se confirma: "Os conselheiros do presidente que o estão aconselhando a pular a cerca e a furar o teto vão levar o presidente para uma zona de impeachment".

A dívida é de onde Paulo Guedes vai assistir a isso.



### PIB DO REINO UNIDO RECUA 20,4% NO 2º TRIMESTRE

Consumidora em meio a lojas em liquidação em Londres; encolhimento da economia britânica no 2º trimestre foi o mais acentuado da Europa *Tolga Akmen/AFP*

# Orçamento para 2021 deve ser enviado sem ampliar Bolsa Família

Na avaliação da equipe de Guedes, novo programa depende de negociação; proposta tem chegar ao Congresso até o dia 31

Bernardo Caram e Thiago Resende

BRASÍLIA Embora o governo afirme que quer colocar em prática a ampliação do Bolsa Família ainda neste ano, o projeto de lei orçamentária de 2021, que será apresentado neste mês, não deve prever a reformulação do programa.

As discussões sobre o Renda Brasil seguem em aberto. Na avaliação da equipe de Guedes, a conclusão do desenho do programa ainda depende de negociações políticas, principalmente diante da dificuldade de liberar verba do abono salarial e de encerrar o novo programa no teto de gastos.

Isso travou a apresentação formal da proposta ao Congresso. Técnicos da pasta afirmam que, mesmo que a medida seja enviada neste mês, não haverá tempo para fazer as estimativas e incluir o novo programa no projeto Orçamento de 2021.

O projeto de reestruturar o Bolsa, que hoje tem R\$ 32,5 bilhões por ano, esbarra ainda em negociações políticas.

Para concluir a proposta do novo programa, a equipe responsável pelo esboço aguarda uma sinalização de quanto é possível remanejar de verba para o Renda Brasil.

Apesar de o governo apresentar discurso otimista sobre a velocidade que a medida poderia ser implementada, é necessário aprovar propostas impopulares no Congresso.

Principal fonte de financiamento já pensada, o abono salarial, que soma R\$ 20 bilhões por ano, já tem o orçamento comprometido em todo 2021.

Alguns membros já admitem que o projeto do Renda Brasil só deve ser apresentado no fim do ano por causa das eleições municipais. Outro fator é a reforma tributária que o ministro Paulo Guedes tenta emplacar no Congresso.

Dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias autoriza que o governo inclua nas estimativas de receitas e despesas do ano seguinte projetos que estão em tramitação no Congresso e que, portanto, ainda não foram aprovados.

No ano passado, ao apresentar o projeto de Orçamento

para 2020, o time de Guedes incluiu nas contas os efeitos da chamada PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial, cuja tramitação estava na estaca zero no Congresso.

Contando com o avanço do texto, que prevê medidas de ajuste fiscal para conter o descontrole de gastos, o governo condicionou R\$ 6 bilhões do Orçamento à aprovação da medida. A proposta acabou descartada pelos congressistas, e os recursos não poderão ser usados.

O Ministério da Economia tem até 31 de agosto para enviar ao Congresso o projeto de Orçamento de 2021. Membros da pasta estão discutindo quais propostas em tramitação no Legislativo serão incorporadas ao texto.

Para tomar essa decisão, é levada em conta a probabilidade de aprovação da medida e a complexidade dessa inclusão nas contas.

A avaliação é que não será viável incluir as estimativas do Renda Brasil, mesmo que o texto seja apresentado logo. Isso porque a criação do pro-

### Entenda o Projeto de Lei Orçamentária Anual

#### ESTIMATIVAS

O texto traz o montante de recursos previstos para cada ministério no ano, bem como as estimativas de gastos e arrecadação tributária do governo no ano

#### ORÇAMENTO

A proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias autoriza que o governo inclua no Orçamento o efeito de projetos que ainda não foram aprovados pelo Congresso

#### Por restrição no calendário, devem ficar de fora do projeto de Orçamento de 2021:

**Renda Brasil:** ampliação do número de beneficiários e do valor do Bolsa Família. Nos planos do governo, será compensado com o fim de programas sociais considerados ineficientes e com a criação de um novo tributo sobre pagamentos

**Reforma tributária:** unificação de PIS e Cofins, em tese, não mudará a arrecadação, não gerando efeito na estimativa orçamentária. Outras fases da reforma, como reestruturação do IR, desoneração da folha de salários e criação do novo tributo sobre pagamentos, não foram apresentadas. Não haveria tempo de incluir no Orçamento

grama envolve diversos fatores, como a revisão ou extinção de outros programas, bem como a criação de um novo imposto sobre pagamentos.

A mesma decisão foi tomada em relação à reforma tributária. Efeitos provocados pelas mudanças de tributos propostas pelo governo não serão incluídas na versão inicial do Orçamento.

Mesmo a unificação de PIS e Cofins na CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), já enviada ao Congresso, não deve entrar nas previsões.

Segundo um técnico que acompanha a elaboração das contas de 2021, como o governo prega neutralidade na reforma, qualquer reestimativa nos cálculos geraria transtornos.

Um aumento na previsão de receita poderia ser visto como uma tentativa do governo de se aproveitar da reforma para arrecadar mais. No sentido contrário, eventual perda de arrecadação em momento de aperto nas contas também poderia gerar críticas.

Como a decisão, a lei orçamentária precisará ser alterada no Congresso se o Renda Brasil ou a reforma tributária avançarem.

Para isso, seria necessário enviar aos congressistas uma mensagem modificativa, que pede ajustes na proposta. A mudança dependeria de aprovação do relator do texto e de aval dos congressistas.

Técnicos dizem que o Orçamento de 2021 envolve um elevado grau de incerteza, diante da quebra estrutural provocada pela pandemia.

As estimativas para as receitas, por exemplo, têm apresentado variação de R\$ 40 bilhões, a depender do cenário considerado.

# Ala desenvolvimentista diz que Guedes é 'primário'

Mônica Bergamo

SÃO PAULO As falas do ministro Paulo Guedes, da Economia, de que ministros que aconselham Jair Bolsonaro a furar o teto de gastos estão levando o presidente para "uma zona de impeachment", intensificaram o tirocínio interno contra ele no governo.

De acordo com um auxiliar do presidente que defende o amplo programa de obras federais para debelar a crise, Guedes é "o maior fura-teto" do governo, que já gastou R\$ 926 bilhões, de forma excepcional, para conter os danos causados pelo novo coronavírus.

O ministro estaria, nessa visão, fazendo Bolsonaro e todo o país embarcarem em

uma narrativa falsa, já que a própria crise explodiu o teto e elevou o déficit fiscal.

Dessa forma, incluir em ações emergenciais um pacote de obras e de programas sociais não alteraria a situação fiscal de forma significativa. E ajudaria o país a se recuperar, de acordo com a ala desenvolvimentista da equipe de Bolsonaro.

De quebra, alavancaria a popularidade do presidente, que é candidato à reeleição. As palavras usadas contra Paulo Guedes são duras: "idiotia", "bobo político" e "primário" são algumas delas.

Anarrativa é que Paulo Guedes não consegue perceber que há alternativas que permitiriam a inclusão das obras e de gastos sociais no Orçamento sem que elas alteras-

sem o problema fiscal.

O ministro se limitaria a repetir palavras de ordem sem sentido prático, interditando uma discussão razoável sobre o problema.

Liderada pelo ministro Walter Braga Netto (Casa Civil), a ala desenvolvimentista tenta articular um programa de despesas com obras que extrapolaria o teto. Isso seria possível se elas fossem consideradas emergenciais.

Braga Netto é apoiado por outros militares e pelos ministros Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) e Tarcísio Freitas (Infraestrutura).

Como a Folha mostrou na terça (11), o grupo tentou colocar R\$ 35 bilhões em obras no Orçamento fora do teto.

A reação de Guedes brecoou a iniciativa.

Na terça (11), o ministro da Economia escancarou as divergências, aproveitando o pedido de demissão do secretário Salim Mattar (Desestatização) e de Paulo Uebel (Desburocratização) para criticar

os "conselheiros" que pretendem convencer Bolsonaro a ampliar gastos.

O presidente sinalizou nesta quarta-feira (12) que, pelo menos publicamente, apoia Guedes. Ele disse que é a favor da privatização e do teto de gastos.

**LEILÕES DE VEÍCULOS**  
AGOSTO 2020 @ 10:00 ONLINE  
ACESSE E CADASTRE-SE: [WWW.VIPLEILÕES.COM.BR](http://WWW.VIPLEILÕES.COM.BR)

14

28

Dr. Edson Campos dos Índios, inclusive com a taxa de administração de todos os leilões, em cumprimento do decreto 21.913/20, assinado pelo governador do estado de São Paulo.

Com.br e para mais informações ligue: (11) 2777-8888.







## mercado coronavírus

## Bolsonaro assopra Guedes

Gov. e Congresso fazem cerimônia de culto ao teto de gastos, mas problema continua

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Jair Bolsonaro, Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre juntaram-se para um breve culto do teto de gastos e para dar uns tapinhas nas costas do ministro da Economia, Paulo Guedes, estressado por debandas várias. Sabe-se lá o que sairá de prática das reuniões e do pronunciamento da noite desta quarta-feira (12). No que vale prestar atenção:

1) se a conversa fosse para valer, não haveria dinheiro para um Renda Brasil, o Bolsa Família gordo que Bolsonaro quer chamar de seu na eleição de

2022; 2) Maia disse que na reunião de Alvorada houve um compromisso de regulamentar os gatilhos do teto. Parece um tédio infinito, mas é coisa grande —mas sobre isso adiante; 3) Alcolumbre disse que a retomada (pós-pandemia) tem de ter "responsabilidade fiscal e social".

Além de Bolsonaro, Maia (presidente da Câmara), Alcolumbre (presidente do Senado) e Guedes, na reunião estavam também os ministros "fura-teto" (no dizer de Guedes), Tarcísio de Freitas (Infraestrutura)

e Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional), além de líderes do governo no Congresso e do centrão.

"Regulamentar os gatilhos do teto" significa colocar na Constituição e em leis que a despesa federal vai ser cortada dessa e daquela maneira, obrigatoriamente, quando o gasto chegar ao limite constitucional. No final do ano passado, o governo enviou ao Congresso uma PEC para regulamentar esse talho, que vigoraria imediatamente, dada a situação das contas públicas.

O que aconteceria? Salários e jornada de servidores federais seriam cortados em até 25%; seriam proibidos reajustes, promoções, concursos etc. Seria proibido criar despesa obrigatória, o que inclui reajuste de salário mínimo e aposentadorias acima da despesa em obras, inviável.

Mas lá no Alvorada estava Alcolumbre a falar de "responsabilidade social". Estava o centrão, do qual depende o pescoço de Bolsonaro. O que vai sair disso, politicamente?

Depende da eleição do comando de Câmara e Senado; da popularidade de Bolsonaro; do que vai ser a economia

de famílias (hoje são 14,3 milhões) com um benefício médio de R\$ 232 (atualmente de R\$ 190), como previa o governo também no final de 2019. A fim de bancar apenas essa despesa, seria necessário dar fim ao abono salarial de um salário mínimo por ano para quem ganha até dois mínimos e do seguro-desfeso (seguro de desemprego sazonal para pescadores). Já seria um problema enorme. Alguns dinheiros poderiam vir do fim de alguns subsídios tributários, poucos, ou do talho final da despesa em obras, inviável.

Quanto ao programa de Renda Básica, ora não há dinheiro, mas o limite do teto. Suponho-se que o Bolsa Família passe a atender 19 milhões

de famílias (hoje são 14,3 milhões) com um benefício médio de R\$ 232 (atualmente de R\$ 190), como previa o governo também no final de 2019. A fim de bancar apenas essa despesa, seria necessário dar fim ao abono salarial de um salário mínimo por ano para quem ganha até dois mínimos e do seguro-desfeso (seguro de desemprego sazonal para pescadores). Já seria um problema enorme. Alguns dinheiros poderiam vir do fim de alguns subsídios tributários, poucos, ou do talho final da despesa em obras, inviável.

Mas lá no Alvorada estava Alcolumbre a falar de "responsabilidade social". Estava o centrão, do qual depende o pescoço de Bolsonaro. O que vai sair disso, politicamente? Depende da eleição do comando de Câmara e Senado; da popularidade de Bolsonaro; do que vai ser a economia

# Supermercado, eletrodoméstico e móveis voltam a nível pré-crise

Vendas no varejo se recuperam, mas de forma desigual entre os setores

Nicola Pamplona

**RIO DE JANEIRO** Com a flexibilização do distanciamento em grande parte do país, o comércio teve o segundo mês consecutivo de alta em junho e já recuperou o patamar verificado em fevereiro, antes da pandemia. Ainda assim, fecha o primeiro semestre com o pior resultado desde 2016.

De acordo com o IBGE, as vendas do varejo no país subiram 8%, após avanço recorde de 13,9% em maio. Com os dois meses de alta, o setor fechou o mês 0,1% acima do registrado em fevereiro.

A retomada do nível anterior, porém, foi puxada pelas vendas dos supermercados, que representam 52,8% do indicador. "Esse movimento tem de ser relativizado, pois o crescimento das vendas foi muito desigual", diz o gerente da pesquisa, Cristiano Santos.

Além dos supermercados, outras duas atividades voltaram ao nível pré-crise: material de construção e móveis e eletrodomésticos. Mas todos os outros segmentos continuam bem abaixo. Um dos mais atingidos, tecidos, vestuários e calçados, ainda tem vendas 45,8% menores que fevereiro.

O gerente do IBGE destacou também que o nível de fevereiro já era baixo. No primeiro bimestre de 2020, as vendas do varejo brasileiro recuaram 1% em relação ao registrado no fim de 2019. Em 2020, o varejo acumula recuo de 3,1%

## Comércio registra alta de 8% em junho e tem segundo mês seguido de recuperação

Vendas no varejo em relação ao mês anterior



O chamado varejo ampliado, que inclui as vendas de automóveis, cresceu 12,6% em relação a maio, mas registra queda de 0,9% em relação a junho de 2019.

No semestre, as vendas no varejo registraram queda de 5,2% em relação ao semestre anterior, abaixo apenas dos 6,9% do primeiro semestre de 2016, quando o Brasil vivia fortes impactos da reces-

são. As vendas no setor estão 4,8% abaixo do melhor nível da série, que ocorreu em outubro de 2018.

"Estamos longe do melhor [momento do setor], mas estamos no mesmo nível pré-crise", disse o gerente do IBGE. Na comparação com o mesmo período do ano anterior, as vendas do varejo fecharam junho em alta de 0,5%.

Para Santos, a adaptação ao

comércio eletrônico e o auxílio emergencial ajudaram na recuperação das atividades que já retomaram o nível anterior: "As pessoas estão passando mais tempo em casa, entendendo as necessidades, e pode ser que essa renda do auxílio acabe virando consumo e não poupança."

A única atividade que registrou queda em junho, na comparação com o mês an-

terior, foi artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (-2,7%), que não sofreu tanto os efeitos da pandemia.

Por outro lado, as maiores altas se deram em livros, jornais, revistas e papelarias (69,1%), tecidos, vestuário e calçados (53,2%), móveis e eletrodomésticos (31%) e outros artigos de uso pessoal e doméstico (26,1%).

Com a retomada das vendas, a CNC revisou suas projeções de queda nas vendas em 2020, que passaram de 6,3% para 4,7%. No varejo ampliado, que inclui as vendas de automóveis, o número passou de 9,2% para 6,9%.

Para a entidade, a menor adesão ao distanciamento social e o auxílio emergencial ajudaram a melhorar o desempenho do setor. "A extensão do benefício, nos moldes atuais, até dezembro também poderá acelerar o processo de recuperação das vendas", defendeu o presidente da CNC, José Roberto Tadros.

A CNC estima que, entre em março e julho, os prejuízos do comércio tenham sido de R\$ 286,4 bilhões. O setor, porém, tem apresentado perdas menos intensas nos últimos meses. Em julho, foram quase R\$ 10 bilhões a menos que os R\$ 54,6 bilhões de junho.

Junho marcou a reabertura do comércio de rua em São Paulo, principal mercado do país, medida que era vista pela indústria como uma das principais esperanças de retomada após o tombo recorde registrado no início da crise.

Respondendo à retomada das vendas na ponta, a indústria registrou crescimento de 8,9% naquele mês, também o segundo mês seguido de alta. Principal motor da economia brasileira e ainda sem sinais de recuperação, o setor de serviços terá o resultado de junho divulgado nesta quinta (13).

## Indústria de bebidas e alimentos fatura mais no 1º semestre

Fernanda Perrin

**SÃO PAULO** O faturamento da indústria de alimentos e bebidas subiu 0,8% no primeiro semestre em comparação com igual período de 2019, segundo balanço divulgado nesta quarta (12) pela Abia, associação que representa o setor.

A expansão do varejo alimentar e o aumento das exportações puxaram a alta mesmo num cenário econômico de crise provocada pela pandemia.

Em comparação com o primeiro semestre do ano passado, as exportações cresceram 12,8% em valor, alcançando US\$ 17,6 bilhões. Com essa expansão, o peso do setor na balança comercial passou de 50,5% para 68,2% na comparação entre os semestres.

Os produtos que registram uma maior alta foram carnes (11,9%), óleos e gorduras (30%) e açúcares (48%). O principal destino foia China —a receita das vendas para o país asiático cresceu 95,6% no primeiro semestre.

Com isso, a participação da China nas exportações brasileiras passou para 20,3%. Em segundo lugar vem a União Europeia, com participação de 15,5%, e, em terceiro, o Oriente Médio, que responde por 10,8% das exportações.

Em relação ao mercado interno, as restrições impostas pelo distanciamento social impulsionaram o consumo dentro de casa, explicando o bom desempenho do setor. O valor das vendas no varejo subiu 12,2%, para R\$ 207,2 bilhões.

Em termos de produção, houve alta de 22,6% na de açúcar, 3,9% de óleos vegetais e 1,9% de carnes.



### ENEL TEM FILAS MESMO COM PARCELAMENTO AUTOMÁTICO DA CONTA DE LUZ

Tempo médio de espera na manhã desta quarta-feira (12) era de duas horas; na véspera, distribuidora e Procon-SP assinaram termo para parcelamento automático das contas que sofreram aumento durante o distanciamento social

Fábio Munhoz/Folhapress

## Auxílio faz a diferença e deveria ser mantido, afirma setor têxtil

**RIO DE JANEIRO** O presidente da Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil), Fernando Pimentel, defendeu nesta quarta (12) a manutenção de algum tipo de auxílio financeiro pelo governo, mesmo que em valores menores do que os R\$ 600 atuais, para que o ritmo de recuperação da economia após a pandemia não seja quebrado.

"O auxílio emergencial está fazendo toda a diferença", disse o executivo.

A indústria têxtil foi uma das mais afetadas e, mesmo com recuperação da demanda entre maio e junho, as vendas de produtos de vestuário ainda estão 45,8% abaixo do volume registrado em fevereiro, último mês antes da pandemia.

"Está havendo uma recu-

peração. No entanto, não podemos dar como dada essa recuperação porque ela está se dando muito mais em segmentos influenciados pelo auxílio emergencial", comentou Pimentel. "Há uma grande interrogação de como vai ser a saída dessa ajuda de R\$ 600 por mês, que está injetando na economia mais de R\$ 50 bilhões por mês."

O setor chegou a operar com 30% da capacidade, com produção mais focada no segmento médico hospitalar, movimento que já gerou cerca de 70 mil demissões após a pandemia. Com a retomada dos pedidos, o uso da capacidade dobrou e está hoje em 60%. A expectativa é que, se o quadro for mantido, esse número chegue a 75% até o fim do ano. NP



**O GLOBO****Opinião do GLOBO**

## Em vez de mais gastos, é preciso acelerar as reformas

*Pressionado por mais despesas,  
Guedes recebe apoio de Bolsonaro.  
É necessário ir além das palavras*

**S**oam como música aos ouvidos de político em busca da reeleição, caso do presidente Jair Bolsonaro, as promessas ilusórias de que basta aumentar os gastos públicos que a recuperação da economia estará logo à frente. É nesse contexto que a pressão por mais despesas — e contra o teto constitucional dos gastos — aumenta sobre o ministro da Economia, Paulo Guedes, enquanto a pauta de reformas vai sendo deixada de lado. Foi o motivo que levou, na última terça-feira, dois secretários da pasta a deixarem seus cargos: Salim Mattar, encarregado do programa de privatizações, e Paulo Uebel, da reforma administrativa.

Guedes reconheceu a “debandada” na equipe, que até agora perdeu oito dos nomes originais. Aproveitou para alertar Bolsonaro: “Os conselheiros que o estão aconselhando a pular a cerca e a furar o teto vão levar o presidente para uma zona sombria, uma zona de impeachment, de irresponsabilidade fiscal”. Bolsonaro sabe do que se trata, porque acompanhou, quando deputado federal, o impeachment da então

presidente Dilma Rousseff, condenada por crimes fiscais. Votou a favor.

Com Dilma, foi executado um programa econômico voluntarista, como sempre com dinheiro do Tesouro. A deterioração das contas públicas afastou os investidores, o déficit público disparou, os juros subiram, e a economia entrou em grave recessão em 2015/16. Desde então continua atolada. A ideia de reativá-la por meio de gastos do Estado em obras públicas renasceu no governo Bolsonaro com a pandemia. O enredo é o mesmo. A tese é defendida pelo ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, com apoio de Braga Netto (Casa Civil), Tarcísio de Freitas (Infraestrutura) e Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo). Até o filho do presidente, o senador Flávio Bolsonaro, pede um “dinheirinho”.

Prepara-se o relançamento do Pró-Brasil, uma lista de projetos sustentados pelo Erário. Também como no governo Dilma, ressurgem a criatividade na busca pelos recursos para as despesas: o dinheiro do Pró-Brasil, fornecido pelo Te-

souro, teria de ser empenhado ainda neste ano nos estados, para ser gasto em 2021.

A reação à “debandada” trouxe ontem de volta um mínimo de bom senso. Depois de reafirmar nas redes sociais o compromisso do governo com a saúde das contas públicas, Bolsonaro convocou reunião para simbolizar uma espécie de pacto entre Executivo e Legislativo na defesa do teto de gastos e da responsabilidade fiscal. Falaram Bolsonaro, Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre, presidentes da Câmara e do Senado. O vice-presidente, Hamilton Mourão, pela manhã, alertara que o teto é a “âncora fiscal” do país.

Mourão tem razão. Sem o teto, a percepção de risco do Brasil se degradaria rapidamente, com os efeitos conhecidos na inflação, nos juros e no câmbio. Seria mais do mesmo. A resposta correta, para além das palavras, é a defendida por Guedes: acelerar as reformas. A administrativa e a tributária são as prioritárias. Se nada fizer por elas, Bolsonaro estará conspirando contra o próprio projeto político.





APÓS 'DEBANDADA'

# RESPOSTA À CRISE

## Bolsonaro e Congresso prometem defender controle de gastos e reformas

MANOEL VENTURA, MARCELLO CORRÊA, GUSTAVO MAIA, VÍCTOR FERREIRA E GERALDA DOCA  
[economia@oglobo.com.br](mailto:economia@oglobo.com.br)  
BRASÍLIA

Um dia depois de uma "debandada" no Ministério da Economia e do ministro Paulo Guedes alertar para o risco de impeachment caso Jair Bolsonaro "fure" a regra do teto de gastos, o presidente defendeu ontem junto com o Congresso a responsabilidade fiscal e uma agenda de reformas. Ao lado de ministros dos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), Bolsonaro citou privatizações e a reforma administrativa, que ele mesmo adiou mais de uma vez. Não houve, porém, apresentação de medidas concretas para levar esta agenda adiante.

— Nós respeitamos o teto dos gastos. Queremos a responsabilidade fiscal. E o Brasil tem como realmente ser um daqueles países que melhor reagirá à questão da

crise — disse Bolsonaro.

A declaração foi feita após encontro com ministros e parlamentares, convocado ao longo da tarde como forma de amenizar a turbulência criada com a demissão de dois secretários de Guedes, na véspera, e do alerta feito pelo ministro sobre o risco de se burlar o teto de gastos, a principal regra fiscal do governo, que limita o aumento de despesas à inflação do ano anterior.

### REFORMA ADMINISTRATIVA

Guedes e os ministros do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, e da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, também participaram do pronunciamento, mas não falaram. Eles protagonizam os embates em torno do aumento de gastos que ganharam força nesta semana.

— Resolvemos, com essa reunião, direcionar mais ainda as nossas forças para o bem comum daquilo que todos nós defendemos. Nós queremos o progresso, o desenvolvimento

e bem-estar do nosso povo — continuou o presidente.

Bolsonaro citou privatizações e reforma administrativa, agendas que levaram, respectivamente, às demissões de Salim Mattar e Paulo Uebel na véspera. Eles eram responsáveis pelas propostas no governo, mas elas não avançaram.

— Assuntos variados foram tratados, como privatizações, outras reformas, como a administrativa. E de modo que nós nos empenhamos, mesmo no ano eleitoral, juntos, para buscar soluções, destravar a nossa economia e colocar o Brasil no local que ele sempre mereceu estar — disse Bolsonaro.

Maia disse que, na reunião, foi reafirmado o compromisso com o teto de gastos, e com boa qualidade da despesa pública. Ele cobrou a envio da reforma administrativa ao Congresso, que Bolsonaro indicou a interlocutores que só deve prorrogar no ano que vem.

— E, claro a reforma administrativa, que eu espero que, assim que o presidente enten-

der, é importante, a Câmara dos Deputados está pronta para debater, para discutir e para aprovar uma reforma que tem apenas um objetivo: melhorar a qualidade do gasto público e, principalmente, a qualidade do serviço público. Isso passa por uma reforma administrativa — disse Maia.

Maia voltou a defender a regulamentação dos gatilhos do teto de gastos, que permitem o corte de despesas, propostas que já tramitam no Senado e na Câmara. Entre os gatilhos, está o corte de salários de servidores. Alcolumbre disse que a reunião foi para nivelar conhecimento e defendeu o teto:

— Temos uma emenda constitucional que foi construída a várias mãos no Parlamento brasileiro, limitando os gastos públicos, e concretamente precisamos formar esse convencimento da sociedade brasileira dessa agenda da reforma administrativa e do pacto federativo.

A interlocutores, Guedes diz

que é improvável avançar em reformas neste ano, mas aposta na proposta do pacto federativo. Com ele, seria possível gerenciar mais livremente o Orçamento, ao reduzir a vinculação de receitas a despesas obrigatórias. Dessa forma, seria viável manter o teto de gastos mesmo diante das pressões por mais despesas.

### 'ÂNCORA FISCAL'

A regra do teto de gastos virou o centro de uma disputa no governo nas últimas semanas. Uma ala defende um aumento de despesas como forma de reaquecer a economia e pavimentar o caminho para a campanha de reeleição de Bolsonaro em 2022.

Guedes tem resistido às pressões e ontem ganhou manifestações públicas de apoio. A primeira veio de Bolsonaro logo de manhã, antes da abertura do mercado, pelas redes sociais. Ele disse ser "normal a saída de alguns" do governo, afirmou ser compreensível ministros buscarem mais re-

ursos para obras essenciais, mas ressaltou o compromisso com "a responsabilidade fiscal e o teto de gastos", além de defender a privatização de "empresas deficitárias". Mesmo assim, não esclareceu como ficará o programa Pró-Brasil, que prevê a realização de obras para estimular a economia.

Também na manhã de ontem, o vice-presidente Hamilton Mourão afirmou que o teto de gastos é a "âncora fiscal" do país e que não pode ser "tratado da forma como está".

Apesar da sinalização em prol da agenda de Guedes nesta semana, o ministro continua sendo criticado pela ala no governo que quer ampliar gastos e cobrar postura mais flexível do ministro.

Um colega da Esplanada dos Ministérios classifica Guedes como gestor com "ideias fixas". Apesar das críticas, a avaliação, no momento, é que ele segue firme no cargo, segundo integrantes do Palácio do Planalto. E, para fontes do governo e do Congresso, a fala do ministro alertando para o risco de impeachment colocou Bolsonaro contra a parede.

Rubem Novaes, presidente demissionário do Banco do Brasil e amigo de Guedes, disse que, apesar das dificuldades em executar a agenda liberal, ele continua no cargo:

— O Paulo é um obstinado, confiante em poder realizar suas reformas principais. Além disso, tem a responsabilidade de quem se sabe o esteio do governo na área econômica.

**Q** "Nós respeitamos o teto dos gastos. Queremos a responsabilidade fiscal"

Jair Bolsonaro, presidente da República

**Q** "A reforma administrativa, que eu espero que, assim que o presidente entender, a Câmara está pronta para debater"

Rodrigo Maia, presidente da Câmara

**Q** "Precisamos formar esse convencimento da sociedade brasileira dessa agenda da reforma administrativa"

Davi Alcolumbre, presidente do Senado

## Guedes busca solução interna para substituir secretários

Martha Seillier, responsável pelo programa de concessões do governo, é cotada para assumir secretaria de Desestatização

MANOEL VENTURA E GERALDA DOCA  
[economia@oglobo.com.br](mailto:economia@oglobo.com.br)  
BRASÍLIA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, deve optar por soluções internas para substituir os secretários que deixaram o governo na terça-feira, na "debandada" da equipe econômica. A saída de Sa-

lim Mattar deve levar a uma reestruturação na secretaria de Desestatização. Ela deve ser integrada ao Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), transferido ao Ministério da Economia no início do ano. A chefe do PPI, Martha Seillier, pode assumir esse posto.

Servidora de carreira e especialista em políticas públicas,

Martha foi presidente da Infraero antes de assumir o PPI. A avaliação interna é que o PPI, responsável pela estruturação das concessões e privatizações do governo, ainda não se integrou bem ao ministério. Por isso, a nomeação de Martha ajudaria nesse processo.

Na secretaria de Desburocratização, deixada por Paulo

Uebel, um nome cotado é o de Gleisson Rubin, secretário especial adjunto do órgão e que já foi secretário-executivo do Ministério do Planejamento. Rubin é servidor, especialista em políticas públicas e gestão governamental e foi secretário-executivo do extinto Ministério do Planejamento. No governo Michel Temer, foi um

dos responsáveis pela formulação da proposta de reforma administrativa e, por isso, foi mantido no governo.

Antes do anúncio de apoio do presidente Jair Bolsonaro à agenda de controle de gastos e reformas, dois nomes da equipe de Guedes eram citados como possibilidades para deixar os cargos: Waldery Rodrigues

e Carlos da Costa, segundo fontes ligadas à área política do governo. Procurado, o Ministério da Economia afirma que "a informação não procede".

O secretário de Fazenda, Waldery Rodrigues, teria ficado desgastado depois das negociações para o Fundeb (fundo que financia a educação básica).

Carlos da Costa, secretário de Produtividade, teria se desgastado após antecipar que o governo pretende prorrogar o auxílio emergencial, o que foi negado na época, mas acabou se confirmando.



# O GLOBO

## ENTREVISTA

### Zeina Latif, ECONOMISTA

Regra que limita aumento das despesas públicas está sob ataque, diz especialista, e maior popularidade de Bolsonaro com auxílio será desafio

CÁSSIA ALMEIDA [cassia@oglobo.com.br](mailto:cassia@oglobo.com.br)

## TETO NÃO DEVE SER REVOGADO, SERÃO CRIADAS EXCEÇÕES

A economista Zeina Latif avalia que a regra do teto de gastos — limite para crescimento das despesas públicas atrelado à inflação do ano anterior — está sob ataque. Para ela, o risco aumentou depois que o presidente Jair Bolsonaro viu sua popularidade aumentar na esteira da liberação do auxílio emergencial de R\$ 600, o que ampliaria o desafio de manter os gastos sob controle. Ela pondera que faltou uma agenda clara de diálogo com o governo por parte do Ministério da Economia, que sofreu duas baixas importantes em sua equipe nesta semana.

### O que indica para a gestão

### fiscal a saída dos secretários?

Não chego a ficar surpresa com essas perdas. O tempo todo faltou uma agenda clara de Paulo Guedes, consistente, bem estruturada. Não só nas propostas, no encadeamento, na definição de prioridades, mas certamente na capacidade de diálogo dentro do próprio governo. O Paulo Guedes, com frequência, fez anúncios de privatização, de reformas com uma baixa execução. É natural mesmo que as pessoas decidam procurar outro caminho.

### A regra do teto está em risco?

Antes, eu achava que era baixa a chance de ter más notícias nessa área. Paulo Gue-



LUIS USHROBRA/VALOR/ARQUIVO

des pode até decepcionar em termos de reformas, mas acho que tem compromisso de preservar a regra do teto. O risco aumentou muito de não termos isso. A crise agora e as respostas do governo e o fato de o presidente Bolsonaro ter sentido o gostinho da popularidade trazida pelo auxílio emergencial, juntando tudo isso, acho que o risco aumentou.

### A regra pode ser totalmente derrubada?

Não acredito que vai ser algo radical, do tipo revogar. Isso não, mas vai ser nessa linha de ir criando exceções, mantendo mais ou menos as aparências, mas fazendo



*“Não acredito que vai ser algo radical, do tipo revogar. Isso não, mas vai ser nessa linha de ir criando exceções, mantendo mais ou menos as aparências, mas com isenções aqui e ali”*

isenções aqui e ali. Esse risco aumentou bastante. Essas agendas de ajuste fiscal dependem muito de ter um grande consenso. Com a Previdência foi assim. A regra do teto não tem esse consenso. Entre os economis-

tas, há muita divisão também. Isso reverbera no Congresso. Rodrigo Maia (presidente da Câmara) falar: “Não, eu não vou flexibilizar” tem um tremendo valor, mas mostra que a regra está sob ataque, senão não precisaria falar isso. O problema é que abrir um precedente nesse momento é muito perigoso.

### Como o mercado financeiro vai reagir a mudanças na regra do teto? Vai ter dólar mais alto, mercado mais volátil?

Vai ter tudo isso. A reação do mercado ajuda a afastar esse cenário de ir lá e acabar com a regra do teto, e pronto! Bolsonaro, apesar de tudo, algum

pragmatismo ele tem. Situações extremas que gerem uma rápida reação e machuquem a economia, é claro que ele sabe que não é bom. Há pequenos testes que podem ser feitos. É um cenário possível na minha visão, mas não um extremo, exatamente por causa dessa reação do mercado. O ambiente fica mais vulnerável a volatilidade, a correções. Já estamos vendo esse movimento.

### Quais indicadores mostram isso?

O ambiente internacional está melhorando aos poucos, mas quando se olha o comportamento do preço dos ativos no Brasil, tudo fica na antemão. O Brasil não está conseguindo se beneficiar tanto dessa melhora lá fora. Quando você olha o dólar, a Bolsa, a curva de juros, aqui está pior. Certamente tem risco fiscal que tende a ser precipitado, a depender do caminho do governo. Nossa moeda vai apanhar muito e o sugerido pelo contexto internacional.

### Dá para esperar avanços na agenda de reformas?

Como Bolsonaro é pragmático, não dá para descartar totalmente qualquer coisa. O centrão, os partidos que estão apoiando o governo vão ser também machucados se for para um cenário muito negativo. Tem válvulas ali. Por isso, não dá para exagerar nesse argumento.

## Dólar e juros sobem após baixas na equipe de Guedes

Moeda americana avança 0,66%, a R\$ 5,45, mesmo com atuação do BC. Preocupação do mercado é futuro das contas públicas

JOÃO SORIMANETO  
[joaosorimano@oglobo.com.br](mailto:joaosorimano@oglobo.com.br)  
SÃO PAULO

A preocupação com uma possível escalada dos gastos públicos, depois da saída de mais dois integrantes da equipe econômica, gerou muita volatilidade ontem nos mercados.

O Banco Central teve que fazer duas intervenções no câmbio para reduzir o vaivém da cotação do dólar. No mercado de juros, as taxas dos contratos com vencimento no futuro subiram.

O dia também foi agitado na Bolsa, que acabou fechando praticamente estável depois que o presidente Jair Bolsonaro convocou uma reunião com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e lideranças do

Congresso para o início da noite de ontem no Palácio da Alvorada.

—As demissões de ontem (terça) na equipe econômica deixaram um vácuo e muitas especulações sobre o próprio ministro Paulo Guedes e seu modelo liberal — resumiu o economista Alvaro Bandeira, do banco digital Modalmais, em relatório para clientes.

O dólar comercial, que abriu a sessão em queda, inverteu o sinal no meio do dia e acabou encerrando com valorização de 0,66%, cotado a R\$ 5,45. Na máxima, a moeda americana chegou a ser vendida por R\$ 5,49. Coube ao BC segurar o movimento de dois leilões de um instrumento financeiro (swap) que funciona como

uma venda futura de dólar.

—O BC interveio no mercado por conta da subida mais forte da moeda americana causada pelo ambiente político. Considerando que o real é a moeda mais volátil entre os emergentes, as intervenções tiraram um pouco a pressão — disse Fabrizio Velloni, especialista em câmbio da Frente Corretora.

A preocupação do mercado é o futuro da política fiscal. Existe uma pressão clara, dentro do próprio governo, para que as despesas aumentem e o teto de gastos seja abandonado.

A saídas de Salim Mattar e Paulo Uebel da equipe de Guedes, reforçaram o temor de um enfraquecimento da agenda liberal.

— O preço dos ativos no



EDILSON DANZAS/ZE 4-2020

Volatilidade. Investidor está preocupado com pressão sobre gastos federais

mercado não reflete a saída de Guedes, neste momento. A preocupação atual é com aumento de gastos e sustentabilidade da dívida pública — afirmou o estrategista-chefe do banco Mizuho no Brasil, Luciano Rostagno.

Essa percepção de que as

contas públicas podem sofrer uma deterioração foi determinante para o avanço das taxas de juros ontem.

Os contratos usados como referência para empréstimos entre bancos com vencimento em janeiro de 2022, por exemplo, encer-

raram o dia com uma taxa de juros de 2,75%. Na véspera, a mesma operação cobrava um juros de 2,68%.

### BOLSA ESTABILIZA NO FINAL

Na Bolsa, o Ibovespa, principal índice do mercado de ações brasileiro, também sofreu muito ao longo da sessão, mas acabou encerrando praticamente no mesmo patamar da largada depois do anúncio da reunião presidencial.

O índice recuou 0,06% aos 102.117 pontos, na contramão das bolsas europeias e americanas. As ações de empresas ligadas a commodities salvaram o índice de um desempenho pior.

Os papéis ordinários (ON, com direito a voto) da Petrobras subiram 1,52% e os preferenciais (PN, sem direito a voto) avançaram 1,73%, na esteira de ganhos do petróleo lá fora. As ações ON da Vale ganharam 2,02% com a retomada do preço do minério de ferro no exterior.

Veículo: Estadão	
Data: 13.08.2020	Caderno: Economia



## Análise: Saídas na equipe econômica revelam dilemas

O mercado quer saber se Paulo Guedes estaria com pé fora do governo? A resposta é: ainda não

**Murillo Aragão\***, O Estado de S.Paulo

13 de agosto de 2020 | 04h00

As demissões dos secretários especiais de Desestatização e Privatização, **Salim Mattar**, e o de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, **Paulo Uebel**, tiveram ampla repercussão no mercado. Não foi a primeira vez que elementos-chave da equipe econômica saíram do governo. Um claro sinal de que algo não vai bem. O ministro da **Economia**, **Paulo Guedes**, admitiu que Mattar saiu porque não consegue, por resistências políticas, avançar nas privatizações. Já Uebel, porque a reforma administrativa não foi enviada ao **Congresso Nacional**, embora esteja com o presidente Bolsonaro desde o fim do ano passado.

Paulo Guedes, também, reconheceu o óbvio: que o controle da agenda política não é dele. Só faltou reconhecer outra realidade: a agenda de reformas tampouco é controlada pelo presidente **Jair Bolsonaro**.

O presidente da **Câmara**, **Rodrigo Maia (DEM-RJ)**, afirmou que o projeto da privatização da **Eletrobrás**, por exemplo, dificilmente será aprovado neste ano. A reforma tributária tramita sob o comando do Congresso e não da equipe econômica. O envio da reforma

administrativa somente deve acontecer após a eleição para as presidências da Câmara e do Senado, marcadas para fevereiro de 2021. O fato é que o Congresso tem mostrado maior autonomia para decidir as políticas públicas. Tal fato é comprovado pelo número inusitado de vetos que Jair Bolsonaro aplica às propostas aprovadas no **Legislativo**.

Após a pandemia, a resistência política à agenda defendida pelo ministro Paulo Guedes aumentou. Embora Guedes e o presidente da Câmara defendam a manutenção do teto de gastos e a reforma tributária, há uma pressão para aumento de gasto público.

A pressão não vem apenas do Legislativo (proposta de emenda à Constituição que suspende a vigência do teto de gastos foi apresentada pela oposição, mas com apoio de partidos do **Centrão**). Ela vem também da equipe ministerial. Defendendo mais gastos em infraestrutura, o ministro da **Casa Civil, Braga Neto**, lançou o programa **Pró-Brasil**. Ele tem o apoio do ministro do **Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho**.

No contexto, o que mais preocupou foi a reação de Guedes à saída de Mattar e Uebel. Suas declarações revelaram algumas preocupações claras. Destaco as seguintes: de que não tem apoio político no governo para a sua agenda; que não teria apoio político no Congresso para a sua agenda; e de que precisa de maior apoio do presidente Jair Bolsonaro para que sua agenda avance.

O mercado quer saber se Paulo Guedes estaria com pé fora do governo? Ainda não. Mas seguramente, hoje, ele não está com os dois pés firmemente plantados no governo. Para tentar dissipar um pouco o mal-estar, ontem o presidente Jair Bolsonaro se manifestou por meio

de suas redes sociais defendendo as privatizações e o teto de gastos; e a responsabilidade fiscal. O tempo vai responder.

**\*ADVOGADO, MESTRE EM CIÊNCIA POLÍTICA E DOUTOR EM SOCIOLOGIA PELA UNB, É CEO DA ARKO ADVICE – PESQUISAS E ANÁLISE POLÍTICA**



## Estados contratam sem consulta jurídica

Na pandemia, licitações são dispensadas à revelia das procuradorias-gerais, favorecendo fraudes

Por Luísa Martins — De Brasília

13/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Vicente Braga: os abusos atribuídos pelo Ministério Público aos gestores estaduais mostram a necessidade de participação mais ativa das PGEs nos processos — Foto: Divulgação

As recentes operações policiais contra irregularidades na aquisição de insumos para combater a pandemia revelaram que governadores têm dispensado procedimentos licitatórios à revelia das Procuradorias-Gerais dos Estados (PGEs). Levantamento feito pelo **Valor** mostrou que, em pelo menos quatro casos, os órgãos responsáveis pelo assessoramento jurídico do Poder Executivo não foram previamente consultados.

Quando o Brasil entrou em estado de calamidade pública em razão da covid-19, em março, as PGEs elaboraram orientações genéricas sobre as hipóteses legais para a dispensa de licitação, listando os critérios que devem ser observados, como a apresentação de justificativas plausíveis e estimativas de preços. A ideia era agilizar as aquisições, diante da urgência exigida pela pandemia. Contudo, na prática, governos têm usado essas diretrizes como carta branca para firmar contratos diretos com os fornecedores, abrindo margem para fraudes.

A consequência desses atos veio na forma do “Covidão”, apelido dado às operações da Polícia Federal (PF) para desarticular irregularidades na compra de respiradores, máscaras e testes rápidos, entre outros produtos, pelos governos estaduais. As investigações já atingem oito Estados e têm sido utilizadas politicamente pelo presidente Jair Bolsonaro para atribuir o peso da crise aos gestores locais.

O alvo mais recente foi a Secretaria de Saúde do Amazonas, que comprou, de uma empresa de comercialização de vinhos, ventiladores pulmonares por um preço 133% maior do que o praticado no mercado. A titular da pasta, Simone Papaiz, chegou a ser presa em 30 de junho, mas foi solta dias depois. A PGE confirma não ter sido ouvida para orientações jurídicas prévias.

Como não agiu para evitar a irregularidade, o governo agora tenta reduzir danos. Em nota, informou que a Controladoria-Geral do Estado (CGE) está auditando todos os contratos emergenciais relativos à pandemia. Além disso, baixou decreto para que, daqui para frente, os pagamentos só possam ser efetivados após parecer da Procuradoria.

Vinte dias antes da operação no Amazonas, caso semelhante ocorreu no Pará, resultando no bloqueio de R\$ 25 milhões em bens do governador, Helder Barbalho (MDB), por indícios de superfaturamento de 86,6% na compra de 400 respiradores, sem licitação. A empresa não tinha registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), recebeu pagamento antecipado e entregou aparelhos inadequados ao tratamento da covid-19.

A PGE do Pará afirma que, “em razão da urgência” para adquirir os ventiladores pulmonares, a Secretaria de Saúde não submeteu o contrato à sua avaliação anterior. Em nota, afirmou que “já está fazendo a análise do processo, visando sanar

eventuais inconformidades, caso seja necessário, e que, por iniciativa do próprio governo do Estado, todo o recurso adiantado à empresa foi ressarcido aos cofres públicos”. Procurado, o governo do Pará não se manifestou.

Em Brasília, a Operação Falso Negativo, de 2 de julho, também mirou possível superfaturamento na compra de testes rápidos para a detecção da doença. A suspeita de irregularidade poderia ter sido evitada se a Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF) tivesse sido consultada especificamente sobre o caso, o que não ocorreu. Procurado, o governo afirmou que o gasto foi condizente com os preços do mercado e que levou em conta um parecer referencial do órgão, assinado mais de dois meses antes - quando o Brasil contabilizava 18 mortes, nenhuma delas no DF.

O parecer esclarece que, de fato, o gestor não precisa enviar um a um dos processos para aval da PGDF, exceto se houver dúvida de ordem jurídica. Por outro lado, destaca que o texto não dá “autorização irrestrita para a aquisição desmesurada e irracional de bens e serviços”. Ou seja, o governo está sujeito a responsabilização em caso de excessos.

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do DF (Anape), Vicente Braga, afirma que, embora as diretrizes genéricas não sejam ilegais, os abusos atribuídos pelo Ministério Público (MP) aos gestores estaduais escancaram a necessidade de participação mais ativa das PGEs em cada processo. Segundo ele, são análises simples, que não prejudicariam a pressa em se obter insumos para enfrentar a pandemia - pelo contrário, identificariam se as empresas possuem capacidade técnica, se praticam preços justos e se têm capital social compatível com os serviços oferecidos.

“Houve contratos em que o primeiro ato de um processo administrativo foi a ordem de pagamento, o que não pode existir. Com o devido cuidado pelas Procuradorias, que são a primeira trincheira do combate à corrupção, teríamos evitado um prejuízo enorme para a sociedade, causado por decisões não republicanas que usaram a pandemia como desculpa”, diz.



No Rio de Janeiro, por exemplo, a PGE afirma não ter sido consultada sobre a compra de 200 mil cestas básicas para o Mutirão Humanitário, programa de assistência social para amenizar os efeitos da crise. Dois dirigentes da Fundação Leão XIII, órgão submetido à vice-governadoria, foram denunciados pelo MP por fraude nos contratos.

O ordenamento jurídico fluminense conta ainda com um decreto que obriga a revisão, pela PGE, de “processos que impliquem em impacto orçamentário-financeiro igual ou superior a R\$ 10 milhões”, como foi o caso. Contudo, o órgão afirma que o “checklist” dos critérios para contratações emergenciais foi ignorado. Em resposta, o governo diz ter seguido os parâmetros legais e alega que auditoria da CGE descartou a hipótese de irregularidade.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Chega de pagar anuidade do cartão de crédito  
SANTANDER FREE

### LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club  
MERCEDES-BENZ

### LINK PATROCINADO

Instale o App da PicPay e fuja das filas, pague tudo pelo celular  
PICPAY

### LINK PATROCINADO

Pacotes com 25, 50, 75 ou 100 máscaras. Confira o preço  
HAYLO MÁSCARAS

### LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas  
SHIKAKAI

### LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.  
OKINA

## Abandono das reformas mina papel de Guedes no governo

Guedes precisa recorrer a quem apoia vários de seus projetos, como o presidente da Câmara, Rodrigo Maia

13/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

Desde que o presidente Jair Bolsonaro resolveu apoiar-se no centrão para evitar ser desalojado do Palácio do Planalto, mais integrantes da equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, deixaram o governo. Não é coincidência. A agenda econômica bateu em um muro de oposição no centro do poder, escorado pela falta de convicções liberais do próprio presidente da República.

As reformas delineadas pela equipe econômica pararam, mas isso não foi tudo. Ministros militares, sem a desaprovação pública de Bolsonaro, inventaram um plano de obras que só pode prosperar por meio de gambiarras que põem abaixo o teto de gastos - único empecilho à volta do descontrole fiscal. As manobras, das quais também participa o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, contam com ampla torcida organizada, reunindo o centrão fisiológico e os partidos de esquerda. Paulo Guedes dá sinais de que caminha para o isolamento no governo. Seus apelos diretos por declarações de apoio a Bolsonaro indicam isso.

A saída de Mansueto Almeida foi a de maior peso, e premonitória - como secretário do Tesouro, era o guardião de um cofre que em breve poderá ser arrombado. Ele teve disputas desgastantes com outros membros da equipe econômica e desilusões com o abandono de seu plano de reequilíbrio fiscal dos Estados, batizado com seu prenome, que abria um leque de 9 alternativas para a escolha dos governadores iniciarem a arrumação de suas contas. Enviado ao Congresso, está lá até hoje e de lá provavelmente não sairá.

Frustrações embalaram a demissão de Paulo Uebel, secretário especial da Desburocratização. Com apoio em estudos do Banco Mundial, de consultorias, de economistas locais e de sua própria experiência, elaborou uma reforma administrativa para dar racionalidade funcional, produtiva e salarial à máquina do Estado. Embora não fosse seu objetivo, a reforma traria economias aos cofres públicos, ao disciplinar promoções, carreiras (há mais de 300 hoje), benefícios e exigir o mínimo que hoje inexistente em todos os escalões da República - a avaliação de desempenho.

O presidente Jair Bolsonaro, que não quer se aborrecer com o que não entende, e não quer problemas com o funcionalismo, desdenhou da reforma administrativa. Ela não foi enviada e ficou à espera da oportunidade, que não veio. Bolsonaro disse que a reforma ficará para o ano que vem. Uebel pegou o paletó e foi embora.

O secretário especial de Desestatização, Salim Mattar, dono da Localiza, saiu depois do total encalhe do programa de venda das estatais. Desfazer-se de patrimônio público é, e tem de ser, mais difícil do que vender ativos em uma empresa privada, mas o programa não andou mesmo foi por falta de interesse do governo. Bolsonaro não é privatista, as "jóias" da coroa - Petrobras, Banco do Brasil - não entraram na lista de privatizações e mesmo vender empresas penduradas no Tesouro não é fácil dadas as centenas de apadrinhados pendurados nesses cabides de emprego.

O recuo das promessas eleitorais por Bolsonaro já ocorria antes da pandemia e a covid-19 acrescentou dissabores a quem já estava amuado. Guedes chegou tarde, e com parcimônia, na discussão dos auxílios emergenciais que o vírus tornou necessários. Mas os programas de apoio funcionaram a ponto de levantar a popularidade e o faro eleitoral do presidente.

Diante da abertura necessária dos cofres, os ministros militares vieram com um "Plano Marshall" mambembe e descosturado que, ademais, dinamita o teto de gastos. Foi um ataque frontal ao ministro da Economia, que parecia ter fracassado em meio ao festival de baixarias da reunião de 22 de abril. Os ministros militares e Marinho voltaram à carga.

Como o Estado está quebrado, é preciso voltar à racional sobriedade após o fim do estado de calamidade pública, que deu respostas sociais à pandemia. Furado o teto, as demandas não terão fim, em especial com uma base governista alicerçada no centrão. Sem a premência do aperto fiscal, as reformas serão deixadas de lado. Em seu lugar virão o risco de uma explosão do déficit público e seu financiamento por via inflacionária.

Bolsonaro disse ontem que “nosso norte continua sendo a responsabilidade fiscal e o teto de gastos”, mas não é bom se fiar em suas palavras. Guedes precisa recorrer a quem apoia vários de seus projetos, como o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, refazer pontes e reeditar uma parceria que conseguiu realizar a reforma da Previdência.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para março de 2021!  
MERCEDES-BENZ VANS

### LINK PATROCINADO

Instale o App da PicPay e fuja das filas, pague tudo pelo celular  
PICPAY

### LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas  
SHIKAKAI

### LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.  
OKINA

### LINK PATROCINADO

Pacotes com 25, 50, 75 ou 100 máscaras. Confira o preço  
HAYLO MÁSCARAS

### LINK PATROCINADO

Menos gordura: Anvisa libera fórmula emagrecedora esperta  
FEXADROL | EMAGRECEDOR





**Por Ribamar Oliveira**

Já trabalhou nos principais jornais e revistas do país. Foi ... [ver mais](#)

## Ala liberal perde substância no governo

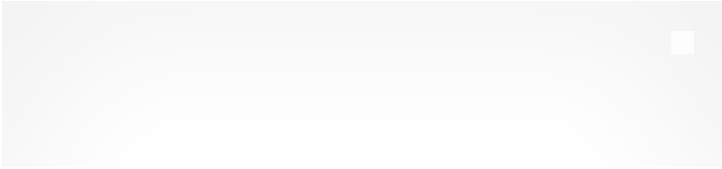
Privatizar estatais e fazer reformas sempre foi difícil no Brasil

13/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O que há de mais significativo na saída de duas importantes autoridades do Ministério da Economia, nesta semana, é que elas fazem parte da mesma ala liberal que procura, desde o início, montar uma agenda modernizadora e liberalizante para o atual governo. A saída deles cria interrogações sobre o futuro, pois indica um esvaziamento e perda de substância desse pensamento ideológico dentro do governo.

O momento da saída foi muito ruim, pois o ministro Paulo Guedes enfrenta uma disputa interna com as alas militar e política do governo, que querem um programa de investimento em obras de infraestrutura como estratégia para sair da crise econômica provocada pela pandemia.

**Privatizar estatais e fazer reformas sempre foi difícil**



Guedes está praticamente sozinho dentro do governo na defesa do teto de gastos da União, quando até o filho mais velho do presidente da República diz que ele precisa arrumar “um dinheirinho” para aumentar os investimentos públicos. O senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) se esquece que “um dinheirinho” o ministro da Economia até pode arrumar, o que ele não conseguirá é abrir um espaço no teto de gastos para fazer os investimentos que o primogênito de Jair Bolsonaro deseja.

Duas coisas espantam nesse episódio. A primeira foram as razões alegadas pelos assessores de Guedes para os pedidos de demissão. O secretário especial de Desestatização, Salim Mattar, disse ao ministro que “é muito difícil privatizar, que o ‘establishment’ não deixa fazer privatização, que tudo é muito emperrado, que tem que ter um apoio mais definido e decisivo”. O secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, Paulo Uebel, queixou-se, segundo relato de Guedes, que “a reforma administrativa está parada”.

As razões apresentadas parecem ingênuas. Uma rápida olhada na história recente do Brasil vai mostrar que privatizar estatais nunca foi tarefa fácil, desde que o ex-presidente João Figueiredo criou o primeiro programa brasileiro de desestatização, no início da década de 1980. De lá para cá, houve muitos avanços importantes nessa área, como a privatização do grupo Telebrás. Mas outras iniciativas foram paralisadas por interesses conhecidos, como é o caso do grupo Eletrobras, que está para ser privatizado desde o governo do ex-presidente Michel Temer e não se consegue.

Ao contrário do que pensam alguns, não são apenas os partidos de esquerda e os sindicatos que se mobilizam contra as privatizações. Os integrantes dos partidos que fazem parte do chamado Centrão também gostam de ocupar cargos bem remunerados nas estatais. As estatais foram, até passado recente, usadas para fazer negócios escusos, que beneficiaram grupos políticos. Muitos ainda as veem como fonte para obtenção de vantagens ilícitas.

O caso das reformas estruturais, como a administrativa, não é diferente. Se Uebel fosse político saberia das dificuldades para aprovar no Congresso Nacional mudanças que tiram privilégios ou afetam pretensos direitos ou interesses constituídos. Vale lembrar, por exemplo, que a reforma tributária é discutida no Congresso há pelo menos 30 anos, sem avançar.

No livro “Por que é difícil fazer reformas econômicas no Brasil?”, lançado neste ano, o economista Marcos Mendes enumera uma série de questões que dificultam as mudanças. Uma delas é o sistema político-eleitoral, que complica a formação de maiorias parlamentares. No caso do governo Bolsonaro, em que o presidente nem sequer tem partido, o problema é ainda maior. Outros obstáculos citados por Mendes são os conflitos entre os Poderes, uma Constituição muito detalhista, uma baixa coesão social e um país muito grande, com expressivas desigualdades regionais.

Mattar e Uebel achavam que desta vez seria fácil fazer as privatizações e as reformas, apenas porque consideraram que elas são o melhor caminho para o avanço do país? Seria ingenuidade acreditar que sem base política ampla no Congresso é possível aprovar medidas que exigem três quintos dos votos de deputados e senadores.

Para fazer as reformas e as privatizações, é necessário também vontade política do presidente da República. A saída de Mattar e Uebel indica que eles concluíram que Bolsonaro já não tem vontade de fazer um forte programa de privatização, a toque de caixa, nem de encarar os desafios de uma reforma administrativa.

Outra coisa que causou espanto foram as palavras de Guedes sobre o teto de gastos. “Os conselheiros do presidente que o estão aconselhando a pular a cerca e a furar o teto vão levar o presidente para uma zona sombria, uma zona de impeachment, de irresponsabilidade fiscal”, disse o ministro. Com a frase, Guedes não apenas tornou pública a disputa dentro do governo em torno desta questão, como lembrou ao presidente que crise fiscal pode levar à sua destituição, como aconteceu com a ex-presidente Dilma Rousseff.

---



O ministro Paulo Guedes rejeitou a proposta de “seguro-receita” para os Estados durante a pandemia, feita no PLP 149, de autoria do deputado Pedro Paulo (DEM-RJ), que chegou a ser aprovada pela Câmara. Por pressão de Guedes, o Senado fez outro projeto, que resultou na lei complementar 173, fixando um teto de R\$ 60,15 bilhões a serem repassados aos governos estaduais e prefeituras para cobrir perdas de arrecadação.

O resultado foi que o tiro saiu pela culatra. Os dois primeiros repasses aos Estados feitos pelo Tesouro superaram as perdas que eles tiveram com o ICMS. “Eu avisei que isso ia acontecer”, disse Pedro Paulo, em conversa com o **Valor**. “O PLP era muito mais lógico tecnicamente e seria mais barato, eficiente e justo do que a LC 173”, afirmou. “Com os dados reais de queda de arrecadação do ICMS e ISS, vemos que o Tesouro gastará R\$ 20 bilhões a mais do que seria necessário e de forma absolutamente desigual”, disse.

Pedro Paulo informou que encaminhou ontem uma Proposta de Fiscalização Financeira e Controle (PFC) ao Tribunal de Contas da União (TCU) solicitando a fiscalização desses recursos para evitar que sejam aplicados em ações não relacionadas à pandemia, cobrando responsabilidade e devolução à União.

**Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras**

**E-mail: [ribamar.oliveira@valor.com.br](mailto:ribamar.oliveira@valor.com.br)**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Chega de pagar anuidade do cartão de crédito  
SANTANDER FREE

### LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.  
OKINA

### LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas  
SHIKAKAI

### LINK PATROCINADO

# Arrecadação segue em queda, mas em ritmo mais suave

Retração de 17% em julho é pouco mais da metade das taxas de até 30% dos meses anteriores

Por **Fabio Graner** — De Brasília

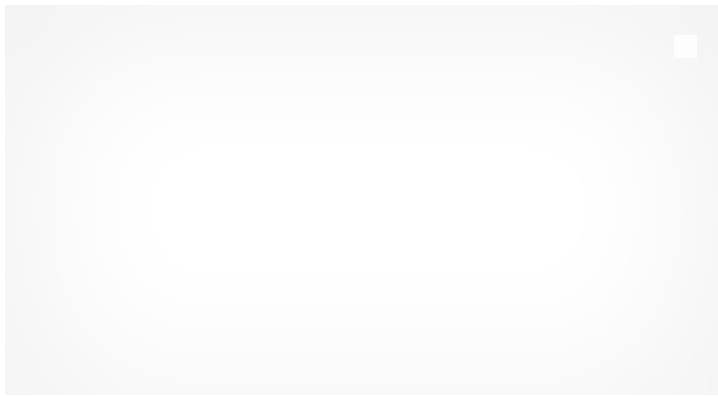
13/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

A arrecadação de impostos e contribuições federais caiu 17,3% (R\$ 24,3 bilhões) em termos reais em julho, na comparação com igual período do ano passado, segundo estimativas do Ibre/FGV, antecipadas ao **Valor**. Em valores nominais, a arrecadação total somou R\$ 116,597 bilhões, de acordo com a base de dados do Siafi, que tem mostrado uma grande proximidade com o resultado divulgado posteriormente pela Receita Federal.

O desempenho, apesar de ainda bastante negativo, foi melhor do que o verificado nos meses anteriores. Afetados pela paralisação de atividades na pandemia e por medidas de postergação de recolhimento de tributos, os ingressos nos cofres federais vinham tendo quedas na casa de 30%.

“A queda menor que nos meses anteriores das receitas federais reflete retomada das transações econômicas diante de medidas de flexibilização do isolamento social. IPI automóveis, por exemplo, após dois meses com queda real acima de 80%, apresentou retração menos acentuada em relação ao mesmo período de 2019 [53,4%]”, comentou Juliana Damasceno, pesquisadora do Ibre e responsável pelo levantamento.



Ela destaca, porém, que a queda das receitas ainda é acentuada e reflete em grande medida dificuldade de restabelecimento das condições financeiras por parte da população e das empresas.

Segundo o economista e professor do Instituto de Direito Público (IDP) José Roberto Afonso, apesar da queda menor, realmente não há muito o que comemorar. “Não comemoraria de forma alguma, ainda é uma perda muito alta. Ainda não é possível projetar qual vai ser o novo padrão”, disse, lembrando que a partir de setembro os impostos diferidos começam a ser pagos junto com os dos meses correntes, o que pode reforçar o desempenho da arrecadação.

Ele pontuou ser importante levar-se em conta que o dado de julho é o primeiro livre de adiamento no pagamento de tributos e outras medidas excepcionais. Ou seja, seria um termômetro melhor sobre o tamanho do impacto da crise econômica na arrecadação federal e, por consequência, nas contas públicas.

Dos R\$ 24,3 bilhões de queda nas receitas no mês passado, Afonso apontou que 25% se deram nos tributos sobre atividade econômica, como PIS/Cofins, IPI, e outros. Nesse grupo, ele destacou a queda de 23% (quase R\$ 5 bilhões) da Cofins, mesmo em um período melhor para o varejo, e bem superior ao recuo de 14,5% do PIS/Pasep.

O motivo para isso, explicou o economista, foi um volume enorme de compensações de tributos, em geral de grandes empresas que carregavam elevados créditos tributários.

Outros 25% da queda total da receita foram nos tributos sobre a renda. Ele destaca que esse comportamento faz sentido com o ambiente de queda no PIB e ainda

chama atenção para o fato de a bolsa de valores ter subido tanto recentemente, apesar de o cenário ser de queda na lucratividade das empresas,.

O restante da perda de arrecadação do governo foi no grupo despesas previdenciárias e imposto de renda retido na fonte (sobre o trabalho).

Para Afonso, essa é a boa notícia dos dados, já que a queda foi bem menor que a média. “Surpreendentemente, o desempenho da Previdência está melhor, caindo menos”, comentou.

Ele explicou que isso reflete o fato de que houve maior queda no emprego informal e também que tem havido maior preservação de vagas de rendimento mais alto, inclusive devido à manutenção dos rendimentos no setor público.

O outro grupo de queda foi nas “demais receitas”, como as com royalties, refletindo principalmente o tombo nos preços do barril de petróleo.

No acumulado do ano, os dados do Ibre mostram recuo real de 15,1% na arrecadação total do país, somando R\$ 782,56 bilhões.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Salvador seu filho não precisa andar com dinheiro no bolso  
BANCO INTER

### LINK PATROCINADO

Instale o App da PicPay e fuja das filas, pague tudo pelo celular  
PICPAY

### LINK PATROCINADO

Pacotes com 25, 50, 75 ou 100 máscaras. Confira o preço  
HAYLO MÁSCARAS

### LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas  
SHIKAKAI



# Estados pedem fundo de R\$ 485 bi

Dinheiro serviria para compensar perdas com o fim da guerra fiscal durante dez anos

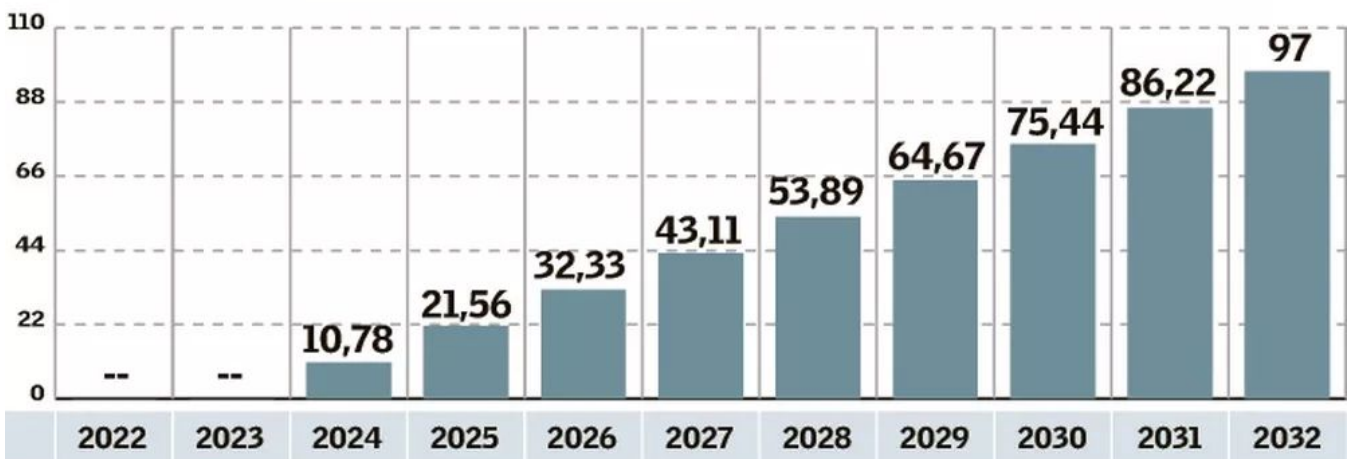
Por Lu Aiko Otta — De Brasília

13/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

## Desenvolvimento regional e exportação

Fundos propostos pelos Estados para destravar reforma tributária

### ■ Valor dos dois fundos, em R\$ bilhões



**Total em 10 anos: R\$485 Bilhões**

Fonte: Comsefaz

Os Estados querem R\$ 485 bilhões em recursos federais, por um período de dez anos, para viabilizar a reforma tributária. O dinheiro serviria para criar dois fundos. Um compensaria os Estados que temem ser prejudicados com o fim da “guerra fiscal”. Outro garantiria recursos àqueles que hoje recebem recursos federais no âmbito da chamada “Lei Kandir”, que desonera exportações de produtos básicos e

semielaborados, mas deixarão de ser beneficiados após a reforma. A falta de solução para esses dois problemas tem sido obstáculo para as tentativas de reformar o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

A proposta foi apresentada ontem pelo presidente do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), Rafael Fonteles, em reunião da comissão mista do Congresso que analisa o tema.

Num feito inédito, as 27 unidades da Federação chegaram a uma proposta de consenso para a reforma tributária, apresentada à comissão mista na forma de emenda substitutiva integral. A linha básica é semelhante à das Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 45 e 110, já em análise no Congresso.

Fonteles e outros quatro secretários estaduais presentes à reunião - Henrique Meirelles (SP), Rogério Gallo (MT), Décio Padilha (PE) e Marco Aurélio Santos Cardoso (RS) - criticaram a estratégia do governo federal de "fatiar" a discussão sobre a reforma tributária.

Defenderam um desenho amplo, no qual todos os tributos sobre consumo, cobrados por União, Estados e municípios, sejam fundidos num só, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Demonstraram preocupação com a possibilidade de o Ministério da Economia apoiar a exclusão do Imposto sobre Serviços (ISS), que é da esfera municipal, da base do futuro IBS. O relator da matéria, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), concordou com as críticas.

Na comparação com a proposta mais conhecida de reforma tributária, a PEC 45, o desenho apoiado pelos Estados tem algumas "inovações", segundo Fonteles. Os dois fundos são a principal diferença.

Além disso, os Estados sugerem a devolução do IBS pago pelas pessoas de baixa renda. Entendem que essa é uma forma mais adequada de reduzir a carga tributária sobre os mais pobres do que fixar alíquotas mais baixas para os produtos de consumo básico.

A proposta dos Estados também mantém o Simples Nacional e a Zona Franca de Manaus. Contempla ainda a criação de um Imposto Seletivo (IS) a ser cobrado

apenas sobre bebidas e cigarros.

Num ponto de divergência com o Ministério da Economia, que vem dialogando em torno dessa proposta, os Estados querem que o IBS seja administrado por um comitê gestor formado por União, Estados e municípios, com menor representação do governo federal. Esse comitê ficaria responsável, por exemplo, por fixar alíquotas mínimas e máximas do tributo. O presidente da comissão mista, Roberto Rocha (PSDB-MA), pontuou que o comitê gestor deveria ficar sob coordenação do Senado.

Apesar de seu valor elevado, os fundos terão, ao fim de dez anos, um valor semelhante ao que o Ministério da Economia sugeriu repassar aos entes subnacionais nas PECs do Plano Mais Brasil, que são cerca de R\$ 400 bilhões em 15 anos. A diferença é que os Estados querem dinheiro da arrecadação federal, e não dos royalties de petróleo, que consideram instável.

O fundo de desenvolvimento regional será importante para que Estados menos desenvolvidos atraiam investimentos. Durante décadas, o principal chamariz para as empresas era a concessão de descontos generosos no ICMS que elas deveriam recolher. Era a chamada “guerra fiscal”. Com a reforma, isso não será mais possível porque a tributação passará a ser feita no local de consumo, não de produção. O fundo vai permitir que Estados melhorem sua infraestrutura ou concedam subvenções econômicas para as empresas. Porém, por um período limitado.

Para os Estados exportadores, que hoje recebem repasses federais da Lei Kandir, haverá outro fundo que permitirá a eles buscar a diversificação da economia. Por exemplo, atraindo empresas esmagadoras de soja.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Faça tudo sem sair de casa com o cartão Santander.

SANTANDER

### LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas

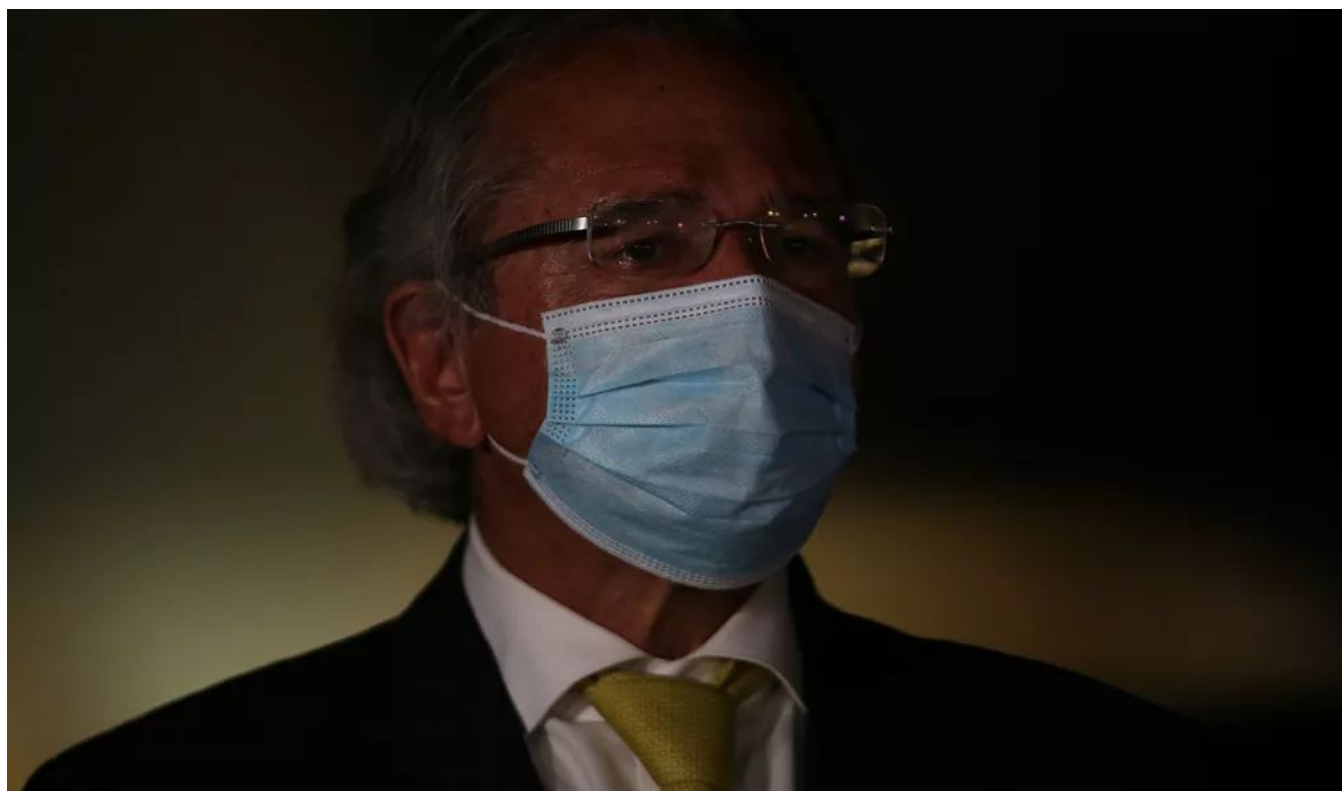
SHIKAKAI

# Guedes cobra e obtém apoio de Bolsonaro a agenda liberal

Presidente também se compromete publicamente com teto de gastos

Por Fabio Graner, Marcelo Ribeiro, Raphael Di Cunto, Matheus Schuch e Mariana Ribeiro — De Brasília

13/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



O ministro Paulo Guedes: gesto público do presidente Jair Bolsonaro mantém firme agenda liberal e teto de gastos defendidos pelo ministro — Foto: Jorge William/Agência O Globo

Um dia após a “debandada” de dois de seus principais auxiliares, o ministro da Economia, Paulo Guedes, cobrou e obteve dois gestos públicos importantes do presidente Jair Bolsonaro de compromisso com sua agenda liberal e, em especial, com o teto de gastos. No início da noite o presidente foi ao jardim do Palácio da

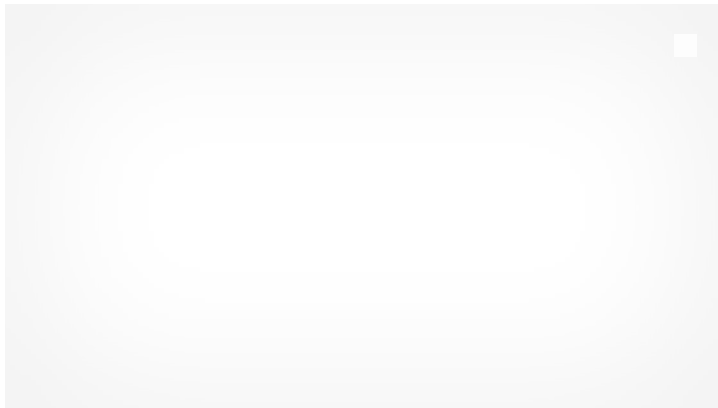


Alvorada, ladeado pelos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, e do Senado, Davi Alcolumbre, e se comprometeu em respeitar o teto de gastos. Em reunião antes do pronunciamento de Bolsonaro, onde estavam também alguns ministros, enterrou-se a possibilidade de estender o estado de calamidade pública para o próximo ano.

“A foto foi o mais importante. É de um grande simbolismo os três presidentes defendendo o teto de gastos”, disse o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues ao **Valor**.

Guedes, pelo menos no curto prazo, tem demonstrado disposição de continuar no governo e descartou, em conversas com interlocutores, a possibilidade de deixar o cargo. Ele tem dito em conversas reservadas que tem plena consciência da responsabilidade que tem com o presidente Bolsonaro e com o mercado e sabe da importância de deixar clara a sua permanência para não causar ruídos.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

O ministro da Economia, porém, reconfigurou sua postura e não pretende mais esconder sua irritação com outros integrantes do governo que ampliaram a ofensiva para flexibilizar o teto de gastos públicos. Por isso, colocou anteontem abertamente o risco de impeachment presidencial, caso Bolsonaro opte por caminhos mais heterodoxos.

Diante da subida de temperatura e dos sinais de que o mercado teria um dia ruim, Bolsonaro no início da manhã de ontem já deu um sinal positivo para Guedes ao defender o teto de gastos em postagem nas redes sociais. Mas o gesto simbólico mais relevante foi no início da noite: ao lado dos presidentes da Câmara e do Senado e de ministros, entre eles Guedes e Rogério Marinho (Desenvolvimento

Regional), considerado um dos “fura-teto” (alculha dada por Guedes àqueles que querem ampliar os gastos), o chefe do governo reafirmou seu compromisso com o teto e informou que vai trabalhar no andamento de temas como privatizações e reforma administrativa.

“Respeitamos o teto de gastos, queremos a responsabilidade fiscal e o Brasil tem como realmente ser um daqueles países que melhor reagirá à crise”, disse Bolsonaro. “Resolvemos direcionar nossas forças para o bem comum e o bem-estar do nosso povo”, completou.

Segundo Alcolumbre, a reunião serviu para “nivelar informações dessa agenda de responsabilidade fiscal” e foi uma oportunidade para construção de uma pauta de retomada, com “responsabilidade fiscal e social”. Ele destacou que é preciso convencimento da sociedade para que a agenda avance. Maia, por sua vez, disse que foi uma “reunião importante”, onde as partes reafirmaram seu compromisso com o teto de gastos e com a “regulamentação de seus gatilhos”, que reduzem ou travam aumento de despesas.

Há um grande receio de integrantes da equipe econômica de que o governo abandone as políticas públicas prometidas desde a campanha eleitoral para centrar esforços na reeleição do presidente. Os movimentos presidenciais ontem ajudam a conter o temor de que o chefe do Poder Executivo esteja “flertando com a gastança, adotando uma guinada populista”, já que vem ampliando apoio político e popular após a implementação do auxílio emergencial.

Mesmo na questão da substituição do auxílio por um programa de renda mínima, Bolsonaro está umbilicalmente ligado à Guedes. Aliás, o Renda Brasil “é fundamental para a reeleição de Bolsonaro e o ministro da Economia é fundamental para a elaboração da renda mínima em um quadro fiscal aceitável”, reconhece uma fonte oficial.

Em conversas reservadas, Guedes tem demonstrado incômodo com a atuação da Casa Civil, que, em sua avaliação, tem endossado a agenda de ampliação dos investimentos públicos sugerida pelos ministros Marinho e da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas.

No dia marcado pela saída dos secretários Salim Mattar (Privatizações) e Paulo Uebel (Gestão, Desburocratização e Governo Digital), Guedes mostrou abatimento pelas novas baixas em sua equipe, mas recobrou o ânimo e o espírito de luta com a sinalização positiva de Maia (DEM-RJ) e do líder do Centrão, o deputado Arthur Lira (PP-AL), para sua agenda de manutenção do teto e redução de gastos obrigatórias.

O movimento de dois dos principais deputados foi visto como muito importante na equipe econômica no sentido de se fazer avançar o tema fiscal, que se torna cada vez mais relevante para as perspectivas da gestão Guedes.

O ministério da Economia avalia agora qual o caminho mais rápido para conseguir finalmente estabelecer mecanismos de “gatilho” para o acionamento do teto de gastos. Já há previsão para isso nas PECs do pacto federativo (188) e emergencial (186), que tramitam no Senado, mas estão paradas. Na reunião de ontem Alcolumbre teria se comprometido em fazer tramitar a PEC 188. Mas com os movimentos de Maia e Lira, a Câmara também pode ganhar protagonismo no debate.

Nesse sentido, o caminho, de acordo com uma fonte do governo, poderia ser emendar alguma PEC já em andamento, como a dos gatilhos da “regra de ouro” - do deputado Pedro Paulo (DEM-RJ) - ou patrocinar um texto novo, no caso outra PEC já apresentada pelo deputado Felipe Rigoni (PSB-ES), mas que ainda não está em tramitação efetiva por não atingir o número mínimo de assinaturas.

Ao **Valor**, Rigoni disse que recentemente se reuniu com integrantes do governo e com Maia e explicou que o governo ainda está avaliando qual a estratégia mais eficiente. Seu projeto, que tem co-autoria de Pedro Paulo, prevê medidas como a redução de gastos com pessoal.

Alguns ajustes adicionais porém ainda estão sendo estudados pelos técnicos, de forma a melhorar o processo de acionamento desses gatilhos, que na prática reduzirão despesas obrigatórias, como gasto com pessoal, abrindo em tese espaço para investimentos públicos.

## Ministro tem confiança do presidente e está firme, diz Mattar

Segundo ele, sua saída e a de Uebel não mudam a posição do ministro no governo

Por **Fabio Graner** — De Brasília

13/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---







Ex-secretário Salim Mattar: “Saio do governo apoiando a pauta Bolsonaro” — Foto: Dênio Simões/Valor

O ex-secretário de Privatização e Desestatização, Salim Mattar, disse que o ministro da Economia, Paulo Guedes, “está firme” e que a saída dele e colega Paulo Uebel (Gestão, Desburocratização e Governo Digital) não mudam a posição do ministro no governo.

“O ministro Guedes está firme, ele tem a confiança do presidente Bolsonaro, os dois se dão muito bem, com confiança mútua. O Guedes é até conselheiro do presidente”, disse Mattar em entrevista ao **Valor**. “O ministro tem uma energia elevada, é obstinado.”

O ex-secretário, que era um dos técnicos da área econômica mais próximos de Bolsonaro, disse que não fez seu pedido de saída ao comandante do Planalto, e sim diretamente a Guedes. Garantiu que na reunião que teve anteontem pela manhã, na qual também estava o ministro, foram tratados assuntos da pasta, como ocorria quinzenalmente, e sua demissão foi formalizada à tarde, no ministério.

Ele não se disse decepcionado com Bolsonaro por decisões como excluir a Casa da Moeda da lista de privatizações ou a aproximação com o chamado Centrão.

“Não me atingiu em nada. Na realidade, não se governa no Brasil sem apoio político, e isso não ocorre sem acerto entre as partes. Assim ocorreu com Fernando Henrique e Lula. O presidente disse que não tem ‘toma lá, dá cá’”, afirmou. “Eu diria que o Congresso mudou e também mudaram os políticos, acho que eles estão muito mais cuidadosos e aquelas coisas do passado não acontecem mais”, disse Salim, ressaltando não estar decepcionado com o presidente. “Ao contrário, ele sempre foi solícito comigo, saio do governo apoiando a pauta Bolsonaro”, completou.

Apesar de reclamar da lentidão dos processos e das travas impostas pelo chamado “establishment” (um conceito amplo de atores do poder, que inclui Executivo, Legislativo e Judiciário), “que não é privatista”, Mattar comemora os resultados alcançados até fevereiro, antes da pandemia redirecionar toda a ação do governo. Ele destacou a redução de 84 empresas estatais (em geral subsidiárias de instituições do governo federal) e participações do setor público, com um volume de R\$ 150 bilhões. “É dinheiro pra chuchu”, comentou.

Ressaltou os padrões de “compliance” determinados às estatais, alinhando a gestão delas aos parâmetros definidos pela OCDE, uma maior profissionalização da gestão com mais executivos privados.

Questionado se esse discurso não seria contraditório com a saída neste momento, Mattar insistiu que seu pedido de saída foi motivado pela avaliação de que a relação entre trabalho e resultado seria pouco produtiva depois de um ano e meio dentro do governo. E reitera a crítica à postura antiprivatizações do “establishment”, que não chegou a surpreendê-lo. “Nós viemos transformar o Estado, e não só melhorar o Estado. O ‘establishment’ é contra privatizar.”

Ele ressaltou algumas vezes na conversa que deixou 14 empresas no “pipeline” (na trilha) de privatizações e um processo facilitado para quem vier a sucedê-lo conseguir resultados com mais celeridade nos próximos anos. Mas reconheceu que o sonho dele era “privatizar tudo o que fosse possível”.

Nesse sentido, dentre toda a carteira de empresas do governo, Mattar lamenta sair sem ter privatizado os Correios. “Porque é uma empresa cheia de reclamações dos consumidores. Todo mundo nas redes quer que privatize. Ninguém manda mais carta. Não tem razão de existir.”

O agora ex-secretário disse que não volta para a Localiza, a empresa que comandava, e que sua ideia é trabalhar pelas ideias liberais nos institutos relacionados a esse pensamento, com foco nos jovens. “Não volto mais para os negócios, essa é página virada.”

## Saídas ameaçam, mas não anulam 'receituário'

Sem avanço em reformas, esforços devem se concentrar em garantia da sustentabilidade fiscal

Por Anaïs Fernandes e Ana Conceição — De São Paulo

13/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Sergio Vale: dinâmicas da política colocaram empecilhos a agenda reformista liberal de Guedes, que ficou para trás — Foto: Claudio Belli/Valor

A ambiciosa agenda de reformas defendida pelo ministro Paulo Guedes desde a campanha eleitoral parece ter sido mais do que arranhada pelas recentes baixas em sua equipe. Com dois secretários verbalizando em suas demissões o descontentamento com o ritmo de avanço das propostas, a percepção entre



economistas é que aquela pauta “por mais Brasil e menos Brasília” está enfraquecida e já ficou para trás, ao menos nos moldes em que era conhecida. Isso não implica, necessariamente, a derrocada do projeto liberal do governo, desde que autoridades consigam garantir a preservação da âncora fiscal, dizem analistas.

A despeito das mudanças na Previdência, houve pouco avanço real, até agora, nas reformas pensadas pelo governo, e, com a gestão Bolsonaro já no segundo ano de mandato - marcado por mais turbulências políticas, além da pandemia -, as perspectivas não são boas. “Não conseguem fazer o que ele [Guedes] queria lá atrás nem colocar agenda minimamente liberal. Se não conseguiram no início do governo, mais difícil agora”, diz Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados.

## A agenda de Guedes

Ministro coleciona poucas vitórias em 20 meses de governo

Medidas	Resultado
Reforma da Previdência	Aprovada
Inclusão de Estados e municípios e capitalização na Previdência	Não aprovados
Zerar o déficit primário em 2019	Déficit atingiu R\$ 95 bilhões
Carteira verde amarela	MP caducou em abril
Reforma tributária	Propôs a unificação de PIS e Cofins
Nova CPMF e desoneração da folha	Sem previsão
Envio da reforma administrativa ao Congresso	Sem previsão
Privatização de estatais	Nenhuma empresa relevante foi privatizada
Venda de terrenos e imóveis da União	Lei que facilita venda sancionada em junho
Abertura comercial	Sem previsão
PEC do pacto federativo	Tramita no Congresso
PL da Cabotagem	Tramita no Congresso
Independência do Banco Central	Tramita no Congresso

Fonte: Ministério da Economia e Congresso

Mesmo no caso da Previdência, ele lembra, o debate foi herdado da gestão anterior, e Guedes não emplacou seu modelo de capitalização (cada um faz a própria aposentadoria). “Essa agenda liberal já foi, já está perdida”, afirma Vale, acrescentando que “o tempo da política colocou um empecilho à agenda ambiciosa de Guedes”.

O lento andamento das reformas preocupava antes mesmo dos pedidos de demissão dos secretários Salim Mattar (Desestatização) e Paulo Uebel (Desburocratização), anunciados por Guedes anteontem, observa Rafaela Vitória, economista-chefe do Banco Inter. Mas o movimento “é mais um ponto de atenção, pois eram secretários de áreas importantes da agenda liberal e que saíram declarando insatisfação”, ela afirma.

Economistas reconhecem que o plano reformista do governo tinha “ambição muito grande de início” e poderia ser até “ingênuo” - ao falar, por exemplo, em arrecadar R\$ 1 trilhão com privatizações. “Existia um plano mais abrangente de reduzir o Estado. Parte disso se frustrou e, nesse sentido, a simbologia das demissões é muito ruim, de que a agenda liberal está mais fraca”, afirma Daniel Weeks, economista-chefe da Garde.

Carlos Kawall, diretor do Asa Investments e ex-secretário do Tesouro Nacional, prefere avaliar os casos separadamente. Segundo ele, a “perda de compromisso” do governo com a reforma administrativa, e que levou à saída de Uebel, é uma “surpresa negativa”, já que parece haver “anseio maduro” no Congresso para a pauta avançar. “A saída dele é lamentável, é um prejuízo, sim, que deriva da piora da agenda do governo”, diz Kawall. Já a renúncia de Mattar revela entrave oposto. “O problema parece ser o Congresso. Parcerias e concessões caminham, mas para a venda de ativos há grande resistência.”

O mercado financeiro reage muito mal às baixas na equipe porque “coloca tudo num pacote só”, segundo Weeks. “A agenda liberal engloba várias coisas, mas o pilar é a responsabilidade fiscal. Não necessariamente menor chance de avanços com privatizações ou reforma administrativa significa que o lado fiscal acabou”, afirma.

Mas as autoridades precisam mostrar isso claramente, defendendo o teto de gastos, dizem economistas. “É a única âncora fiscal do país e não há maturidade para

flexibilizar”, afirma Rafaela, acrescentando que a regra é fundamental para manter inflação e juros baixos. “O governo tem que ser firme, Paulo Guedes sabe disso.” Ela diz ver a equipe econômica - Bruno Funchal (Tesouro) e Roberto Campos Neto (Banco Central), por exemplo, além de Guedes - firme na defesa do teto, mas é preciso que demais áreas do Executivo se juntem a eles.

Para Kawall, é uma “grande decepção” observar dentro do governo pessoas pressionando por artifícios para “burlar” a regra fiscal. Segundo Vale, da MB, três forças pressionam Guedes por gastos: o presidente da República, que tem passado de viés estatizante e está politicamente interessado na criação do Renda Brasil; militares, em busca de investimento público; e parcela do Congresso representada pelo “Centrão”, com suas demandas próprias. “Guedes sinaliza, pelo jeito, que topa essa batalha, mas me parece difícil de vencer. São três atores muito importantes.”

Até por isso, analistas viram com bons olhos declarações recentes de Guedes, Bolsonaro, dos presidentes das casas legislativas e do líder do “Centrão”, Arthur Lira (PP-AL), reforçando o compromisso com o teto. “Acho que a barra para flexibilizar a regra está bastante alta, não vejo intenção clara nesse sentido nem do governo nem do Congresso. Esse é o recado das últimas movimentações”, diz Kawall. “Isso é importantíssimo, não fosse assim, seria o caso de o ministro [da Economia] pedir demissão.”

Embora a agenda liberal de Guedes esteja enfraquecida, Rafaela, do Inter, afirma não ver uma perda total da pauta, que é ampla, mas foi “atropelada” pela pandemia. “Para as reformas andarem de maneira mais rápida, seria necessária uma sinalização mais firme do presidente e uma articulação política da Casa Civil, que tem ficado a desejar”, diz.

Mais cético, Vale vê pouco espaço para uma reforma como a administrativa, após a previdenciária. “Precisaria de grande força política do governo para propor outra reforma que mexa no funcionalismo, um grupo muito vocal, tudo o que o governo Bolsonaro não tem. Para vermos reformas importantes no setor público, me parece que seria preciso novo governo, novo ciclo político, um novo presidente com novas força.”



No fim, a maior seletividade nas propostas enviadas ao Congresso pode levar o foco para a questão fiscal, diz Weeks, da Garde. “Pode ser uma coisa de tirar toda a ‘espuma’ que estava difícil de avançar, concentrando no que é mais importante para o país hoje”, ele afirma, mas alerta que a “disputa” pelo orçamento “só está começando”.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Premium Família. Um plano. Até seis contas.

SPOTIFY

### LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.

OKINA

### LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas

SHIKAKAI

### LINK PATROCINADO

Menos gordura: Anvisa libera fórmula emagrecedora esperta

FEXADROL | EMAGRECEDOR

### LINK PATROCINADO

Fórmula emagrecedora seca gordura inchada da barriga

FEXADROL

### LINK PATROCINADO

Vantagens da máscara descartável. Confira o preço

HAYLO MÁSCARAS

por **taboola**

---

## Leia em Valor Investe

### VALOR INVESTE

Brasileiros mantêm interesse em comprar imóvel mesmo com pandemia

### VALOR INVESTE

Isso é uma pandemia, não um milagre comportamental

## União poderá perder 5% da arrecadação do Refis

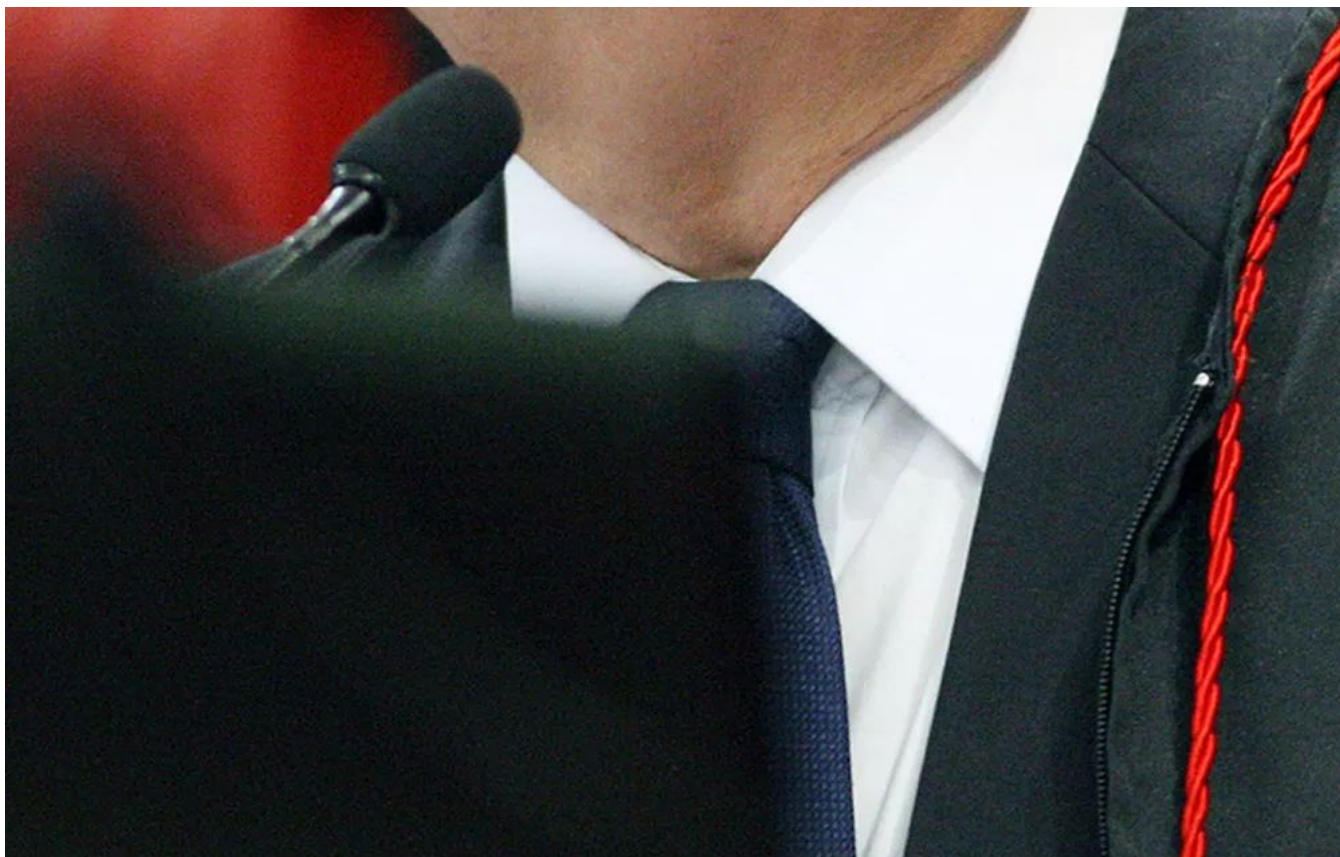
STJ analisa a forma como devem ser calculados os descontos oferecidos no programa

Por **Joice Bacelo** — De Brasília

13/08/2020 05h02 · Atualizado há 5 horas

---





Relator, ministro Herman Benjamin: voto favorável à Fazenda Nacional — Foto: Nelson Jr/ASCOM/TSE

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) começou a julgar ontem um processo que, dependendo do desfecho, pode fazer com que a União tenha que devolver aos contribuintes 5% do arrecadado com o Refis da Crise. Os ministros da 1ª Seção analisam a forma como devem ser calculados os descontos oferecidos no programa.

Eles discutem se podem ser cobrados juros sobre a multa perdoada no parcelamento. Há, por enquanto, um empate. O relator, ministro Herman Benjamin, votou de forma favorável à cobrança. Já Napoleão Nunes Maia Filho se posicionou contra. O julgamento foi interrompido por um pedido de vista (EREsp 1404931).

Sem a cobrança de juros sobre a parcela da multa, haveria redução do saldo a ser pago pelos contribuintes. Por isso, segundo a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), há previsão de impacto aos cofres públicos - estimado em 5% do que foi arrecadado.





O Refis da Crise foi instituído em 2009 por meio da Lei nº 11.941. Além da possibilidade de parcelar as dívidas tributárias, com desconto em multas e juros, permitia ao contribuinte incluir valores de parcelamentos anteriores. Na época, o governo federal afirmou que 36 mil empresas haviam se inscrito, o que renderia cerca de R\$ 20 bilhões aos cofres públicos.

O julgamento no STJ, além do Refis da Crise, pode influenciar outros programas que foram oferecidos pelo governo. Edições posteriores têm a mesma metodologia de cálculo, também prevendo a cobrança de juros sobre a multa perdoada.

Se levar em conta somente o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), de 2017, o impacto para a União seria de mais de R\$ 3 bilhões, segundo a PGFN.

O julgamento, apesar de não ocorrer em caráter repetitivo, é importante porque a 1ª Seção uniformiza o entendimento que deve ser adotado pelas turmas que julgam as questões de direito público. Há divergência em relação a esse tema: a 1ª tem decisão contra a cobrança dos juros e a 2ª favorável.

O caso julgado pelos ministros envolve a Bettanin Industrial, empresa gaúcha do segmento de utensílios de limpeza doméstica. Segundo consta no processo, a companhia aderiu ao Refis da Crise e optou por pagar a sua dívida tributária à vista, o que deu direito à redução de 100% do valor da multa cobrada pelo atraso do pagamento.

Para a empresa, é como se a multa tivesse sido extinta e, por esse motivo, não incidiriam juros desde a data do vencimento do tributo, que no caso em análise, era de 2005. “Os juros sempre foram um acessório do principal”, afirmou aos ministros o advogado Carlos Eduardo Domingues, representante da empresa no caso.

Já a PGFN entende que os descontos oferecidos no programa devem ser aplicados após a atualização da dívida para a data de adesão, ou seja, 2009. Sendo assim, incidiriam juros sobre a multa calculada entre a data de vencimento do tributo e a de adesão ao Refis.

A procuradora Amanda de Souza Geracy afirmou aos ministros, em defesa oral, que o desconto dos juros, pela lei, eram de até 45%, e que pelo cálculo do contribuinte seria aumentado para 68%. Uma decisão contrária à cobrança, portanto, acabaria por ampliar o benefício previsto na lei.

Relator do caso, o ministro Herman Benjamin deu razão à PGFN. “A redução dos juros de mora em 45% deve ser aplicada após a consolidação da dívida sobre o montante devido originariamente”, afirmou ao votar, acrescentando “não existir amparo legal para que a exclusão de 100% da multa de mora implique exclusão dos juros”.

Já o ministro Napoleão Nunes Maia Filho, assim como o contribuinte, entende que o “o acessório acompanha o principal”. “Trata-se de regra multissecular”, disse ao abrir divergência ao voto do relator. “Se a multa não existe mais, não poderia ser invocada para coisa alguma, mormente para a incidência de juros de mora”, concluiu.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para março de 2021!

MERCEDES-BENZ VANS

### LINK PATROCINADO

Instale o App da PicPay e fuja das filas, pague tudo pelo celular

PICPAY

### LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas

SHIKAKAI

### LINK PATROCINADO

Adeus dor no joelho! Segredo Japonês renova cartilagem de idosa.

OKINA

## ‘Lei complementar pode ser saída para propostas de reforma’

Com unificação de planos de Congresso e governo, fica mais fácil destravar debate, diz Eurico de Santi

Por **Marta Watanabe** — De São Paulo

13/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

---







Eurico de Santi: CPMF é simples e arrecada, mas não é transparente nem neutra porque interfere nas cadeias de bens e serviços — Foto: Nilani Goettems/Valor

A proposta do governo federal para a instituição de uma Contribuição Social sobre Operações de Bens e Serviços (CBS) em substituição ao PIS e à Cofins representa uma mudança de paradigma, com importantes alinhamentos em relação às propostas que já estão à mesa para a criação de um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Há, porém, desalinhamentos técnicos importantes e, do ponto de vista político, a aprovação da CBS pode consumir energia e capital importantes para a discutir uma reforma mais ampla, de um IBS que também contemple o ICMS dos Estados e o ISS dos municípios. Mas uma solução consensual via lei complementar poderia destravar o debate político. Essa é a opinião de Eurico de Santi, professor de direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV Direito SP) e integrante do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), que elaborou o texto do projeto da PEC 45, em tramitação na Câmara dos Deputados.

A PEC 45 estabelece um IBS no formato de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) reunindo, além dos federais PIS, Cofins e IPI, o ICMS e o ISS. O IVA proposto alcançaria todos os bens e serviços com uniformização de carga e seria não cumulativo.

Ganhador em 2008 do Prêmio Jabuti na categoria de melhor livro jurídico e frequentemente mencionado como referência para basear petições e decisões judiciais, de Santi defende um caminho aparentemente inverso ao mais usual no mundo jurídico.

A ideia é discutir inicialmente uma lei complementar para alinhar a proposta de lei ordinária para criação da CBS apresentada pelo governo federal à PEC 45 e à PEC 110. Esta última em trâmite no Senado e que também institui um imposto em formato de IVA. Definida a PEC, uma emenda seria debatida para fazer os ajustes no

texto constitucional. “Eu aprendi no direito que se faz a lei com fundamento na Constituição. Na prática eu tenho que fazer a lei e depois a emenda.”

Dessa forma, energia e capital seriam utilizados para a unificação das propostas e todas as partes teriam interesse em aprovar uma emenda para viabilizar a lei complementar. “A unificação pode destravar o debate político da reforma.” O conjunto das mudanças pode instituir, diz de Santi, primeiramente um IVA federal, reunindo PIS e Cofins, mas garantindo claramente a ampliação para ICMS e ISS logo depois. Entre condições importantes está o estabelecimento de um período de transição, importante para regular impacto nos preços relativos e garantir que não haverá aumento agregado de carga tributária.

A ideia de lei complementar nesse sentido será apresentada hoje em evento da FGV para Vanessa Canado, assessora especial no Ministério da Economia, e Isaías Coelho, que tem auxiliado a equipe econômica do governo federal na formulação da reforma tributária.

A seguir, os principais trechos da conversa por reunião online.

**Valor:** *Como a proposta do governo federal, de criação da CBS, afeta as discussões de IBS que já estão na Câmara e no Senado?*

**Eurico de Santi:** Há grande alinhamento entre a CBS e o IBS da PEC 45 e da PEC 110, como a base de cálculo, com tributação da receita de operações com bens e serviços, reduzindo a atual complexidade de apuração do PIS e da Cofins. O IBS da PEC 45 acaba com todos os regimes diferenciados, a CBS acaba com muitos.

“

**Há risco de a aprovação da CBS gastar energia e capital político e não conseguirmos aprovar depois o IBS”**

**Valor:** *Mas essa redução de incentivos é suficiente?*

**De Santi:** É uma redução muito importante. A CBS trouxe um debate sobre alíquotas e incentivos como os da cesta básica e da Zona Franca de Manaus. É um debate político positivo. Do ponto de vista técnico, a CBS é histórica, traz um novo paradigma. Ela é a semente da PEC 45 instaurada para mudar o PIS e Cofins, de forma bem desenhada pela equipe econômica. A CBS traz uma ruptura com a alíquota por dentro, que transforma uma cobrança nominal de 25% em efetivos 33%. Um passo inédito, assim como a proposição de não cumulatividade plena e a retirada de tributos da base de cálculo.

**Valor:** *Mas há também desalinhamentos entre IBS e CBS, não?*

**De Santi:** Sim, a falta período de transição, que causa insegurança jurídica, desigualdade entre setores tributados de forma diversa por PIS, Cofins, ICMS e ISS, além de ser um mecanismo importante para regular impacto da mudança nos preços relativo. É preciso também garantir direito a todo crédito e a não cumulatividade. É isso que vai desonerar a cadeia de produção e estimular o ambiente de negócios. Como nossa história é de que a Receita não devolve créditos, é ponto central no debate. A proposta da CBS diz que vai devolver, mas não há garantias. Há também questões para encaixar a CBS no desenho constitucional, que pode ensejar controvérsias e expõe o modelo CBS a 20 anos de práticas, jurisprudência e doutrina.

**Valor:** *Parte disso porque o governo propôs lei ordinária, e não emenda constitucional...*

**De Santi:** Sim, um projeto de lei ordinária com regime de urgência. O governo precisa de caixa, há uma pandemia em andamento. Há uma pressão política justificável sobre o governo, o que levou à estratégia de colocar a mudança por lei ordinária debaixo da Constituição de hoje.

**Valor:** *Como foi proposta nesse formato de lei ordinária, com regime de urgência, há risco de a CBS ser aprovada antes e deixar para trás as emendas constitucionais de IBS, que demandam mais discussão e mais votos?*

**De Santi:** Essa é uma questão política, e não técnica. Há risco de a aprovação da CBS gastar energia e capital político e não conseguirmos aprovar depois o IBS. A alíquota



de 12% é outra questão política. É inadequado fazer uma reforma para melhorar o sistema tributário e aumentar a carga. Eventual aumento de carga pode dificultar o debate para Estados e municípios [que recolhem, respectivamente, ICMS e ISS]. É preciso acoplar a proposta federal que versa sobre CBS, unificando PIS e Cofins, às PECs que alcançam também ICMS e ISS.

**Valor:** *Como isso pode ser feito?*

**De Santi:** A equipe do núcleo de estudos fiscais [da Direito FGV SP] começou a trabalhar numa proposta de lei complementar. Se for possível um acordo político para colocar a CBS em união às duas PECs, com acordo entre Senado e Câmara. Com o Parlamento concordando em dar prioridade para o IVA federal, é só ajustar a legislação.

**Valor:** *Mas não é preciso uma alteração constitucional antes?*

**De Santi:** Essa é uma grande novidade. Eu aprendi no direito a seguir a pirâmide de Kelsen [que se baseia na hierarquia das normas legais]. As leis devem ter fundamento na Constituição. Ou seja, eu primeiro faço a Constituição e depois a lei. Na prática eu tenho que fazer primeiro a lei e depois a emenda. É fundamental fazer a lei complementar e trazer toda a experiência do debate que já está acontecendo. Quando tivermos a lei complementar, subimos para a PEC e assim conseguimos fazer uma emenda comum para dar fundamento à lei.

“

**CBS traz novo paradigma e mostra alinhamento histórico entre governo, Câmara e Senado”**

**Valor:** *A lei complementar criaria consenso entre as propostas do governo federal, do Senado e da Câmara e traria interesse comum na aprovação de uma emenda.*

**De Santi:** Sim. Uma unificação pode destravar o debate político da reforma. A ideia é ter um texto em 30 ou 40 dias. Após aprovada a PEC, pode ser instituído primeiramente um IVA federal com base ampla e desvinculado da lógica do

PIS/Cofins, mas com transição para garantir segurança e acoplamento entre direito e economia na estabilização dos preços relativos. Depois de algum tempo, ICMS e ISS entram no IVA.

**Valor:** *Também com transição.*

**De Santi:** Sim, é importante que o modelo tenha algumas premissas básicas, como período de transição, não cumulatividade plena com a garantia de uso dos créditos, redistribuição de receitas, sem perdas, entre União, Estados e municípios.

**Valor:** *E é possível aprovar tudo neste ano?*

**De Santi:** Isso depende da discussão política. Minha expectativa é que o Brasil começará 2021 com um novo modelo de tributação de bens e serviços. Dá para aprovar. Há alinhamento histórico entre governo, Senado e Câmara. O debate instaurado pela CBS é o ingrediente que faltava para o acoplamento entre a PEC 45 e a PEC 110. Temos apoios de 27 governadores e de grande parte dos municípios. Há resistência das grandes capitais, que temem perder arrecadação, o que é algo legítimo, mas pode ser ajustado com a transição.

**Valor:** *Mas e o setor de serviços? A reivindicação de desoneração de folha com compensação de arrecadação sobre transações financeiras persiste.*

**De Santi:** O IVA cria um grande movimento para o ambiente de negócios, mas demora a causar efeitos na economia. Uma grande medida de impacto na economia é a desoneração da folha, algo que é preciso fazer. Há duas bases para atender isso. A tributação sobre consumo e a tributação sobre renda, algo difícil para ser discutido neste momento de perda de empregos. A tributação na folha é tão ruim que vale a pena substituir por uma CPMF. É uma troca neutra. Mas não posso negociar reforma com base na troca de uma base ruim por outra base ruim. Isso não é reforma tributária. O Brasil precisa melhorar a qualidade do sistema tributário. Não posso dar um passo atrás para um modelo que olha arrecadação sem olhar a sociedade e o ambiente de negócios. É importante sinalizar para uma reforma ampla que congregue União, Estados e municípios debaixo de um imposto sobre bens e serviços. A proposta de IVA é por uma tributação mais simples, transparente, neutra, isonômica e que seja muito boa para arrecadação. Sabemos

que a CPMF é simples e arrecada, mas não é transparente nem é neutra porque interfere nas cadeias de bens e serviços. Também não é isonômica por tributar de forma injusta mais pobres e mais ricos.

**Valor:** *Mas há os que defendem que uma eventual regressividade da CPMF pode ser neutralizada se sua arrecadação puder financiar uma ampliação da rede de proteção necessária para o pós-pandemia.*

**De Santi:** A reforma não trata da destinação de recursos e tem um grande desafio. O IBS proposto pela PEC 45 desloca a carga tributária da produção ao consumidor final, o que tornará o imposto mais transparente. Isso traz empoderamento ao contribuinte no exercício da cidadania. Algo elementar no Estado de Direito é discutir o tamanho do Estado e o quanto se contribui. Quando se resolve a tributação sobre consumo, é possível perceber o quanto ela é alta e engajo 210 milhões de brasileiros para um debate sobre mudança na tributação da renda, por exemplo. Uma mudança importantíssima para a equidade e a isonomia.

**Valor:** *E para o bolso do contribuinte? A ideia é não elevar carga tributária agregada, mas haverá impacto nos serviços consumidos pela classe média?*

**De Santi:** Continuaremos arrecadando os atuais R\$ 750 bilhões. O IVA faz todos pagarem o mesmo imposto. Imagine uma bicicleta que hoje paga 50% de imposto, um trabalho jornalístico que paga 30% e um parecer jurídico tributado em 20%. Todos passam a pagar o mesmo: 33%, por exemplo. Para o consumidor, os preços dos serviços vão aumentar relativamente e os preços da indústria vão diminuir. Isso preocupa o setor de serviços porque pode haver troca nas decisões de consumo, o que gera insegurança ao setor produtivo. Do lado do consumidor, como o sistema ficará mais progressivo, quem consome serviços mais qualificados vai pagar mais. O período de transição é importante para tornar mais tranquila a mudança dos preços relativos.